

Energisa S/A | Resultados do 3º trimestre de 2015

Cataguases, 13 de novembro de 2015 - A Administração da Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”) apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T15) e dos primeiros nove meses de 2015 (9M15).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Destaques

Lucro líquido consolidado em nove meses cresceu 16,8%, totalizando R\$ 193,0 milhões

- ✓ Geração de caixa recorrente (EBITDA Ajustado) em 9M15 expandiu 86,3% em relação a de igual período do ano passado, totalizando R\$ 1.993,7 milhões. Já a geração de caixa recorrente (EBITDA Ajustado recorrente), que desconsidera a venda dos ativos de geração, totalizou R\$ 1.309,4 milhões em 9M15, valor 22,3% maior em relação ao registrado em 9M14. No 3T15, O EBITDA ajustado recorrente cresceu 4,9% em relação ao 3T14, para R\$ 441,8 milhões. Por sua vez, o EBITDA Ajustado com a venda dos ativos de geração alcançou R\$ 555,7 milhões no 3T15, aumento de 31,9% sobre o registrado no 3T14.
- ✓ Lucro líquido consolidado em 9M15 totalizou R\$ 193,0 milhões, 16,8% maior em relação ao registrado em 9M14. No 3T15, o resultado foi negativo em R\$ 132,5 milhões, contra um lucro líquido consolidado de R\$ 35,3 milhões no 3T14. Importante ressaltar que o lucro líquido em 9M15 está reduzido em R\$ 202,4 milhões (R\$ 133,6 milhões líquidos de impostos) referentes às amortizações do ágio do valor justo das empresas adquiridas do Grupo Rede. No 3T15, o efeito destas amortizações representou uma redução de R\$ 49,7 milhões (R\$ 32,8 milhões líquidos de impostos) no lucro.
- ✓ **Receita líquida consolidada**, sem as receitas de construção, de R\$ 7.179,0 milhões em 9M15, com aumento de 44,3% em relação aos 9M14. No 3T15, a receita líquida, igualmente sem as receitas de construção, totalizou R\$ 2.373,2 milhões, contra R\$ 2.253,5 milhões no 3T14, incremento de 5,3%.
- ✓ **Energia total comercializada** cresceu 30,1% em 9M15, para 24.228,6 GWh. A base comparativa de 2014 inclui as vendas de energia das empresas adquiridas do Grupo Rede apenas a partir de 11 de abril de 2014. No 3T15, o consumo no mercado cativo e livre das áreas de concessão da Energisa teve retração de 0,8%. A energia total comercializada no 3T15 foi de 7.934,0 GWh, o que representa uma redução de 2,1% sobre o 3T14.
- ✓ Investimentos consolidados totalizaram R\$ 1,1 bilhão em 9M15, aumento de 37,3% em relação ao investido em 9M14, dos quais 68,8% (R\$ 785,2 milhões) realizados pelas distribuidoras adquiridas do Grupo Rede. O montante investido nas distribuidoras adquiridas é 94,2% superior ao investido pelas mesmas empresas em igual período do ano anterior.

Os principais indicadores do desempenho econômico-financeiro consolidado da Energisa S/A nos primeiros nove meses de 2015 e 2014 estão apresentados a seguir:

Descrição	9M15	9M14 (Reclassificado)	Variação %
Resultados e Margens Consolidados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	13.642,0	7.449,4	+ 83,1
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	12.734,5	7.035,7	+ 81,0
Receita Operacional Líquida	8.086,5	5.389,8	+ 50,0
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	7.179,0	4.976,1	+ 44,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	1.278,3	522,2	+ 144,8
Resultado Financeiro Líquido	(943,0)	(298,7)	+ 215,7
EBITDA	1.816,0	926,4	+ 96,0
Margem de EBITDA (%)	22,5	17,2	+ 5,3 p.p
EBITDA Ajustado	1.993,7	1.070,3	+ 86,3
Margem de EBITDA Ajustado (%)	24,7	19,9	+ 4,8 p.p
Lucro Líquido	193,0	165,3	+ 16,8
Margem Líquida (%)	2,4	3,1	- 0,7 p.p
Indicadores Operacionais Consolidados			
Energia vendida aos Consumidores Cativos (GWh)	18.872,2	14.054,4	+ 34,3
Energia vendida aos Consumidores Cativos + Transporte (TUSD) - GWh	21.641,3	16.346,3	+ 32,4
Energia Elétrica Total Comercializada (GWh)	24.228,7	18.617,9	+ 30,1
Número de Consumidores Cativos	6.378.005	6.169.716	+ 3,4
Número de Consumidores Totais	6.378.246	6.169.951	+ 3,4
Número de Colaboradores Próprios	11.896	10.043	+ 18,5
Força de trabalho (colaboradores próprios + terceirizados ⁽¹⁾)	15.344	17.979	- 14,7

(1) Não incluem terceirizados em obras.

Teleconferência dos Resultados do 3º trimestre de 2015

TERÇA-FEIRA 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Teleconferência em Português

15:00 horas (horário Brasil)

Número: +55 (11) 2188-0155

Código de acesso: Energisa

Replay (disponível por 7 dias): +55 (11) 2188-0400

Código de acesso: Energisa

Para mais informações, entre em contato com a área de Relações com Investidores:

Maurício Perez Botelho

Diretor de Relações com Investidores

Tel.: +55 21 2122-6904 / Fax: +55 21 2122-6931

E-mail: mbotelho@energisa.com.br

Carlos Aurélio Martins Pimentel

Gerente de Relações com Investidores

Tel.: +55 32 3429-6226 / Fax: +55 32 3429-6317

E-mail: caurelio@energisa.com.br

2.1.1 Mercado cativo e livre das distribuidoras do Grupo Energisa

Nos primeiros nove meses de 2015 (9M15), as vendas consolidadas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) localizados na área de concessão do Grupo Energisa, somadas ao transporte de energia para os consumidores livres (TUSD), totalizaram 21.641,3 GWh, incremento de 32,4% em relação ao volume vendido em igual período no ano anterior.

Do total das vendas em 9M15, 44,4% foi vendido na região Centro-Oeste pelas distribuidoras Energisa Mato Grosso e Energisa Mato Grosso do Sul, que, em conjunto, apresentaram expansão de 2,3% no consumo. Na região Nordeste, por intermédio da Energisa Paraíba, Energisa Borborema e Energisa Sergipe, as vendas totalizaram 28,1% do total. Na região Norte, as vendas da Energisa Tocantins representaram 7,1%. E nas regiões Sudeste e Sul, as vendas representaram 20,4% do total.

No 3T15, o consumo cativo mais clientes livres mostrou retração de 0,8%, embora o consumo das classes residencial e comercial cativa, que representam 51,3% da energia total consumida pelos clientes cativos das distribuidoras do Grupo Energisa, tenha apresentado expansão. Essas classes apresentaram crescimentos de, respectivamente, 2,0% e 2,5% do consumo no trimestre. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 9,2%, refletindo a intensidade da crise econômica que vem afetando o setor industrial em todo o país. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no país redução de 2,7% no 3T15 em relação ao mesmo período de 2014.

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado) Em GWh

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD (*)	7.103,3	7.158,1	- 0,8	21.641,3	16.346,3	+ 32,4
✓ Residencial	2.318,8	2.273,8	+ 2,0	7.280,8	5.324,3	+ 36,7
✓ Industrial	912,9	1.043,2	- 12,5	2.791,0	2.300,6	+ 21,3
✓ Comercial	1.328,2	1.295,5	+ 2,5	4.141,5	2.961,0	+ 39,9
✓ Consumidores Livres (Industriais e Comerciais)	914,4	968,4	- 5,6	2.769,1	2.291,9	+ 20,8
✓ Rural	690,7	670,9	+ 3,0	1.858,9	1.336,3	+ 39,1
✓ Outras classes	938,3	906,3	+ 3,5	2.800,0	2.132,2	+ 31,3

(*) As vendas de energia em 9M14 das empresas adquiridas do Grupo Rede se referem a 173 dias, ou seja, no período de 11 de abril a 30 de setembro.

Para efeito de crescimento de mercado das distribuidoras do Grupo Energisa, apresentam-se abaixo as vendas consolidadas de energia, em base pró-forma, considerando os períodos de nove meses de 2015 e 2014:

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado) Pró-forma (*) - Em GWh

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD (*)	7.103,3	7.158,1	- 0,8	21.641,3	21.399,7	+ 1,1
✓ Residencial	2.318,8	2.273,8	+ 2,0	7.280,8	6.997,0	+ 4,1
✓ Industrial	912,9	1.043,2	- 12,5	2.791,0	2.970,9	- 6,1
✓ Comercial	1.328,2	1.295,5	+ 2,5	4.141,5	3.989,1	+ 3,8
✓ Consumidores Livres (Industriais e Comerciais)	914,4	968,4	- 5,6	2.769,1	2.913,0	- 4,9
✓ Rural	690,7	670,9	+ 3,0	1.858,9	1.807,3	+ 2,9
✓ Outras classes	938,3	906,3	+ 3,5	2.800,0	2.722,4	+ 2,9

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa nos períodos de nove meses de 2014.

O consumo acumulado em 9M15, registrado no Brasil, reportado pela EPE, reduziu-se em 1,7% em relação aos 9M14. Considerando-se os valores pró-forma de energia comercializada aos consumidores cativos e livres pela Energisa (assumindo consumo integral de todas as empresas ao longo de nove meses de 2014), verifica-se um incremento de 1,1%, ou seja, superior em relação ao resultado Brasil. Contribuíram para esse desempenho do consumo nas áreas de concessão da Energisa, a diversificação geográfica e a atuação em regiões onde predomina o agronegócio, menos afetado pela crise econômica.

Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região (GWh)

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
Região Norte	558,1	523,3	+ 6,7	1.539,6	1.433,1	+ 7,4
✓ Energisa Tocantins (ETO) (*)	558,1	523,3	+ 6,7	1.539,6	1.433,1	+ 7,4
Região Nordeste	1.910,5	1.941,8	- 1,6	6.080,5	6.116,4	- 0,6
✓ Energisa Paraíba (EPB)	1.029,8	1.009,3	+ 2,0	3.185,5	3.176,1	+ 0,3
✓ Energisa Sergipe (ESE)	724,8	761,7	- 4,8	2.383,6	2.417,7	- 1,4
✓ Energisa Borborema (EBO)	155,9	170,8	- 8,7	511,4	522,6	- 2,1
Região Centro-Oeste	3.229,0	3.250,0	- 0,6	9.614,0	9.397,4	+ 2,3
✓ Energisa Mato Grosso (EMT) (*)	2.068,8	2.070,1	- 0,1	5.915,3	5.793,2	+ 2,1
✓ Energisa Mato Grosso do Sul (EMS) (*)	1.160,2	1.179,9	- 1,7	3.698,7	3.604,2	+ 2,6
Região Sudeste	1.334,6	1.368,2	- 2,5	4.189,6	4.232,1	- 1,0
✓ Energisa Minas Gerais (EMG)	383,0	390,6	- 1,9	1.175,9	1.172,0	+ 0,3
✓ Energisa Nova Friburgo (ENF)	81,1	86,9	- 6,7	248,4	257,3	- 3,4
✓ Caiuá (*)	257,9	264,2	- 2,4	842,7	861,7	- 2,2
✓ Vale Paranapanema (EDEV) (*)	211,4	212,0	- 0,3	680,9	680,4	+ 0,1
✓ Bragantina (EEB) (*)	266,4	278,1	- 4,2	808,2	827,3	- 2,3
✓ Nacional (CNEE) (*)	134,8	136,4	- 1,2	433,5	433,4	-
Região Sul	71,1	74,8	- 4,9	217,6	220,7	- 1,4
✓ Força e Luz do Oeste (CFLO) (*)	71,1	74,8	- 4,9	217,6	220,7	- 1,4
Total - Distribuição nas cinco regiões do país	7.103,3	7.158,1	- 0,8	21.641,3	21.399,7	+ 1,1

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa no período de nove meses de 2014.

A Energisa encerrou os primeiros nove meses de 2015 com 6.378.005 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,4% superior à registrada no fim de setembro de 2014.

A energia consolidada de transporte no sistema de distribuição, destinada ao atendimento dos clientes livres (origem das receitas de disponibilização do sistema de transmissão e distribuição), apresentou aumento de 20,8% nos primeiros nove meses de 2015, passando de 2.291,9 GWh em 9M14, para 2.769,1 GWh em 9M15. No 3T15, a energia consolidada de transporte apresentou redução de 5,6% em relação ao 3T14, para 914,4 GWh.

A Energisa encerrou os primeiros nove meses de 2015 com 241 consumidores livres (32 na Energia Minas Gerais, 17 na Energia Sergipe, 2 na Energia Borborema, 20 na Energia Paraíba, 94 na Energia Mato Grosso, 43 na Energia Mato Grosso do Sul, 7 na Energia Tocantins, 6 na Caiuá, 3 na Vale Paranapanema, 12 na Bragantina, 4 na Nacional e 1 na CFLO).

2.1.2 Comercialização de energia no ACL - Ambiente de Contratação Livre

No segmento de comercialização de energia, por intermédio da Energisa Comercializadora, o volume de energia vendida reduziu-se 15,3% em 9M15 (retração de 15,1% no 3T15), e chegou a 1.561,3 GWh (551,2 GWh no 3T15), em decorrência basicamente da venda pela Energisa dos ativos de geração de energia em 31 de março de 2015.

2.1.3 Perdas de energia elétrica

As ações de fiscalizações das unidades consumidores das distribuidoras, em especial das empresas adquiridas, visando ao combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica vêm sendo intensificadas e estão convergindo para as metas regulatórias. Em setembro de 2015, as perdas de energia das distribuidoras da Energisa foram as seguintes, com destaque para evolução positiva alcançada pelas empresas de maiores perdas, a Energisa Mato Grosso do Sul e Energisa Tocantins:

Distribuidoras	Perdas de Energia Últimos 12 meses (%)		
	9M15	9M14	Varição em pontos percentuais
Força e Luz do Oeste	4,06	3,79	+ 0,27
Energisa Nova Friburgo	4,83	5,01	- 0,18
Bragantina	5,13	5,01	+ 0,12
Energisa Borborema	6,32	5,98	+ 0,34
Vale Paranapanema	7,33	7,16	+ 0,17
Caiuá	8,09	7,80	+ 0,29
Nacional	8,14	8,30	- 0,16
Energisa Sergipe	8,89	9,11	- 0,22
Energisa Minas Gerais	9,52	8,94	+ 0,58
Energisa Paraíba	12,47	11,84	+ 0,63
Energisa Mato Grosso	14,05	13,84	+ 0,21
Energisa Mato Grosso do Sul	14,21	15,25	- 1,04
Energisa Tocantins	14,33	14,79	- 0,46
Energisa Consolidada	11,82	11,80	+ 0,02

Importante ressaltar que em termos percentuais, as perdas totais de energia acabam sofrendo acréscimo pela retração do mercado, pois são calculadas como uma razão da energia requerida, que em função do mercado declinante também sofre redução.

2.1.4 Gestão da Inadimplência

As revisões extraordinárias tarifárias e o advento das bandeiras tarifárias ocorridas no 1T15 contribuíram para o aumento da inadimplência, que passou de 1,71% para 2,28% (proporção do que não foi recebido em relação ao que foi faturado nos últimos 12 meses), o que representa um incremento de aproximadamente R\$ 141,3 milhões. As distribuidoras do Grupo Energisa vêm intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center, intensificação de ações de corte e negativação de débitos. O desempenho do indicador relativo à inadimplência dos consumidores foi bastante afetado pelo aumento dos valores faturados e pelo incremento da parcela não arrecadada. O indicador está apresentado a seguir:

Distribuidoras	Inadimplência Últimos 12 meses (%)		
	Set/2015	Set/2014	Var. %
Vale Paranapanema	1,08	1,05	+ 2,9
Caiuá	1,16	1,07	+ 8,4
Nacional	1,33	0,97	+ 37,1
Energisa Minas Gerais	1,44	1,35	+ 6,7
Energisa Nova Friburgo	1,46	1,24	+ 17,7
Energisa Borborema	1,51	0,76	+ 98,7
Bragantina	1,76	0,97	+ 81,4
Energisa Sergipe	2,05	1,34	+ 53,0
Energisa Paraíba	2,11	1,85	+ 14,1
Força e Luz do Oeste	2,35	1,33	+ 76,7
Energisa Mato Grosso	2,40	1,78	+ 34,8
Energisa Tocantins	2,90	2,11	+ 37,4
Energisa Mato Grosso do Sul	3,13	2,39	+ 31,0
Energisa Consolidada	2,28	1,71	+ 33,3

2.1.5 Balanço de Energia

Balanço de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa

Descrição (GWh)	9 meses de 2015						
	EPB	ESE	EMG	EBO	ENF	EMT	EMS
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	3.646,6	2.929,2	1.299,5	585,2	282,4	6.997,3	4.294,7
(b) Energia vendida mercado cativo	2.841,7	1.837,1	912,7	507,9	248,4	5.079,1	3.334,2
✓ Residencial	1.200,6	755,6	363,0	174,6	121,0	1.850,5	1.242,1
✓ Industrial	389,4	220,0	128,8	144,8	38,8	679,1	453,1
✓ Comercial	537,1	401,7	177,0	117,1	54,9	1.181,5	814,0
✓ Rural	199,0	80,3	130,8	18,4	4,1	717,7	349,1
✓ Setor público e consumo próprio	515,6	379,5	113,1	53,1	29,7	650,3	475,9
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	343,9	546,5	263,1	3,5	-	836,2	364,5
(d) Consumo não faturado	(68,4)	(42,8)	(7,8)	(9,1)	(2,4)	31,1	(46,3)
(e) Suprimento a concessionárias	-	310,0	-	1,0	-	-	-
(f) Venda de Energia CCEE	109,3	45,1	44,3	18,5	-	482,2	74,1
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	2.882,5	2.149,5	949,2	518,2	246,0	5.592,5	3.362,0
(h) Intercâmbio de energia	78,9	15,8	5,2	42,9	22,0	10,3	14,7
(i) Perdas na distribuição	450,6	262,5	126,3	39,1	14,4	1.040,7	627,5
(j) Perdas na Rede Básica	73,2	53,7	11,9	11,9	-	74,4	37,0
(k) Energia Recebida Total (k=b+d+e+f+i+j)	3.406,3	2.465,7	1.087,3	569,2	260,4	6.707,5	4.026,5
% das perdas na distribuição (% = i/a)	12,4	9,0	9,7	6,7	5,1	14,9	14,6

Balanço de Energia (GWh) - Distribuidoras da Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	9 meses de 2015						Energisa Consolidada
	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	1.812,1	958,2	727,5	848,5	489,8	225,9	25.096,8
(b) Energia vendida mercado cativo	1.499,2	808,3	639,6	540,3	406,8	217,0	18.872,2
✓ Residencial	601,4	328,1	231,9	178,0	167,3	66,7	7.280,8
✓ Industrial	217,8	97,2	118,8	165,6	65,6	72,3	2.791,1
✓ Comercial	292,3	208,3	121,6	97,0	90,8	48,3	4.141,5
✓ Rural	151,5	47,2	78,5	50,4	26,6	5,2	1.858,9
✓ Setor público e consumo próprio	236,2	127,4	88,8	49,3	56,5	24,5	2.800,0
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	40,4	34,5	41,3	268,0	26,6	0,6	2.769,1
(d) Consumo não faturado	3,1	(10,8)	(6,9)	(4,4)	(5,5)	(1,3)	(171,6)
(e) Suprimento a concessionárias	-	-	-	-	21,1	-	332,1
(f) Venda de Energia CCEE	-	35,2	47,3	-	9,6	-	865,5
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	1.502,3	832,7	679,9	535,8	432,1	215,6	19.898,3
(h) Intercâmbio de energia	3,3	49,5	-	-	-	-	242,6
(i) Perdas na distribuição	266,1	76,7	53,5	44,7	40,7	9,6	3.052,4
(j) Perdas na Rede Básica	25,0	30,1	22,1	19,7	11,7	-	370,8
(k) Energia Recebida Total (k=b+d+e+f+i+j)	1.793,4	939,5	755,5	600,2	484,5	225,2	23.321,4
% das perdas na distribuição (% = i/a)	14,7	8,0	7,4	5,3	8,3	4,2	12,2

Os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) da Energisa totalizaram em 9M15 o montante de 23.321,4 GWh (7.657,0 GWh no 3T15) para atender a energia requisitada pelo sistema das suas distribuidoras. Esse montante representa um aumento de 37,9% (6.405,7 GWh) em relação aos 9M14.

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energisa

Descrição (GWh)	9 meses de 2015						
	EPB	ESE	EMG	EBO	ENF	EMT	EMS
(a) Energia comprada	3.398,7	2.378,7	1.074,9	560,2	259,5	5.440,8	3.818,9
✓ Bilateral	328,4	96,2	487,1	66,7	-	1.646,5	356,8
✓ Leilões de Energia	1.640,4	1.289,0	171,9	289,0	-	1.770,2	1.436,0
✓ Quota de Itaipu	-	-	199,8	-	-	1.030,3	548,0
✓ Quota do PROINFA	63,9	48,7	21,2	12,2	5,9	115,1	76,4
✓ Quota de ANGRA	113,8	84,5	36,7	21,3	-	184,1	126,4
✓ Quota de Garantia Física (95%)	1.252,2	860,3	158,2	171,0	-	689,7	973,0
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	253,6	-	-
✓ Geração distribuída	-	-	-	-	-	4,8	302,3
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	-	-	-	-	0,9	1.106,5	0,8
(c) Liquidação na CCEE	7,6	87,1	12,5	9,0	-	160,2	206,8
(d) Energia Recebida Total (d=a+b+c)	3.406,3	2.465,7	1.087,3	569,2	260,4	6.707,5	4.026,5

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras do Grupo Energisa (continuação)

Descrição (GWh)	9 meses de 2015						Energisa Consolidada
	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	
(a) Energia comprada	1.300,3	916,9	746,1	566,1	466,9	225,2	21.153,3
✓ Bilateral	149,4	188,7	187,5	177,2	80,0	-	3.764,4
✓ Leilões de Energia	542,8	373,4	336,4	186,8	217,6	-	8.253,5
✓ Quota de Itaipu	-	202,6	141,3	147,4	99,3	-	2.368,6
✓ Quota do PROINFA	33,1	19,8	15,2	12,8	10,1	5,2	439,8
✓ Quota de ANGRA	52,0	34,9	27,2	22,6	17,7	-	721,1
✓ Quota de Garantia Física (95%)	477,3	97,6	38,6	19,3	42,2	-	4.779,4
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	-	220,0	473,6
✓ Geração distribuída	45,7	-	-	-	-	-	352,8
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	190,3	-	-	-	-	-	1.298,5
(c) Liquidação na CCEE	302,8	22,6	9,3	34,2	17,6	-	869,7
(d) Energia Recebida Total (d=a+b+c)	1.793,4	939,5	755,5	600,2	484,5	225,2	23.321,4

2.1.6 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

As distribuidoras da Energisa desenvolvem diversas ações com a finalidade de melhorar continuamente os indicadores de qualidade dos serviços prestados aos consumidores, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). O fenômeno El Niño de natureza mais severa este ano tem afetado negativamente as distribuidoras de energia elétrica do Centro-Oeste e Sudeste devido a intensidade de vendavais e descargas atmosféricas. Nas demais distribuidoras do Grupo Energisa, menos afetadas pelo fenômeno houve melhorias significativas dos indicadores de qualidade do serviço.

Nos primeiros nove meses do exercício, esses indicadores se posicionaram da seguinte forma:

Empresa	DEC			FEC		
	9M15	9M14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
Força e Luz do Oeste Nacional	3,52	4,26	- 17,4	3,19	4,60	- 30,7
Energisa Borborema	4,60	4,44	+ 3,6	5,48	6,28	- 12,7
Vale Paranapanema	4,43	6,45	- 31,3	3,18	4,31	- 26,2
Energisa Nova Friburgo	4,74	4,08	+ 16,2	3,85	3,28	+ 17,4
Caiuá	5,08	4,40	+ 15,5	3,79	3,31	+ 14,5
Energisa Minas Gerais	9,10	5,82	+ 56,4	6,17	5,16	+ 19,6
Bragantina	7,01	6,43	+ 9,0	4,69	4,54	+ 3,3
Energisa Mato Grosso do Sul	9,94	7,08	+ 40,4	6,65	5,41	+ 22,9
Energisa Sergipe	9,35	8,59	+ 8,8	5,21	4,98	+ 4,6
Energisa Paraíba	9,96	11,75	- 15,2	6,00	7,11	- 15,6
Energisa Mato Grosso	14,09	16,74	- 15,8	6,03	7,69	- 21,6
Energisa Tocantins	20,28	19,44	+ 4,3	15,44	13,81	+ 11,8
	21,25	23,06	- 7,8	10,13	10,37	- 2,3

3 Desempenho financeiro

3.1 Receita operacional bruta e líquida

Em 9M14, a Energisa apresentou receita operacional bruta consolidada, sem a receita de construção, a qual é atribuída margem zero, de R\$ 12.716,7 milhões, ante R\$ 7.035,7 milhões registrados em 9M14, aumento de 80,7% (R\$ 5.681,0 milhões). Já a receita operacional líquida consolidada, igualmente sem a receita de construção, cresceu 44,3% (R\$ 2.202,9 milhões) no período, para R\$ 7.179,0 milhões. A seguir, as receitas líquidas das subsidiárias por segmento de atividade:

Receita líquida por segmento (Valores em R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14 (Reclassificada)	Var. %
I - Segmento - Distribuição de energia elétrica	2.623,8	2.350,3	+ 11,6	7.740,0	6.624,1	+ 16,8
✓ Energisa Mato Grosso ^(*)	841,2	740,7	+ 13,6	2.485,4	2.053,7	+ 21,0
✓ Energisa Mato Grosso do Sul ^(*)	412,2	437,1	- 5,7	1.338,7	1.192,6	+ 12,3
✓ Energisa Paraíba	324,7	286,2	+ 13,5	985,0	849,2	+ 16,0
✓ Energisa Sergipe	214,3	203,7	+ 5,2	638,1	601,4	+ 6,1
✓ Energisa Tocantins ^(*)	251,7	198,6	+ 26,7	673,6	554,0	+ 21,6
✓ Energisa Minas Gerais	158,3	115,9	+ 36,6	426,0	355,1	+ 20,0
✓ Caiuá ^(*)	102,5	93,4	+ 9,7	289,5	252,3	+ 14,7
✓ Vale Paranapanema ^(*)	81,3	73,5	+ 10,6	229,1	198,7	+ 15,3
✓ Bragantina ^(*)	74,7	63,6	+ 17,5	204,4	174,3	+ 17,3
✓ Energisa Borborema	49,1	40,9	+ 20,0	145,3	130,5	+ 11,3
✓ Nacional ^(*)	45,1	43,0	+ 4,9	138,9	122,9	+ 13,0
✓ Energisa Nova Friburgo	42,1	29,9	+ 40,8	107,7	81,3	+ 32,5
✓ Força e Luz do Oeste ^(*)	26,6	23,8	+ 11,8	78,3	58,1	+ 34,8
II - Segmento - Comercialização e serviços de energia	165,5	142,4	+ 16,2	443,5	388,1	+ 14,3
✓ Energisa Comercializadora	97,9	105,3	- 7,0	297,5	288,1	+ 3,3
✓ Energisa Soluções	37,2	17,3	+ 115,0	85,2	49,3	+ 72,8
✓ Energisa S/A	14,5	14,4	+ 0,7	42,7	42,8	- 0,2
✓ Outras	15,9	5,4	+ 194,4	18,1	7,9	+ 129,1
(=) Total - Segmentos I+II	2.789,3	2.492,7	+ 11,9	8.183,5	7.012,2	+ 16,7
(=) Energisa Consolidada	2.751,1	2.411,1	+ 14,1	8.086,5	5.389,8	+ 50,0
(-) Receitas de construção	377,9	157,6	+ 139,8	907,5	413,7	+ 119,4
(=) Energisa Consolidada, sem receita de construção	2.373,2	2.253,5	+ 5,3	7.179,0	4.976,1	+ 44,3

(*) Para efeito comparativo, foram considerados os resultados das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa no período de nove meses de 2014.

3.2 Reajustes tarifários e repasses de recursos

3.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo e o desembolso de pagamento de acréscimos para compra de energia.

As receitas consolidadas auferidas pela Energisa provenientes das bandeiras tarifárias em 9M15 foram de R\$ 835,9 milhões (R\$ 320,5 milhões no 3T15).

3.2.2 Revisão Tarifária Extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. Os consumidores das concessionárias que compõem o Grupo Energisa perceberão os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	%
Bragantina	38,5
Nacional	35,2
Caiuá	32,4
Força e Luz do Oeste	31,9
Vale Paranapanema	29,4
Energisa Mato Grosso do Sul	27,9
Energisa Minas Gerais	26,9
Energisa Mato Grosso	26,8
Energisa Nova Friburgo	26,0
Energisa Sergipe	8,0
Energisa Borborema	5,7
Energisa Tocantins	4,5
Energisa Paraíba	3,8

A RTE aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia. Adicionalmente, em 2015 foram concedidos reajustes tarifários para as subsidiárias do Grupo Energisa, com os seguintes efeitos médios percebidos pelos consumidores:

Distribuidora	Reajustes Tarifários - Efeito médio	
	%	Vigência
Energisa Borborema	39,55	4 de fevereiro
Energisa Mato Grosso	- 0,38	8 de abril
Energisa Mato Grosso do Sul	3,22	8 de abril
Energisa Sergipe	13,26	22 de abril
Caiuá	1,85	10 de maio
Vale Paranapanema	- 0,09	10 de maio
Bragantina	- 0,23	10 de maio
Nacional	- 3,62	10 de maio
Energisa Minas Gerais	3,06	18 de junho
Energisa Nova Friburgo	14,07	18 de junho
Força e Luz do Oeste	16,54	29 de junho
Energisa Tocantins	5,88	4 de julho

O Grupo Energisa, por meio de suas subsidiárias, recebeu também, o montante de R\$ 146,3 milhões, provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoelétrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema. A Aneel também homologou o montante de R\$ 436,7 milhões, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Já esses recursos foram registrados como receita de venda de energia.

Os valores por distribuidora são os seguintes:

Distribuidora	Recursos ACR - Cobertura de Custos (R\$ milhões)	Recursos Decreto 7.891 (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)
Energisa Mato Grosso	8,1	150,5	158,6
Energisa Mato Grosso do Sul	14,3	94,7	109,0
Energisa Tocantins	35,4	29,9	65,3
Energisa Paraíba	25,7	41,5	67,2
Energisa Sergipe	26,0	24,2	50,2
Energisa Minas Gerais	11,5	45,0	56,5
Caiuá	6,7	11,7	18,4
Nacional	3,7	14,2	17,9
Bragantina	6,2	9,0	15,2
Energisa Borborema	7,6	3,2	10,8
Vale Paranapanema	1,1	10,2	11,3
Força e Luz do Oeste	-	1,4	1,4
Energisa Nova Friburgo	-	1,2	1,2
Total	146,3	436,7	583,0

3.2.3 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação CCC

As distribuidoras do Grupo Energisa possuem créditos de subvenção tarifária e baixa renda, relativos ao período de abril de 2014 a setembro de 2015, que serão ressarcidos pela Eletrobras, através da Conta de Desenvolvimento Energético, no montante de R\$ 373,3 milhões.

Além deste saldo, o Grupo Energisa detém créditos de sub-rogação de CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) no montante de R\$ 37,3 milhões, em função do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

3.3 Despesas operacionais

Em 9M15, as despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 5.900,7 milhões, crescimento de 32,5% (R\$ 1.446,8 milhões) em relação aos 9M14. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi de 23,0% (R\$ 226,6 milhões). Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de 54,0% (R\$ 1.615,4 milhões) no período. Esse expressivo crescimento decorre fundamentalmente da base comparativa de setembro de 2014, que inclui apenas as despesas operacionais das empresas adquiridas do Grupo Rede a partir de 11 de abril de 2014.

No 3T15, as despesas operacionais consolidadas, também sem os custos de construção, totalizaram R\$ 2.038,0 milhões, redução de 0,6% (R\$ 12,1 milhões) em relação ao 3T14. Por sua vez, as despesas controláveis apresentaram redução de 13,0% (R\$ 62,8 milhões), fruto dos esforços de racionalização de custos e captura de sinergias após as referidas aquisições.

A composição das despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Variação R\$ milhões	9M15	9M14 (Reclassificada)	Variação R\$ milhões
1 Despesas controláveis	421,3	484,1	- 62,8	1.215,0	988,4	+ 226,6
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	204,4	171,9	+ 32,5	586,2	441,8	+ 144,4
1.2 Material	39,2	25,3	+ 13,9	100,8	56,3	+ 44,5
1.3 Serviços de terceiros	177,7	286,9	- 109,2	528,0	490,3	+ 37,7
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	1.478,6	1.402,2	+ 76,4	4.604,8	2.989,4	+ 1.615,4
3 Depreciação e amortização	160,2	162,7	- 2,5	537,8	404,2	+ 133,6
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	25,5	(50,5)	+ 76,0	(52,6)	(43,7)	- 8,9
5 Outras despesas/receitas	(47,6)	51,6	- 99,2	(404,3)	115,6	- 519,9
Subtotal	2.038,0	2.050,1	- 12,1	5.900,7	4.453,9	+ 1.446,8
6 Custo de construção ^(*)	377,9	157,6	+ 220,3	907,5	413,7	+ 493,8
Total	2.415,9	2.207,7	+ 208,2	6.808,2	4.867,6	+ 1.940,6

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Considerando as despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) das distribuidoras no terceiro trimestre de 2015 (3T15), comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se um aumento de 8,0% (R\$ 30,2 milhões). No acumulado em nove meses (9M15), as despesas controláveis apresentam aumento de 1,5% (R\$ 17,5 milhões) sobre o montante registrado em 9M14, conforme quadro a seguir:

Despesas controláveis das distribuidoras (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
Energisa Mato Grosso	116,3	98,0	+ 18,7	321,2	305,6	+ 5,1
Energisa Mato Grosso do Sul	75,6	70,4	+ 7,4	217,1	209,2	+ 3,8
Energisa Paraíba	52,8	51,3	+ 2,9	157,6	146,0	+ 7,9
Energisa Tocantins	47,0	51,3	- 8,4	138,9	148,6	- 6,5
Energisa Sergipe	34,6	32,4	+ 6,8	102,4	97,4	+ 5,1
Energisa Minas Gerais	25,9	24,9	+ 4,0	75,9	74,1	+ 2,4
Caiuá	12,8	11,0	+ 16,4	35,9	39,5	- 9,1
Vale Paranapanema	10,0	7,7	+ 29,9	26,0	30,3	- 14,2
Bragantina	8,8	8,3	+ 6,0	24,6	28,1	- 12,5
Energisa Borborema	7,5	7,4	+ 1,4	22,5	21,7	+ 3,7
Energisa Nova Friburgo	7,0	7,0	-	21,0	21,1	- 0,5
Nacional	6,4	5,8	+ 10,3	18,0	20,6	- 12,6
Força e Luz do Oeste	3,3	2,3	+ 43,5	8,6	10,0	- 14,0
Total	408,0	377,8	+ 8,0	1.169,7	1.152,2	+ 1,5

Obs.: Despesas controláveis = pessoal, material e serviços de terceiros.

3.4 Resultado financeiro

Em 9M15, o resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) representou despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 943,0 milhões (R\$ 491,5 milhões no 3T15), contra uma despesa financeira líquida de R\$ 324,6 milhões (R\$ 211,9 milhões no 3T14) em igual período do ano passado. Esse resultado está afetado pela marcação a mercado dos derivativos, o que reflete o valor presente dos mecanismos de proteção cambial, no montante de R\$ 205,0 milhões (R\$ 107,5 milhões no 3T15).

Resultado Financeiro Consolidado (R\$ milhões)	Trimestre		9 meses	
	3T15	Variação R\$ milhões	9M15	Variação R\$ milhões
Receita de aplicações financeiras	41,5	(4,3)	120,2	1,0
Acréscimo moratório energia vendida	44,3	(9,2)	120,7	5,1
Atualização contas a receber concessão VNR	41,4	55,1	133,5	128,1
Atualização financeira CVA	(0,3)	(0,3)	52,7	52,7
Outras receitas financeiras	43,0	(51,3)	151,2	28,8
Encargos de dívidas - Juros	(182,4)	(44,1)	(537,2)	(153,9)
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(704,4)	(527,9)	(1.051,3)	(958,9)
Marcação a mercado derivativos	(107,5)	(58,6)	(205,0)	(224,0)
Instrumentos financeiros derivativos	371,7	271,5	535,3	539,6
Marcação a mercado da dívida	45,7	45,7	45,7	45,7
Outras despesas financeiras	(84,5)	(5,4)	(308,8)	(108,5)
Resultado financeiro	(491,5)	(328,8)	(943,0)	(644,3)

3.5 Lucro líquido e geração operacional de caixa (EBITDA) consolidados

3.5.1 Lucro líquido consolidado reduz, mas geração de caixa aumenta

Em nove meses de 2015, a Energisa registrou lucro líquido consolidado de R\$ 193,0 milhões, contra R\$ 165,3 milhões em igual período do ano passado (9M14), o que representa um aumento de 16,8%. Importante ressaltar que esse desempenho em 9M15:

i) reflete a geração de caixa ajustada (EBITDA ajustado consolidado) de R\$ 1.993,7 milhões (+ 86,3% sobre 9M14). Por sua vez, o EBITDA Ajustado consolidado, sem os efeitos da venda dos ativos de geração, foi de R\$ 1.309,4 milhões, um incremento de 22,3% (R\$ 239,1 milhões) em relação ao de 9M14.

ii) está acrescido de R\$ 684,3 milhões (R\$ 451,6 milhões líquidos de impostos) provenientes da alienação dos ativos de geração de energia ocorrida em 31 de março de 2015;

iii) foi afetado negativamente por amortizações do ágio do valor justo das empresas adquiridas do Grupo Rede, no montante de R\$ 202,4 milhões (R\$ 133,6 milhões líquidos de impostos). Desse montante amortizado em 9M15, R\$ 53,2 milhões (R\$ 35,1 milhões líquidos de impostos) estão atrelados às distribuidoras de energia Nacional, Bragantina, Vale Paranapanema, Caiuá e Força e Luz do Oeste, cuja amortização se encerrou em junho de 2015, com o vencimento dos seus contratos de concessão (vide item 7 - Renovação das Concessões); e

iv) registra despesas financeiras decorrentes da desvalorização do real frente ao dólar de R\$ 205 milhões, das quais 52% ocorridas no 3T15.

Já o prejuízo registrado no 3T15 (R\$ 132,5 milhões), reflete o efeito líquido, principalmente, de:

i) maior geração ajustada de caixa consolidada (EBITDA ajustado consolidado), com os efeitos da venda dos ativos de geração, que representou uma expansão de 31,9%, totalizando R\$ 555,7 milhões no trimestre. Por sua vez, o EBITDA Ajustado consolidado, sem os efeitos da venda dos ativos de geração, foi de R\$ 441,8 milhões, um incremento de 4,9% (R\$ 20,5 milhões) em relação ao de 9M14.

ii) receita de R\$ 113,9 milhões (R\$ 75,2 milhões líquidos de impostos) referentes a alienação dos ativos de geração de energia ocorrida em 31 de março de 2015;

iii) despesas de amortizações do ágio do valor justo das empresas adquiridas do Grupo Rede, no montante de R\$ 49,7 milhões (R\$ 32,8 milhões líquidos de impostos); e

iv) aumento das despesas financeiras decorrentes da desvalorização de 28% do real frente ao dólar no terceiro trimestre do exercício em curso, com efeito na marcação a mercado dos derivativos de proteção cambial que no 3T15 representou uma despesa de R\$ 107,5 milhões.

A composição destes crescimentos está demonstrada no quadro abaixo:

Composição da Geração de Caixa (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14 (Reclassificado)	Var. %	9M15	9M14 (Reclassificado)	Var. %
(=) Lucro líquido Consolidado	(132,5)	35,3	-	193,0	165,3	+ 16,8
(+) Contribuição social e imposto de renda	(23,9)	5,0	-	135,1	53,9	+ 150,6
(+) Resultado das operações descontinuadas	-	0,7	-	7,1	0,7	+ 914,3
(+) Resultado financeiro	491,5	162,7	+ 202,1	943,0	298,7	+ 215,7
(+) Equivalência patrimonial	-	(0,3)	-	-	3,6	-
(+) Depreciação e amortização	160,2	162,7	-1,5	537,8	404,2	+ 33,1
(=) Geração de caixa (EBITDA)	495,3	366,1	+ 35,3	1.816,0	926,4	+ 96,0
(-) Receitas líquidas de venda de ativos	113,9	-	-	684,3	-	-
(=) Geração de caixa recorrente, sem o efeito da venda dos ativos	381,4	366,1	+ 4,2	1.131,7	926,4	+ 22,2
(+) Receitas de acréscimos moratórios	44,3	53,4	- 17,0	120,7	115,6	+ 4,4
(+) Baixa de ativos inservíveis das distribuidoras	16,1	1,8	+ 794,4	57,0	28,3	+ 101,4
(=) Geração ajustada de caixa recorrente (EBITDA Ajustado)	441,8	421,3	+ 4,9	1.309,4	1.070,3	+ 22,3
(+) Receitas líquidas de venda de ativos	113,9	-	-	684,3	-	-
(=) Geração ajustada de caixa, com efeito da venda de ativos	555,7	421,3	+ 31,9	1.993,7	1.070,3	+ 86,3
Margem do EBITDA ajustado, com efeito da venda dos ativos (%)	20,2	17,5	+ 2,7 p.p	24,7	19,9	+ 4.8 p.p

A seguir, o lucro líquido consolidado da Energisa e das suas subsidiárias por segmento:

Lucro Líquido (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T15	3T14	Var. %	9M15	9M14	Var. %
Subsidiárias - Segmento Distribuição de energia elétrica						
✓ Energisa Paraíba	(11,2)	7,0	-	64,8	54,7	+ 18,5
✓ Energisa Mato Grosso do Sul ^(*)	17,1	23,2	- 26,3	76,5	(10,6)	-
✓ Energisa Mato Grosso ^(*)	(22,5)	15,1	-	29,5	(0,9)	-
✓ Energisa Tocantins ^(*)	28,7	29,6	- 3,0	73,1	(10,2)	-
✓ Energisa Minas Gerais	4,7	(2,9)	-	16,0	20,5	- 22,0
✓ Energisa Borborema	2,4	3,3	- 27,3	13,5	11,0	+ 22,7
✓ Vale Paranapanema ^(*)	6,8	4,8	+ 41,7	13,9	9,3	+ 49,5
✓ Caiuá ^(*)	3,1	11,3	- 72,6	9,6	2,2	+ 336,4
✓ Nacional ^(*)	0,1	6,7	- 98,5	5,9	16,7	- 64,7
✓ Força e Luz do Oeste ^(*)	0,2	1,3	- 84,6	5,1	0,8	+ 537,5
✓ Energisa Nova Friburgo	2,9	(0,1)	-	7,2	1,8	+ 300,0
✓ Energisa Sergipe	(39,4)	11,7	-	(37,8)	49,3	-
✓ Bragantina ^(*)	(1,6)	7,7	-	(0,6)	24,7	-
Subsidiárias - Segmento Comercialização e serviços						
✓ Energisa Comercializadora	(0,1)	0,4	-	(2,0)	8,5	-
✓ Energisa Soluções	(3,1)	(0,7)	+ 342,9	(5,1)	(0,1)	+ 5.000,0
✓ Outras operacionais	(1,5)	(0,8)	+ 87,5	1,5	5,0	- 70,0
Energisa Consolidada	(132,5)	35,3	-	193,0	165,3	+ 16,8

(*) Para efeito comparativo, foram considerados os resultados das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa no período de nove meses de 2014.

As gerações de caixa (EBITDA e EBITDA Ajustado) por subsidiária da Energisa em 9M15 são as seguintes:

Geração de Caixa (R\$ milhões)	EBITDA		EBITDA Ajustado (**)	
	Valor	Var. % (*)	Valor	Var. % (*)
Distribuição de energia elétrica	1.135,2	+ 49,0	1.255,9	+ 48,0
✓ Energisa Mato Grosso	246,1	- 1,6	284,5	+ 1,9
✓ Energisa Paraíba	238,3	+ 118,4	262,7	+ 109,5
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	197,6	+ 177,9	203,0	+ 170,7
✓ Energisa Sergipe	134,1	+ 17,8	145,9	+ 17,3
✓ Energisa Tocantins	105,7	+ 137,0	120,9	+ 121,0
✓ Energisa Minas Gerais	70,1	+ 14,2	75,8	+ 15,4
✓ Caiuá	33,4	+ 40,6	37,8	+ 41,0
✓ Bragantina	31,0	+ 3,5	34,2	+ 6,9
✓ Energisa Borborema	20,7	+ 44,7	23,3	+ 43,2
✓ Vale Paranapanema	24,8	+ 40,7	27,7	+ 41,9
✓ Energisa Nova Friburgo	16,0	+ 98,9	18,8	+ 105,2
✓ Nacional	8,3	- 47,5	10,6	- 38,9
✓ Força e Luz do Oeste	9,0	+ 300,4	10,7	+ 243,2
Comercialização e serviços de energia	7,2		7,2	
✓ Energisa Comercializadora	0,4	- 97,4	0,4	- 97,4
✓ Energisa Soluções	0,9	- 65,7	0,9	- 65,7
✓ Outras operacionais	5,9	+ 28,3	5,9	+ 28,3
Energisa Consolidada	1.816,0	+ 96,0	1.936,7	+ 85,9

(*) Variação percentual sobre o mesmo período do ano anterior.

(**) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

4 Estrutura de capital

4.1 Saldo de caixa e dívida

A posição consolidada de caixa da Energisa S/A, equivalentes de caixa e aplicações financeiras fechou o período encerrado em setembro de 2015 em R\$ 1.017,4 milhões, frente aos R\$ 1.624,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014. Por sua vez, as dívidas líquidas consolidadas ao fim de setembro de 2015, totalizaram R\$ 6.707,4 milhões, contra R\$ 6.692,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. A relação entre as dívidas líquidas consolidadas e o patrimônio líquido ficou em 78,6% em setembro de 2015. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras) da Energisa em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

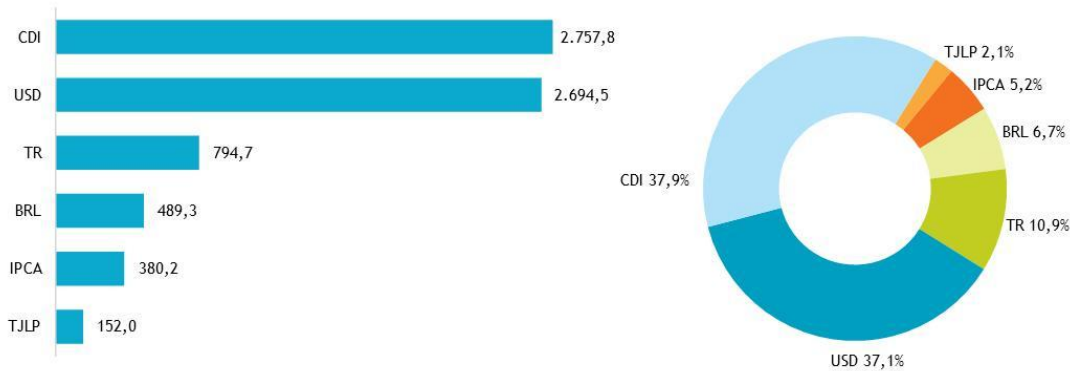
Descrição (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Curto Prazo	1.291,0	1.106,6	2.248,4	2.421,7
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	544,1	372,8	1.348,2	1.233,5
Debêntures	737,2	726,1	877,0	786,9
Encargos de dívidas	9,4	7,4	60,7	42,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,3	0,3	47,5	50,7
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	6,0	291,3
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	9,8	76,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	(100,8)	(59,7)
Longo Prazo	440,9	1.524,3	5.849,7	6.192,1
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	198,6	199,2	3.726,8	2.841,1
Debêntures	335,2	1.398,0	1.256,0	2.386,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,7	1,5	259,9	264,9
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	167,5	177,6
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	341,4	351,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(94,6)	(74,4)	98,1	170,8
Total das dívidas	1.731,9	2.630,9	8.098,1	8.613,8
(-) Disponibilidades financeiras	26,0	56,3	1.017,4	1.624,6
(-) Créditos CDE	-	-	373,3	297,0
Total das dívidas líquidas (*)	1.705,9	2.574,6	6.707,4	6.692,2

(*) Valor deduzido do ajuste a valor presente dos credores que optaram pelo recebimento em 22 anos dos seus créditos no Plano de Recuperação Judicial da Rede Energia.

4.2 Custo e prazo médio do endividamento

O custo médio do endividamento ao final de setembro de 2015 ficou em 13,68% ao ano (11,79% ao ano em 31 de dezembro de 2014). Em setembro de 2015, o prazo médio das dívidas ficou em 4,8 anos.

Dívida Bancária e de Emissão Consolidada por Indexador (R\$ milhões)

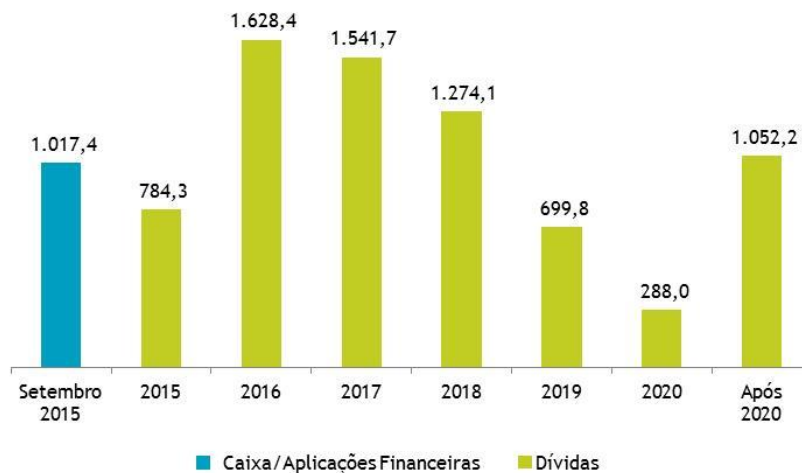


Obs.: O endividamento em moeda estrangeira conta com swaps para taxa em CDI e outros instrumentos de proteção contra variação cambial adversa, cujo saldo em setembro de 2015 representa um ativo líquido de R\$ 2,7 milhões.

4.3 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa, em 30 de setembro de 2015, vis-à-vis o caixa, está representado pela ilustração abaixo:

Caixa/Aplicações Financeiras e Amortização de Dívidas Bancárias e de Emissão - (R\$ milhões)



As dívidas por distribuidora da Energisa em 30 de setembro de 2015 são as seguintes:

Dívidas líquidas (R\$ milhões)	EPB	ESE	EMG	EBO	ENF	EMT	EMS
Curto Prazo	171,3	161,0	130,3	32,8	46,3	150,4	127,4
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	134,5	100,7	115,7	32,1	45,1	80,8	77,5
Debêntures	-	28,4	-	-	-	55,9	47,0
Encargos de dívidas	5,7	16,1	6,2	0,7	1,1	2,9	2,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,8	15,8	0,3	-	0,1	5,3	0,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	5,2	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	9,8	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	20,3	-	8,1	-	-	(9,5)	-
Longo Prazo	592,6	713,6	194,3	25,7	24,1	1.632,3	811,1
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	605,1	561,3	228,3	34,2	45,4	715,9	439,5
Debêntures	-	48,0	-	-	-	417,9	371,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	52,4	109,8	1,9	-	0,3	10,6	0,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	-	-	146,5	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	341,4	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(64,9)	(5,5)	(35,9)	(8,5)	(21,6)	-	-
Total das dívidas	763,9	874,6	324,6	58,5	70,4	1.782,7	938,5
(-) Disponibilidades financeiras	115,6	112,0	39,1	30,2	14,9	213,5	146,3
(-) Créditos CDE	38,1	15,2	24,9	3,3	0,9	141,3	110,9
Total das dívidas líquidas	610,2	747,4	260,6	25,0	54,6	1.427,9	681,3
Indicadores Relativos							
Dívidas líquidas / EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	1,6	3,0	2,7	1,2	2,4	3,5	2,0
Dívidas líquidas / Patrimônio líquido + Dívidas líquidas (%)	47,6	70,8	62,0	19,7	45,3	51,7	47,6

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

Dívidas por distribuidora (continuação):

Dívidas líquidas (R\$ milhões)	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
Curto Prazo	12,2	(31,0)	35,8	63,6	13,2	25,4
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	24,7	1,0	38,7	77,5	12,7	30,5
Debêntures	7,9	-	-	-	-	-
Encargos de dívidas	6,0	1,6	0,4	1,0	0,1	0,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,2	4,3	3,2	3,2	2,5	1,4
Parcelamento de encargos setoriais	0,8	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(27,4)	(37,9)	(6,5)	(18,1)	(2,1)	(7,2)
Longo Prazo	484,5	181,9	19,3	89,4	14,9	2,3
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	418,6	156,0	-	69,9	-	0,1
Debêntures	44,3	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,6	25,9	19,3	19,5	14,9	2,2
Parcelamento de encargos setoriais	21,0	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	-	-	-
Total das dívidas	496,7	150,9	55,1	153,0	28,1	27,7
(-) Disponibilidades financeiras	131,9	32,9	30,6	39,4	23,0	12,7
(-) Créditos CDE	30,9	8,5	9,4	6,3	13,5	1,1
Total das dívidas líquidas	333,9	109,5	15,1	107,3	(8,4)	13,9
Indicadores Relativos						
Dívidas líquidas / EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	2,1	1,7	0,3	1,9	(0,3)	0,7
Dívidas líquidas / Patrimônio líquido + Dívidas líquidas (%)	34,9	68,2	10,6	71,7	(12,9)	42,3

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

5 Investimentos ultrapassa R\$ 1,1 bilhão em nove meses de 2015

Nos primeiros nove meses de 2015, a Energisa e suas controladas realizaram investimentos no montante de R\$ 1.140,5 milhões (aumento de 37,3% em relação ao investido em 9M14), dos quais 68,8% (R\$ 785,2 milhões) realizados pelas distribuidoras adquiridas do Grupo Rede. O montante investido nas distribuidoras adquiridas é 94,2% superior ao investido em igual período do ano anterior. A Energisa Mato Grosso foi a distribuidora que mais investiu em 9M15 (R\$ 151,9 milhões), seguida pela Energisa Tocantins (R\$ 140,9 milhões) e Energisa Mato Grosso do Sul (R\$ 40,4 milhões).

Investimentos Realizados

Investimentos (R\$ milhões)	9 meses		Variação	
	9M15	9M14	%	R\$ milhões
Energisa Mato Grosso	335,6	183,7	+ 77,2	+ 151,9
Energisa Tocantins	203,5	62,6	+ 225,1	+ 140,9
Energisa Mato Grosso do Sul	152,1	111,7	+ 36,2	+ 40,4
Energisa Paraíba	101,5	117,2	- 13,4	- 15,7
Energisa Sergipe	58,0	68,6	- 15,5	- 10,6
Energisa Minas Gerais	49,4	36,5	+ 35,3	+ 12,9
Caiuá	31,3	15,8	+ 98,1	+ 15,5
Energisa Borborema	25,6	14,1	+ 81,6	+ 11,5
Energisa Soluções	21,9	5,3	+ 313,2	+ 16,6
Bragantina	21,6	10,5	+ 105,7	+ 11,1
Nacional	20,2	7,6	+ 165,8	+ 12,6
Vale Paranapanema	16,8	9,2	+ 82,6	+ 7,6
Energisa Nova Friburgo	15,3	6,2	+ 146,8	+ 9,1
Força e Luz do Oeste	4,1	3,2	+ 28,1	+ 0,9
Ativos de geração alienados ^(*)	68,5	154,9	- 55,8	- 86,4
Outras	15,1	23,4	- 35,5	- 8,3
Total	1.140,5	830,5	+ 37,3	+ 310,0

(*) Ativos alienados em 31 de março de 2015

6 Mercado de capitais

6.1 Informações sobre as ações da Energisa

As ações da Energisa são negociadas na BM&FBovespa sob os códigos: ENGI3 (ações ordinárias), ENGI4 (ações preferenciais) e ENGI11 (Units, certificados de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais). A seguir, os indicadores de mercado ao fim de setembro:

Indicadores de Mercado	Setembro/15	Setembro/14	Variação %
Valor de Mercado (R\$ milhões)	3.406,7	3.277,9	+ 3,9
Enterprise Value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	10.487,4	9.963,6	+ 5,3
Dividendo yield de ENGI11 (Units) - % ⁽²⁾	7,0	6,9	+ 1,4
Valor de Mercado / Patrimônio Líquido	1,9	1,8	+ 5,6

(1) EV = Valor de mercado + dívida líquida.

(2) Proventos distribuídos nos últimos quatro trimestres / cotação de fechamento das Units.

6.2 Eventos subsequentes - Emissão de ações, debêntures e resgate antecipado de notas promissórias

A Energisa S/A está promovendo aumento do capital social, no valor de R\$ 250,0 milhões, mediante a subscrição particular de ações, e uma emissão de debêntures, conjugadas com bônus de subscrição, no montante de R\$ 1,0 bilhão. As emissões foram deliberadas pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2015 e têm, dentre outras, as seguintes características:

6.2.1 Subscrição de ações

No aumento de capital social estão sendo emitidas 90.909.091 ações, sendo 43.705.122 ações ordinárias e 47.203.969 ações preferenciais, ao preço de R\$ 2,75 por ação ou R\$ 13,75 por Unit. O prazo para subscrição no direito de preferência se encerrou no dia 30 de outubro, já tendo sido subscritas aproximadamente 93% das ações a serem emitidas. **O período de subscrição de sobras se encontra em andamento, com expectativa de encerramento desta emissão em novembro.** O capital social, após a homologação, passará a ser de R\$ 1.260,0 milhões, representado por 1.336.599.980 ações, sendo 636.419.519 ações ordinárias e 700.180.461 ações preferenciais, sem valor nominal.

6.2.2 Emissão das debêntures, conjugadas com bônus de subscrição

Os acionistas da Companhia também poderão subscrever 0,0136188857% e os titulares de Units poderão subscrever 0,0680944285% da sua posição acionária para aquisição de debêntures. A subscrição e integralização das debêntures deverão ter por objeto, exclusivamente, **lotes de debêntures**, sendo cada lote individualmente composto por 1 (uma) debênture da primeira série, 1 (uma) debênture da segunda série, 1 (uma) debênture da terceira série, 1 (uma) debênture da quarta série, 1 (uma) debênture da quinta série e 1 (uma) debênture da sexta série. O prazo para subscrição **termina em 30 de novembro de 2015**. O preço de subscrição e integralização das debêntures é o Valor Nominal Atualizado de R\$ 1.000,00 pelo IPCA, acrescido de juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão (15/09/2015) até a data de integralização.

As debêntures são conjugadas com bônus de subscrição, que serão atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das debêntures e conferirão ao seu titular o direito de subscrever lotes de ações de emissão da Companhia, compostos cada qual por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais destinados à formação de Units.

Para subscrição de cada um dos “Lotes de Debêntures” serão emitidos 3 (três) Bônus de Subscrição, em uma única série e sem valor nominal, que totalizam 500.001 bônus de subscrição. O preço de exercício dos bônus de subscrição será de R\$ 17,00 (dezessete reais) por Lote de Ação, corrigido pelo IPCA e deduzidos de proventos pagos desde a data de emissão até a data de exercício dos bônus. Cada bônus de subscrição conferirá a seu titular o direito de subscrever, a qualquer momento, tantos Lotes de Ações quantos resultem da divisão entre o Valor Nominal Atualizado das debêntures da primeira série, das debêntures da segunda série e das debêntures da terceira série na data de exercício dos bônus de subscrição e seu preço de exercício a ser pago (i) mediante a entrega de 1 (uma) debênture da primeira série, 1 (uma) debênture da segunda série ou 1 (uma) debênture da terceira série; ou (ii) em valor equivalente, a ser pago em moeda corrente nacional.

6.2.3 Resgate antecipado de notas promissórias

A Energisa concluiu no último dia 20 de outubro o resgate antecipado da sua 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, de série única, que venceriam em janeiro de 2016. O resgate antecipado foi realizado com o pagamento de R\$ 5,2 milhões por nota promissória, totalizando o montante de R\$ 109,2 milhões. O valor do resgate correspondeu ao valor nominal unitário das Notas, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da realização do resgate.

7 Renovação de Concessões

Em 07 de julho de 2015, venceram os Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica das controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Caiuá Distribuição de Energia S/A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste.

Em atendimento ao prazo disposto nos referidos Contratos, as controladas requereram, em junho de 2012, a prorrogação de suas Concessões. O pedido foi reiterado em outubro de 2012 nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 7.805/2012.

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que tratou, dentre outras, da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, estabelecendo que as referidas concessões poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

Em 02 de junho de 2015, foi editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, regulamentando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e decretando que o Ministério de Minas e Energia (“MME”) poderá prorrogar as concessões, por trinta anos, devendo ser atendidos os seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

Ainda nos termos do Decreto nº 8.461/2015, a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa pela concessionária das condições estabelecidas no contrato de concessão ou em seu termo aditivo.

Em 10 de junho de 2015, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 038/2015, com objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, com período para envio de contribuição até 13 de julho de 2015.

Diante disso, após longas discussões no âmbito do processo de monitoramento que tramitou no Tribunal de Contas da União - TCU, o plenário do próprio Tribunal decidiu por autorizar que o Poder Concedente prorrogasse todas as Concessões vencidas em 2015 sugerindo, por fim, algumas alterações na minuta do Termo Aditivo proposto pela ANEEL.

Ato contínuo, a Agência Reguladora, em reunião Pública da Diretoria ocorrida no dia 20/10/15, aprovou a minuta do Aditivo ao Contrato de Concessão e a encaminhou ao MME com a recomendação pela prorrogação.

Por fim, com a conclusão dos processos, foram publicadas Portarias por meio das quais o MME defere os pedidos de prorrogação dos Contratos de Concessão, convocando os representantes legais das Distribuidoras para a assinatura dos respectivos Termos Aditivos, que ocorrerá em 03/12/2015.

8 Prêmio IASC 2015 - Oito distribuidoras do Grupo Energisa são finalistas

Oito distribuidoras do Grupo Energisa, distribuídas em todas as regiões do país, são finalistas no Prêmio IASC 2015, nas categorias Melhor Empresa e/ou Maior Crescimento 2014/2015 e/ou ao prêmio IASC Nacional.

Promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) reconhece as distribuidoras que foram melhor avaliadas pelo cliente em relação à qualidade no atendimento e fornecimento de energia. Neste ano, a pesquisa foi realizada no período de 2 de junho a 17 de agosto de 2015, em todo o país.

O anúncio dos vencedores acontece no dia 19 de novembro, em Brasília, em uma cerimônia de premiação, onde recebem troféu, certificado e selo de qualidade pelo melhor desempenho em cada categoria.

As empresas finalistas do Grupo Energisa são:

Empresa	Categoria
Energisa Borborema	Melhor empresa da Região Nordeste e Maior Crescimento 2014 /2015
Energisa Mato Grosso	Melhor empresa da Região Centro Oeste (acima de 30 mil unidades consumidoras)
Energisa Mato Grosso do Sul	Melhor empresa da Região Centro Oeste (acima de 30 mil unidades consumidoras)
Energisa Minas Gerais	Melhor empresa das Regiões Sul e Sudeste (entre 30 mil e 400 mil unidades consumidoras)
Energisa Nacional	Maior Crescimento 2014/ 2015
Energisa Paraíba	Melhor empresa da Região Nordeste
Energisa Sergipe	Maior Crescimento 2014 / 2015
Energisa Tocantins	Melhor empresa da Região Norte

9 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e do auditor anterior pelos serviços prestados para a Energisa e suas controladas nos primeiros nove meses de 2015 foi de R\$ 7.128 mil, dos quais R\$ 5.595 mil são referentes à revisão das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	1.094	50.249	380.305	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	24.952	6.046	582.297	998.535
Clientes, consumidores e concessionárias	5.096	5.158	1.893.967	1.403.552
Títulos de créditos a receber	-	-	66.913	65.070
Estoques	67	53	30.230	29.474
Tributos a recuperar	10.574	193	409.325	307.260
Dividendos a receber	8.271	30.127	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	129.189	59.705
Ativos regulatórios	-	-	647.754	439.948
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	-	-	19.656	-
Contas a receber da concessão	-	-	-	861.289
Contas a receber - Vendas ativos	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	818.984	-	2.014.537
Outros créditos	116.398	3.135	784.144	536.429
Total do circulante	166.452	913.945	4.943.780	7.291.871
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	-	54.806	50.022
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	127.102	138.433
Títulos de créditos a receber	-	-	35.968	43.473
Ativos regulatórios	-	-	515.763	568.853
Créditos com partes relacionadas	691.900	760.728	93.702	106.328
Tributos a recuperar	10.920	-	181.830	173.111
Créditos tributários	-	209.190	744.489	928.170
Depósitos e cauções vinculados	70	41	196.891	163.318
Instrumentos financeiros derivativos	94.604	74.361	262.039	157.398
Contas a receber da concessão	-	-	3.402.058	2.162.764
Outros	20	24	105.441	183.949
	797.514	1.044.344	5.720.089	4.675.819
Investimentos	3.013.084	2.934.043	25.140	36.410
Imobilizado	9.178	9.098	105.930	85.208
Intangível	6.521	4.717	6.557.403	6.512.334
Total do não circulante	3.826.297	3.992.202	12.408.562	11.309.771
Total do ativo	3.992.749	4.906.147	17.352.342	18.601.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	731	1.182	1.087.716	966.244
Encargos de dívidas	9.420	7.353	60.659	42.462
Empréstimos e financiamentos	544.140	372.840	1.348.200	1.233.487
Debêntures	737.219	726.084	877.010	786.868
Tributos e contribuições sociais	4.057	80.519	497.293	434.254
Parcelamento de impostos	-	-	20.132	22.851
Dividendos a pagar	2.611	1.993	15.637	14.592
Obrigações estimadas	2.992	1.398	153.077	85.545
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	28.391	-
Encargos do consumidor a recolher	-	-	176.520	11.895
Taxa de iluminação pública	-	-	55.732	47.579
Benefícios a empregados - plano de pensão	255	255	27.321	27.856
Obrigações intrassetoriais	-	-	120.397	118.783
Passivos regulatórios	-	-	465.710	214.641
Taxas regulamentares	-	-	6.044	291.281
Incorporação de redes	-	-	157.748	146.424
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	-	-	135.806	-
Outras contas a pagar	52.914	53.170	151.303	365.805
Passivos disponíveis para venda	-	32.348	-	1.221.309
Total do circulante	1.354.339	1.277.142	5.384.696	6.031.876
Não circulante				
Fornecedores	-	-	355.355	359.895
Empréstimos e financiamentos	198.645	199.215	3.726.764	2.841.085
Debêntures	335.233	1.398.032	1.255.962	2.386.610
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	360.150	328.231
Tributos e contribuições sociais	-	-	99.149	75.964
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.350	-	1.589.298	1.765.217
Parcelamento de impostos	-	-	81.136	90.712
Débitos com partes relacionadas	256.050	144.018	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	586.700	629.114
Benefícios a empregados - plano de pensão	1.701	1.510	178.806	174.188
Passivos regulatórios	-	-	188.988	440.339
Taxas regulamentares	-	-	167.484	177.585
Incorporação de redes	-	-	187.147	217.973
Outras contas a pagar	10.706	3.291	265.377	83.993
Total do não circulante	816.685	1.746.066	9.042.316	9.570.906
Patrimônio líquido				
Capital social	1.010.000	1.010.000	1.010.000	1.010.000
Ações em tesouraria	(42.675)	(42.675)	(42.675)	(42.675)
Reserva de capital	(1.016)	1.848	(1.016)	1.848
Reserva de lucros	874.812	874.812	874.812	874.812
Lucros do período	73.847	-	73.847	-
Dividendos adicionais propostos	-	130.946	-	130.946
Outros resultados abrangentes	(93.243)	(91.992)	(93.243)	(91.992)
	1.821.725	1.882.939	1.821.725	1.882.939
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.103.605	1.115.921
Total do patrimônio líquido	1.821.725	1.882.939	2.925.330	2.998.860
Total do passivo e patrimônio líquido	3.992.749	4.906.147	17.352.342	18.601.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA S/A
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	9M15	9M14 (reclassificado)	9M15	9M14 (reclassificado)
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	-	-	11.374.019	5.918.152
Suprimento de energia elétrica	-	-	342.759	213.223
Disponibilidade do Sistema Elétrico	-	-	355.033	128.314
Vendas de energia a consumidores livres	-	-	328.215	334.885
Serviços especializados	-	-	57.339	40.798
Receita de construção	-	-	907.521	413.731
Outras receitas	48.155	48.282	277.113	400.290
	48.155	48.282	13.641.999	7.449.393
Deduções à receita operacional				
ICMS faturado	-	-	2.389.708	1.293.682
PIS, Cofins e ISS	5.420	5.439	1.134.094	654.441
Taxas de fiscalização	-	-	10.604	-
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	-	-	835.939	-
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	-	-	1.185.132	111.457
	5.420	5.439	5.555.477	2.059.580
Receita operacional líquida	42.735	42.843	8.086.522	5.389.813
Despesas (receitas) operacionais				
Pessoal (inclui fundo de pensão)	18.519	12.418	586.150	441.804
Material	460	414	100.863	56.293
Serviços de terceiros	33.699	32.749	528.006	490.255
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	4.057.923	2.769.444
Transporte de potência elétrica	-	-	546.894	219.978
Depreciação e amortização	24.539	23.514	537.843	404.216
Provisão para contingências / devedores duvidosos	-	136	(52.554)	(43.693)
Custo de construção	-	-	907.525	413.731
Outras despesas / receitas	(579.156)	842	(404.444)	115.588
	(501.939)	70.073	6.808.206	4.867.616
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	544.674	(27.230)	1.278.316	522.197
Receita (Despesa) financeira				
Receitas de aplicações financeiras	7.569	45.743	120.241	119.203
Varição monetária e acréscimo moratório de energia	-	-	120.702	115.569
Outras receitas financeiras	89.269	62.124	444.493	127.858
Encargos de dívidas - juros	(194.272)	(161.129)	(537.158)	(383.296)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(241.401)	(16.230)	(1.051.291)	(92.440)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	11.431	8.961
Ajuste a valor presente de ativos	-	-	(7.385)	8.265
Marcação a mercado de derivativos	(63.088)	7.534	(205.013)	19.046
Marcação a mercado da dívida	(54)	-	45.681	-
Instrumentos financeiros derivativos	126.097	(13.743)	535.347	(4.324)
Outras despesas financeiras	(27.293)	(5.135)	(420.053)	(217.529)
	(303.173)	(80.836)	(943.005)	(298.687)
Resultado de equivalência patrimonial	162.476	245.856	(37)	(3.619)
Resultado antes dos impostos	403.977	137.790	335.274	219.891
Contribuição social e imposto de renda	(223.540)	-	(135.124)	(53.934)
Resultado de operações descontinuadas	(6.239)	(738)	(7.122)	(689)
Lucro líquido do período	174.198	137.052	193.028	165.268
Lucro atribuível a:				
Acionistas da controladora	-	-	174.198	137.052
Acionistas não controladores	-	-	18.830	28.216
Lucro líquido por ação - R\$	0,14	0,11		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

ENERGISA S/A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	9M15	9M14 (reclassificado)	9M15	9M14 (reclassificado)
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(174.025)	52.867	328.420	617.864
Caixa Gerado nas Operações	(12.961)	53.272	1.051.625	1.079.321
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	403.976	137.052	335.274	219.202
Depreciação e amortização	24.539	23.513	537.843	461.686
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	30.969	(15.640)
Reversão de provisão para riscos	-	-	(83.523)	(24.322)
Resultado de equivalência patrimonial	(162.476)	(245.119)	37	3.619
Valor residual de ativos permanentes baixados	-	-	67.420	4.850
Marcação a mercado de derivativos	63.088	(7.534)	205.013	(19.046)
Instrumentos financeiros derivativos	(126.097)	13.743	(535.347)	4.324
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado na alienação de ativos de geração	-	-	(684.332)	-
Marcação a mercado das dívidas	54	-	(45.681)	-
(Ganho) Perda na alienação de bens do ativo	(62)	-	-	-
Resultado da Alienação dos Ativos de Geração	(580.369)	-	-	-
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	364.386	131.617	1.223.952	444.648
Variações nos Ativos e Passivos	(161.064)	(405)	(723.205)	(461.457)
(Aumento) de consumidores e concessionárias	-	-	(389.351)	(129.230)
(Aumento) diminuição de títulos e créditos a receber	-	-	(1.723)	417.883
(Aumento) diminuição de estoques	(14)	6	(2.696)	(2.783)
(Aumento) de tributos a recuperar	(21.301)	(7.008)	(110.784)	(220.553)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	(29)	(26)	(20.033)	(50.974)
Diminuição (Aumento) de clientes	62	(485)	-	-
Diminuição de despesas pagas antecipadamente	-	39	4.251	6.883
(Aumento) Diminuição de outros créditos	(44.887)	3.520	(102.810)	(1.141)
Ativos regulatórios	-	-	4.998	-
(Diminuição) aumento de fornecedores	(451)	(1.659)	27.575	(409.778)
Aumento de folha de pagamento	-	-	4.084	26.929
Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais	6.551	-	(103.198)	(46.156)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(97.803)	-	(162.582)	(31.247)
Aumento de obrigações estimadas	1.594	409	67.532	92.099
Aumento de encargos do consumidor a recolher	-	-	151.073	9.245
Passivos regulatórios	-	-	(107.305)	-
(Diminuição) Aumento de outras contas a pagar	(4.786)	4.799	17.764	(122.634)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.628.442	(1.589.149)	1.281.414	(804.763)
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(11.337)	126.418	531.695	(259.516)
Aplicações no imobilizado e intangível	(4.076)	(4.220)	(811.725)	(604.410)
Recebimentos de dividendos	137.798	132.966	-	-
Caixa equivalente de caixa adquirido em 11/04/2014	-	-	-	84.066
Caixa equivalente de caixa investimentos descontinuados	-	-	-	(49.823)
Alienação dos ativos de geração	1.376.853	-	1.552.466	-
Alienação de bens do imobilizado e intangível	-	-	8.978	24.920
Partes relacionadas	191.944	(109.955)	-	-
Aumento de capital em controladas	(62.740)	(1.239.366)	-	-
Aquisição de créditos de recuperação judicial	-	(494.992)	-	-
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(1.503.572)	1.729.172	(1.805.601)	718.174
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	460.000	2.007.635	1.506.883	3.251.488
Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	(1.468.768)	(52.175)	(2.635.421)	(1.787.820)
Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	(305.826)	(16.288)	(376.600)	(216.570)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	42.766	(41.151)	216.519	(48.904)
Pagamento de dividendos	(231.744)	(168.849)	(240.073)	(168.849)
Pagamento de parcelamento de impostos	-	-	(12.295)	(200.275)
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	(277.240)	(110.896)
Partes relacionadas	-	-	12.626	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(49.155)	192.890	(195.767)	531.275
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.249	75.107	576.072	252.185
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.094	267.997	380.305	783.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Energisa S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O principal objetivo social é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas, relacionadas na nota explicativa nº 4.

As controladas distribuidoras, geradoras e comercializadoras de energia elétrica, possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas às empresas de geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. Os prazos de concessão são conforme segue:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
ESE	23/12/1997	30 anos	23/12/2027
EBO	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
EPB	15/01/2001	30 anos	15/01/2031
EMG	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
ENF	18/06/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EMT	10/12/1997	30 anos	10/12/2027
ETO	28/06/1999	20 anos	30/01/2020
EMS	04/12/1997	30 anos	04/12/2027
CNEE	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CAIUÁ	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EDEV	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
EBB	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015
CFLO	03/02/1999	20 anos (*)	07/07/2015

(*) Contados a partir de 7 de julho de 1995.

Renovação de concessões:

Em 07 de julho de 2015, venceram os Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica das controladas: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Caiuá Distribuição de Energia S/A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste.

Em atendimento ao prazo disposto nos referidos Contratos, as controladas requereram, em junho de 2012, a prorrogação de suas Concessões. O pedido foi reiterado em outubro de 2012 nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 7.805/2012.

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que tratou, dentre outras, da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, estabelecendo que as referidas concessões poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

Em 02 de junho de 2015, foi editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, regulamentando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e decretando que o Ministério de Minas e Energia ("MME") poderá prorrogar as concessões, por trinta anos, devendo ser atendidos os seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

Ainda nos termos do Decreto nº 8.461/2015, a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa pela concessionária das condições estabelecidas no contrato de concessão ou em seu termo aditivo.

Em 10 de junho de 2015, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 038/2015, com objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, com período para envio de contribuição até 13 de julho de 2015.

Diante disso, após longas discussões no âmbito do processo de monitoramento que tramitou no Tribunal de Contas da União - TCU, o plenário do próprio Tribunal decidiu por autorizar que o Poder Concedente prorrogasse todas as Concessões vencidas em 2015 sugerindo, por fim, algumas alterações na minuta do Termo Aditivo proposto pela ANEEL.

Ato contínuo, a Agência Reguladora, em reunião Pública da Diretoria ocorrida no dia 20 de outubro de 2015, aprovou a minuta do Aditivo ao Contrato de Concessão e a encaminhou ao MME com a recomendação pela prorrogação.

Por fim, com a conclusão dos processos, foram publicadas Portarias por meio das quais o MME defere os pedidos de prorrogação dos Contratos de Concessão, convocando os representantes legais das Distribuidoras para a assinatura dos respectivos Termos Aditivos, que ocorrerá em 03 de dezembro de 2015.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 16, 19 e 29, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de Parque Eólico, localizado no Estado da Bahia, uma Pequena Central de Geração de energia em Nova Friburgo (RJ) e Projetos de Geração Solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,25% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da controlada EMT.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia, é como segue:

- I - Operar Usina termelétrica;
- II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;
- III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;
- IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;
- V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração da PCH;
- VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e
- VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas, com objetivos de racionalizar custos, são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda, que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas Energisa Soluções S/A e Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social da Rede de Eletricidade e Serviços S.A.), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Capital Circulante:

A Energisa apresentou o capital circulante líquido negativo em 30 de setembro de 2015, no montante de R\$1.187.887 na controladora e R\$426.843 no consolidado. No final de março de 2015, a Companhia concretizou a venda dos ativos de geração para São João Energética S.A., sociedade anônima, indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners (São João Energética), pelo montante de R\$1.428.100, já tendo recebido todo montante referente à 100% das ações, além de R\$124.366, à título de ajustes de preço, normais em operações dessa natureza. A Companhia espera receber adicionais R\$113.500 referente ao cumprimento de outras condições precedentes da venda dos ativos de geração no último trimestre de 2015, relativos a ajustes de preços complementares conforme disposto nos contratos firmados. Adicionalmente, em 21 de setembro de 2015 houve a convocação das acionistas para: (i) aumento de capital privado no montante de R\$250.000, com direito de subscrição pelos acionistas até 30 de outubro de 2015 e (ii) emissão de debêntures simples no montante de R\$1.000.000, conjugadas com bônus de subscrição de R\$500.000, com direito de subscrição pelos acionistas atuais até 30 de novembro de 2015. A administração considera ainda que os fluxos de dividendos oriundos dos resultados das operações das controladas, juntamente com o processo de substituição das dívidas de curto prazo em curso, irão gerar os recursos financeiros mais do que suficientes para fazer frente ao restante dos compromissos financeiros e reequilíbrio do capital circulante líquido.

Aquisição de controle acionário:

Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes do Compromisso, Rede Energia, EMT e EMS, juntamente com a Energisa e demais Companhias, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, informou aos respectivos acionistas e ao mercado em geral que, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa.

Naquela data ocorreram as Assembleias Gerais da Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.; e Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. - EMS, concessionárias que foram objeto de intervenção administrativa da ANEEL. As referidas Assembleias tiveram como ordem a eleição dos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora indireta das concessionárias de distribuição do Grupo Rede. Da mesma forma, no dia 14 de abril de 2014, ocorreram as assembleias gerais para eleição dos membros da administração indicados pela Energisa na Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT e na Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A. - ETO, Companhias essas que também foram objeto de intervenção administrativa.

A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ, 65,68% do capital da BBPM, 20,11% do capital da Denerge e 0,03% do capital da Rede Energia, empresas holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), além dos aportes de capital realizados pela Energisa nas companhias JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no valor total de R\$1.295.356, sendo que todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

Etapas da aquisição do controle acionário do Grupo Rede pela Energisa S/A.

1.1. Plano de Recuperação ANEEL

Nos termos do art. 12 da Medida Provisória n.º 577, de 29 de agosto de 2012, vigente à época e posteriormente convertida na Lei n.º 12.767/12, os acionistas das Companhias em intervenção, deveriam apresentar, no prazo

de 60 dias, contados da data da intervenção, plano de recuperação com objetivo de solucionar as razões que a ensejaram.

Em cumprimento às disposições da Medida Provisória n.º 577/2012 mencionadas acima, a controlada Rede Energia, na qualidade de acionista controladora direta das companhias sob intervenção, aprovou, durante o mês de outubro/2012, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em cada uma das companhias sob intervenção, bem como em Assembleia Geral Extraordinária da própria Rede Energia, os respectivos planos de recuperação requeridos pela ANEEL.

Os referidos planos de recuperação, de todas as companhias sob intervenção, foram devidamente apresentados à ANEEL e foram atualizados posteriormente, de acordo com a evolução das negociações para eventual alienação do controle societário da Rede Energia, e do grupo, conforme divulgado ao mercado.

Em 01 de outubro de 2013, a controlada Rede Energia apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. nos termos do Compromisso.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação das concessionárias sob intervenção apresentado pelo Grupo Rede que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa.

Em 28 de janeiro de 2014, através da Resolução Autorizativa n.º 4.510, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Energisa S.A. Em 08 de abril de 2014, a ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário à Energisa S.A.

1.2. Recuperação Judicial

Em 26 de novembro de 2012, a controlada Rede Energia publicou fato relevante pelo qual informa que ajuizou, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Naquela mesma data, foram ajuizados de forma conjunta, os pedidos de recuperação judicial da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S.A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”).

A despeito dos esforços da administração junto a credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da controlada Rede Energia, da CTCE, da QMRA, da EEVP e da Denerge. A medida visava a proteger o valor dos ativos dessas sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades, em especial no que se refere à gestão pela Rede Energia de participações majoritárias em diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, naquele momento sob intervenção governamental.

O pedido de recuperação judicial da controlada Rede Energia foi distribuído sob nº 0067341-20.2012.8.26.0100, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo - SP.

Em 09 de setembro de 2013, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais proferiu a decisão em 1ª instância homologando o Plano de Recuperação Judicial votado em assembleia geral de credores, e concedendo a recuperação judicial das recuperandas, entre elas a Rede Energia. Esta decisão foi objeto de embargos de declaração opostos pelas próprias recuperandas, os quais foram acolhidos para constar que o plano de recuperação, na realidade, havia sido homologado via *cram down* (artigo 58, § 1º, da Lei 11.101/2005), e não pela via ordinária (artigo 58, caput, da Lei 11.101/2005). Esta última decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 20/11/2013 e foi objeto de recurso por parte de credores estrangeiros que, o qual foi distribuído perante a 2ª Câmara Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Após a homologação do plano, portanto, ficaram pendentes de julgamento dois recursos interpostos por credores estrangeiros que poderiam impactar diretamente no plano de recuperação judicial: um contra a homologação do plano de recuperação judicial, e outro para discutir a possibilidade de ajuizamento da recuperação por várias empresas do mesmo grupo (há outros recursos, no entanto, envolvem questões periféricas da recuperação judicial).

No dia 27 de agosto de 2014, foi proferida, em processo auxiliar perante a Corte do Estado de Nova Iorque (*Chapter 15*), decisão reconhecendo a validade do plano de recuperação naquele território, sendo que, em 09/09/2014, foi proferida a ordem que permitiu a operacionalização de pagamentos credores estrangeiros, na forma prevista no Plano de Recuperação. Este pagamento já foi realizado, de modo que o Plano de Recuperação Judicial vem sendo estritamente cumprido.

Em 10 de abril de 2015, houve o julgamento perante a 2ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual, por maioria de votos, os recursos dos credores estrangeiros não foram conhecidos. Ficaram prejudicadas, portanto, todas as pretensões de tais credores recorrentes.

De toda forma, atualmente ainda está pendente uma decisão final e transitada em julgado de dois recursos apresentados por credores estrangeiros que poderão impactar diretamente no plano de recuperação aprovado: um contra a homologação do plano de recuperação judicial, e outro para discutir a possibilidade de ajuizamento da recuperação por várias empresas do mesmo grupo. Existem ainda outros recursos que, no entanto, envolvem questões periféricas da recuperação judicial.

1.3. Compromisso de investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, foi celebrado o Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Energisa e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir à Energisa a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades JQMJ Participações S.A. (“JQMJ”), BBPM Participações S.A. (“BBPM”), Denerge e EEVP, participações societárias essas que confeririam à Energisa o controle indireto da Rede Energia S.A. e, por consequência, das demais sociedades por ela controladas, inclusive das distribuidoras de energia elétrica então sob intervenção da ANEEL, a saber: EMS, EMT, ETO, Caiuá - Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. e Companhia Força e Luz do Oeste. Em contrapartida, a Energisa se comprometia, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia, de forma a cumprir o plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentado à ANEEL.

A operação objeto do Compromisso foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16 de outubro 2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014.

Nos termos do artigo 4º da Resolução Autorizativa nº 4.510/2014 da ANEEL, datada de 28 de janeiro de 2014, a comprovação da transferência do controle acionário indireto encerrou a intervenção administrativa das concessionárias de distribuição de energia elétrica nas empresas, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622, publicada pela ANEEL em 10 de abril de 2014.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados perante a ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o encerramento do processo de recuperação judicial.

1.4. Plano de recuperação judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 09 de setembro de 2013, na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede Energia, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, que veio permitir as empresas superar sua crise econômico-financeira, levantar a intervenção nas concessionárias de distribuição de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, CFLO, CNEE, EEB, EDEVP e CAIUÁ), preservar os direitos dos credores, estabelecer a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos objetivando viabilizar a manutenção das atividades da distribuição e geração de energia, preservando às concessões outorgadas.

Como já evidenciado nos itens acima a Energisa cumpriu as etapas determinadas no Plano de Recuperação como segue:

Aportes de capital

A Companhia já aportou nas empresas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia, cerca de R\$1.295.356, sendo tais recursos subsequentemente transferidos às demais subsidiárias a título de adiantamento para futuro aumento

de capital, passando a Energisa deter diretamente 99,95% do capital da JQMJ, 89,57% do capital da BBPM, 49,28% do capital da Denerge, e 14,95% do capital da Rede Energia.

Pagamento aos Credores

Os credores quirografários por obrigação principal puderam escolher até o dia 18 de novembro de 2013, entre a Opção A, Opção B e Opção C para recebimento de seus créditos, aplicável sobre a totalidade dos créditos detidos pelo mesmo, sendo definido que:

. Os *Bondholders* terão seus créditos reestruturados e pagos de acordo com o Plano de Recuperação, de acordo com a Opção C, escolhida pela maioria dos *Bondholders*

. Credores da Opção A - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos de juros foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Quirografários Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iv) correção monetária anual, calculada pelo IPCA, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (v) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores com Garantia Real Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 4% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iv) correção anual, calculada pela TR, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (v) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.

. Credores Opção C - credores que optaram por ceder até a totalidade de seus créditos - créditos cedidos pelos credores com garantia real ou pelos credores quirografários por obrigação principal para a Energisa, receberam o valor correspondente a 25% do valor dos respectivos créditos. O valor pago pela Cessão de Crédito não estava sujeito à atualização monetária.

Os créditos cedidos pelos credores referentes à Opção C serão pagos pela Rede Energia e CTCE à Energisa de acordo com as seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total do crédito não reestruturado a ser pago em parcela única em até 1 ano da data do pagamento da cessão, com juros de 12,5% a.a., incidentes a partir da data de pagamento da cessão, prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento, com as mesmas taxas; (ii) o valor remanescente correspondente a 75% será pago ao fim do prazo de 22 anos em parcela única com juros capitalizados de 0,5% a.a incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Os pagamentos relativos às cessões foram realizados pela Energisa a partir de 14 de abril, 1º dia útil após a data em que a controladora Energisa assumiu o controle acionário das empresas.

Independente da opção escolhida, Credores Com Garantia Real e Credores Quirografários receberam, cada um, antes da incidência de deságio, R\$10.

Os créditos Quirografários decorrentes de multa foram pagos observados os seguintes parâmetros: (i) aplicação de redutor de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor da multa, sendo que tal redutor se justifica em razão da classificação em caso de falência; (ii) pagamento ou de outra forma satisfação do crédito efetivada no termo inicial de cumprimento do plano (60º dia a contar da data de homologação do plano de recuperação judicial); (iii) eventual opção por concordar com a redução de seus créditos em, no mínimo, 2/3 (dois terços) do valor das respectivas multas, de modo que foram pagos de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C, aplicando-se a fórmula ao crédito a título de multa após redutor de 2/3 (dois terços); (iv) para o caso de multa fixada em sentença judicial ou arbitral transitada em

julgado antes da aprovação do plano, o valor será considerado, para todos os fins, como quirografário, de modo que o pagamento ocorrerá de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C; e (v) o pagamento de multas fica limitado ao valor agregado de R\$65.000.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo posição em 30 de setembro de 2015 dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE) e da controlada Tangará, que assumiu as obrigações da recuperanda QMRA, conforme segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	Tangará	CTCE	Total
Créditos adquiridos pela Energisa contra recuperandas	1.743.157	-	-	573.349	2.316.506
. Já pagos	908.553	-	-	573.349	1.481.902
. A pagar (Bonds ao câmbio R\$ 2,2025/USD)	834.604	-	-	-	834.604
Valor pago/a pagar pelos créditos adquiridos (25%)(2)	429.200	-	-	65.792	494.992
Valores a pagar pelas recuperandas a credores que optaram por receber ao final de 22 anos	456.182	712.520	102.410	97.754	1.368.866
. Com juros de 1%	456.182	-	102.410	97.754	656.346
. Com juros de TR + 4% aa	-	712.520	-	-	712.520
Valores a pagar pelas recuperandas a credores com valores <10 mil	-	-	-	50	50
Valores a pagar pelas Recuperandas a credores multa 95%	-	-	-	62.574	62.574
					-
Passivo assumido no âmbito do Plano de Recuperação Judicial	885.382	712.520	102.410	226.170	1.926.482
Movimentação 1º trimestre					
Atualização (1)	82.065	38.436	17.884	28.669	167.054
Ajuste a valor presente (1) e (3)	(406.583)	(500.353)	-	(87.097)	(994.033)
Movimentação 2º trimestre					
Descontos (1)	-	-	-	(59.444)	(59.444)
Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(432.357)	(19.351)	(120.294)	(69.362)	(641.364)
Total em 31 de dezembro de 2014 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	128.507	231.252	-	38.936	398.695
Atualização (5)	837	8.818	-	425	10.080
Ajuste a valor presente (5) e (3)	1.204	(543)	-	1.011	1.672
Atualização (5)	2.684	10.283	-	868	13.835
Ajuste a valor presente (5) e (3)	1.283	1.629	-	579	3.491
Atualização (5)	2.582	8.741	-	3.067	14.390
Ajuste a valor presente (5) e (3)	2.047	542	-	(1.184)	1.405
Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(4.561)	(28.226)	-	(3.205)	(35.992)
Total em 30 de setembro de 2015 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	134.583	232.496	-	40.497	407.576

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período/ exercício da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados diretamente no balanço de abertura R\$167.054.

(2) Pagamentos realizados pela Energisa S.A.

(3) Ajustes a Valor Presente:

Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(4) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Rede Energia cerca de R\$62.773 (R\$26.781 até 31 de dezembro de 2014) e pela Energisa R\$494.992 (R\$494.992 até 31 de dezembro de 2014). Em setembro de 2014, foi liquidada a dívida da controlada Tangará (geradora alienada em maio de 2015), com Banco Itaú BBA, no montante de R\$119.579.

(5) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados na demonstração de resultado.

Cessão de Créditos- Opção C

De acordo com o plano de recuperação judicial, os credores do Grupo Rede cederam seus direitos de crédito para a Energisa com um “desconto”, da ordem de 75% do valor da dívida. Os créditos cedidos, serão pagos pela Rede Energia e CTCE à Energisa nas seguintes condições: (i) 25% do montante total do crédito será pago em parcela única, em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão, prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento, com as mesmas taxas; (ii) o valor remanescente, correspondente a 75% do montante total do crédito, será pago ao fim de 22 anos, em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano.

A partir da assunção de controle do Grupo Rede pela Energisa, em 11 de abril de 2014, e conforme previsão no Plano de Recuperação Judicial e opção dos credores, foram concluídas as cessões de créditos detidos pelos credores contra as recuperandas para a Energisa, contra o pagamento de 25% do seu valor. Os créditos montam R\$494.992, dos quais R\$ 444.299 já foram liquidados. Estes valores foram registrados pela Energisa a valor justo, a débito de créditos com parte relacionadas contra outras contas a pagar no passivo circulante.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de novembro de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2015, exceto quanto à adoção da contabilidade de hedge “Hedge Accounting” que possui efeito prospectivo do impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. As seguintes práticas contábeis foram adicionadas àquelas já publicadas:

a. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 33 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

4 Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	30/09/2015	31/12/2014
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (3)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (5)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	100	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR) (6)	Geração hidráulica de energia	-	100
Pequena Central Hidrelétrica ZéTunin S/A (6)	Geração hidráulica de energia	-	100
SPE Cristina Energia S/A (6)	Geração hidráulica de energia	-	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (2)	Holding em geração eólica de energia	-	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	-	100
Energisa Bioeletricidade S/A (EBIO) (4)	Holding em geração de energia elétrica - biomassa de cana de açúcar	-	100
Energisa Geração Central Solar Coremas	Geração solar de energia	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	50
JQMJ Participações S/A	Holding	99,99	99,95

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Empresa holding que detém o controle acionário da Energisa Geração Central Eólica Renascença S/A I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A (alienada em março de 2015).

(3) Companhias Abertas.

(4) Geração de energia elétrica movida a biomassa de bagaço de cana de açúcar (alienada em março de 2015).

(5) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.

(6) Empresas alienadas em março de 2015.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de geração, distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/09/2015				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	7.751.694	219	297.533	37.076	8.086.522
Receitas Intersegmentos	5.122	-	-	113.394	118.516
Total	7.756.816	219	297.533	150.470	8.205.038
Receitas Financeiras	664.975	19	1.998	141.068	808.060
Despesas Financeiras	(1.204.155)	(282)	(4.752)	(541.877)	(1.751.066)
Total	(539.180)	(263)	(2.754)	(400.809)	(943.006)
Depreciação e amortização	506.105	24	31	31.683	537.843
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	109.079	(306)	(2.970)	229.470	335.273

	30/09/2014				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	5.080.393	85.533	266.988	19.480	5.452.394
Saldo reclassificado para operação descontinuada	-	(62.581)	-	-	(62.581)
Subtotal	5.080.393	22.952	266.988	19.480	5.389.813
Receitas Intersegmentos	4.876	80.626	21.102	80.972	187.576
Total	5.085.269	103.578	288.090	100.452	5.577.389
Receitas Financeiras	288.498	23.893	42.412	93.860	448.663
Despesas Financeiras	(510.285)	(63.848)	(11.103)	(202.069)	(787.305)
Total	(221.787)	(39.955)	31.309	(108.209)	(338.642)
Saldo reclassificado para operação descontinuada	-	39.955	-	-	39.955
Total	(221.787)	-	31.309	(108.209)	(298.687)
Depreciação e amortização	378.095	55.787	30	27.774	461.686
Saldo reclassificado para operação descontinuada	-	(55.763)	-	-	(55.763)
Total	378.095	24	30	27.774	405.923
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	269.978	1.125	44.879	(94.392)	221.590
Saldo reclassificado para operação descontinuada	-	(1.699)	-	-	(1.699)
Total	269.978	(574)	44.879	(94.392)	219.891

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	30/09/2015	31/12/2014
Ativos dos segmentos divulgáveis	16.545.761	3.560	189.148	626.792	17.365.261	18.617.059
Ativo circulante	4.620.945	1.203	71.360	290.691	4.984.199	7.381.988
Ativo não circulante	11.924.816	2.357	117.788	336.101	12.381.062	11.235.071
Passivos dos segmentos divulgáveis	10.916.604	290	329.241	3.193.797	14.439.932	15.618.199
Passivo circulante	3.936.989	286	54.625	1.419.142	5.411.042	6.121.992
Passivo não circulante	6.979.615	4	274.616	1.774.655	9.028.890	9.496.207

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/07/2015 a 30/09/2015	30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	30/09/2014
Receita				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	2.795.925	8.205.038	2.580.047	5.639.970
Eliminação de receitas intersegmentos	(44.860)	(118.516)	(106.368)	-187.576
Receita líquida consolidada	2.751.065	8.086.522	2.473.679	5.452.394
Saldo reclassificado para operação descontinuada	-	-	(62.581)	(62.581)
Total	2.751.065	8.086.522	2.411.098	5.389.813
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	160.151	537.843	218.468	459.979
Saldo reclassificado para operação descontinuada	-	-	(55.763)	(55.763)
Total	160.151	537.843	162.705	404.216
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	208.561	808.060	246.157	448.663
Eliminação de receitas intersegmentos	(18.093)	(122.624)	(42.374)	(62.140)
Receita financeira consolidada	190.468	685.436	203.783	386.523
Saldo reclassificado para operação descontinuada	-	-	(23.893)	(23.893)
Total	190.468	685.436	179.890	362.630
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(700.108)	(1.751.066)	(448.824)	(787.305)
Eliminação de receitas intersegmentos	18.093	122.624	42.374	62.140
Despesa financeira consolidada	(682.015)	(1.628.442)	(406.450)	(725.165)
Saldo reclassificado para operação descontinuada	-	-	63.848	63.848
Total	(682.015)	(1.628.442)	(342.602)	(661.317)
Lucros				
Total de lucros dos segmentos reportáveis	(156.352)	335.273	42.662	221.590
Saldo reclassificado para operação descontinuada	-	-	(1.699)	(1.699)
Lucro antes dos impostos	(156.352)	335.273	40.963	219.891

	30/09/2015	31/12/2014
Ativo		
Ativo total dos segmentos reportáveis	17.365.261	18.617.059
Outros valores não alocados	(12.919)	(15.417)
Total Ativo consolidado	17.352.342	18.601.642
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	14.439.932	15.618.199
Outros valores não alocados	(12.919)	(15.417)
Total passivo consolidado	14.427.013	15.602.782

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalentes de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Bradesco	CDB Automático	30/12/2015	20,0% do CDI	-	-	2.295	4.961
Caixa	CDB	29/12/2017 a 31/01/2018	100,5% a 101,5% do CDI	-	38.503	222.048	175.878
Caixa	Debêntures (2)	03/07/2019	101,5% do CDI	-	10.585	-	128.952
Caixa FID	CDB	31/03/2018	100,5% do CDI	-	-	1.228	1.038
Itaú	CDB Automático	30/12/2015	20,0% do CDI	-	-	1.643	7.044
Santander	Debêntures (2)	26/03/2017 a 21/03/2017	103,2% do CDI	-	52	1.144	112.802
				-	49.140	228.358	430.675
Caixas e bancos				1.094	1.109	151.947	145.397
Total caixa e equivalência de caixa				1.094	50.249	380.305	576.072

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
ABC Brasil	CDB	25/09/2015 a 11/02/2016	103,0% a 107,0% do CDI	-	-	5	5
Banco do Brasil	CDB	08/03/2016 a 09/08/2019	95,0% a 100% do CDI	-	-	1.655	25.005
Banrisul	Fundo de Investimento	-	91,67% do CDI	-	-	55	51
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	102,57% do CDI	26	28	26	136.797
BES	CDB	05/05/2015 a 09/03/2017	102,5% a 103,0% do CDI	-	-	51	47
BICBanco	CDB	22/01/2016	108,0% do CDI	23	20	98	88
BMG	CDB	14/01/2016	100,0% do CDI	-	-	1	11
Bradesco	CDB	19/09/2016 a 20/03/2017	90,0% a 96,0% do CDI	-	-	259	2.043
Bradesco	Fundo de Investimento	-	102,12% do CDI	-	-	81.858	36.548
BTG Pactual	CDB	05/12/2015 a 14/12/2015	101,0% a 103,0% do CDI	22	20	126	115
BVA	CDB	05/11/2015	103,0% do CDI	-	-	4	-
Caixa	CDB	31/01/2018 a 04/09/2019	100,0% a 100,5% do CDI	3.161	-	6.576	16.936
Caixa	Deposito caução c/c	-	-	-	-	10	10
Caixa	Poupança	-	Poupança	-	-	146	146
Bradesco	Poupança	-	Poupança	-	-	108	108
HSBC	CDB	19/07/2018	100,0% do CDI	-	-	554	671
HSBC	Fundo de Investimento	-	103,02% do CDI	20	18	20	18
Itaú	CDB	21/10/2015 a 13/04/2016	90,0% a 102,0 do CDI	-	5	2.008	2.009
Itaú	Debêntures (2)	30/09/2016 a 21/03/2017	75,0% a 102,0% do CDI	-	-	552	500
Itaú	Fundo de Investimento	-	66,37% do CDI	-	-	3.564	1.999
Itaú	Fundo de investimento em direito	-	100% do CDI	-	-	38.557	38.479
Itaú Corp Plus	Fundo de Investimento	-	101,44% do CDI	-	-	57	51
Itaú TOP DI	Fundo de	-	100,84% do CDI	-	-	6.411	2.801

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
	Investimento						
Modal	CCB	29/04/2016	IPCA + 2%a.m	-	-	-	37.484
CEF	CDB	31/01/2018	100,0% do CDI	-	-	603	550
Nordeste	CDB	28/07/2017 a 09/09/2019	90,0% a 99,0% do CDI	-	-	38.549	42.312
Pine	CDB	08/02/2017	104,0% do CDI	-	-	267	244
Safra	CDB Automático	31/12/2015	10,00% do CDI	-	-	18	8
Safra	Debêntures (2)	18/04/2016 a 06/04/2022	100,0 % do CDI	-	11	30	65
Safra	CDB	22/03/2016	101,00% do CDI	-	-	-	17
Santander	CDB	30/12/2016	102,10% do CDI	-	-	1.154	998
Citibank	Fundo de Investimento	15/01/2025	101,56% do CDI	-	-	9.014	8.286
Sulamerica	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-	5.085	-
Caixa FI Energisa (4)	Fundo de investimento	-	105,05% do CDI	21.700	-	102.745	97.931
FIM Zona da Mata (4)	Fundo de investimento	-	125,11% do CDI	-	-	329.690	583.907
Votorantim	CDB	24/04/2016	90,0% do CDI	-	-	5	13
				24.952	102	629.861	1.036.253

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento	29/12/2020	100,0% do CDI	-	-	7.242	6.361
Mercantil	DPGE	21/05/2015	112,0% do CDI	-	5.944	-	5.943
					5.944	7.242	12.304
Total Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)				24.952	6.046	637.103	1.048.557
Circulante				24.952	6.046	582.297	998.535
Não circulante				-	-	54.806	50.022

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$3.252 (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2014) na controladora e R\$187.547 (R\$ 231.521 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos incluem aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

7 Clientes

Classes de Consumo	Controladora (1)		Consolidado						Total	
	30/09/2015	31/12/2014	Saldos Vincendos (2)	Vencidos					30/09/2015	31/12/2014
				Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		
Residencial	-	-	266.665	184.130	39.157	22.038	2.438	4.465	518.893	362.573
Industrial	-	-	169.273	26.694	3.635	4.475	4.573	19.313	227.963	164.707
Comercial	-	-	199.124	52.612	9.536	6.616	3.797	11.282	282.967	203.028
Rural	-	-	72.650	23.506	7.151	4.452	649	970	109.378	63.544
Poder público:										
Federal	-	-	13.636	4.891	1.235	171	457	91	20.481	15.942
Estadual	-	-	25.621	6.689	2.432	608	86	65	35.501	23.489
Municipal	-	-	28.121	9.867	2.347	2.084	376	9.782	52.577	34.526
Iluminação pública	-	-	28.266	11.684	2.032	942	264	15.310	58.498	37.729
Serviço público	-	-	36.158	10.025	3.443	4.006	3.575	82.014	139.221	112.005
Parcelamento de Energia - Faturas Novadas	-	-	126.464	6.556	6.539	5.079	17.331	93.214	255.183	248.834
(-) Ajuste valor Presente (4)	-	-	(10.757)	-	-	-	-	-	(10.757)	(11.223)
Subtotal -clientes	-	-	955.221	336.654	77.507	50.471	33.546	236.506	1.689.905	1.255.154
Concessionárias (3)	-	-	99.505	-	-	-	-	26.995	126.500	136.293
Fornecimento não faturado	-	-	438.625	-	-	-	-	-	438.625	372.174
Serviços Especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	946
Outros (5)	5.096	5.158	92.860	11.074	3.427	3.108	11.767	29.410	151.646	136.400
Redução do uso do sistema de distribuição (6)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	12.201	12.201
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(26.734)	(865)	(16.286)	(31.190)	(29.822)	(292.911)	(397.808)	(371.183)
Total	5.096	5.158	1.571.678	346.863	64.648	22.389	15.491	-	2.021.069	1.541.985
Circulante	5.096	5.158	-	-	-	-	-	-	1.893.967	1.403.552
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	127.102	138.433

- (1) Referem-se a serviços administrativos prestados às controladas, suportados por contratos aprovados pela ANEEL (vide nota explicativa nº 13).
- (2) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis após a entrega das faturas para efetuar o pagamento.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$67.137 (R\$81.512 em 31 de dezembro de 2014). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE. A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante, no montante de R\$ 201.663 (R\$ 107.462 em 31 de dezembro de 2014), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Composição dos créditos da CCEE		
Saldos a vencer	46.834	61.209
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	17.535	17.535
Créditos vencidos (b)	2.768	2.768
	67.137	81.512
(-) Aquisição de energia na CCEE	(139.024)	(96.312)
(-) Encargos de serviços do sistema	(62.639)	(11.150)
	(134.526)	(25.950)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

As controladas Energisa Sergipe, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) As controladas constituíram provisão para crédito de liquidação duvidosa.

- (4) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente foi utilizado uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.506 de 05 de abril de 2013), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia elétrica, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL n.º 457 de 08/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (5) Inclui serviços taxados, arrecadação em processo de classificação e outros valores a receber de consumidores.
- (6) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL n.º 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspensão por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante, no consolidado.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem a:

- Contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores por meio de “Termos de Confissão de Dívida”, que na sua grande maioria são atualizadas com base na variação do IGPM.
- (1) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está em 15º lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá, sendo que os 11 precatórios precedentes já se encontram integralmente provisionados (informação não revisada pelos auditores independentes). A controlada EMT constituiu provisão de perda da atualização, assim o título ficou registrado pelo seu valor original.
- A controlada EMS também possui precatórios expedidos entre os anos de 2000 e 2001, cedidos pelos municípios entre os anos de 2005 e 2006, para quitar faturas de energia elétrica, pendentes de pagamento. Até a presente data a controlada já recebeu 91% do valor devido. O saldo remanescente continuará a ser recebido conforme cronograma individual de pagamento de cada precatório.

Determinadas operações, que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados a valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Títulos de créditos a receber	217.369	218.595
Ajuste a valor presente	(46.820)	(37.965)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(67.668)	(72.087)
	102.881	108.543
Circulante	66.913	65.070
Não circulante	35.968	43.473

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de setembro de 2015, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	67.668
2015	21.535
2016	23.551
2017	14.164
2018	11.888
2019	6.830
2020 em diante	24.913
Total	170.549

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consolidado

Movimentação das provisões	30/09/2015	31/12/2014
Saldo - inicial - circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	443.270	57.150
Saldo adquiridos em 11 de abril de 2014	-	429.433
Provisões constituídas no período/exercício	35.752	13.576
Reversão de provisões no período/exercício	(13.546)	(56.889)
Saldo - final - circulante - 30/09/2015 e 31/12/2014	465.476	443.270
Contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias	397.808	371.183
Títulos de créditos a receber	67.668	72.087

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros -Vencidos há mais 360 dias.

- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, CFLO, EEB, EDEVP, CNEE e CAIUÁ avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

10 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajustes tarifários:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores(%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.895, de 16/06/2015	3,06%	18/06/2015
ENF	Resolução 1.894, de 16/06/2015	14,07%	18/06/2015
EPB	Resolução 1.938, de 25/08/2015	10,79%	28/08/2015
EBO	Resolução 1.854, de 03/02/2015	39,55%	04/02/2015
ESE	Resolução 1.877, de 14/04/2015	13,26%	22/04/2015
EMT	Resolução 1.873, de 07/04/2015	-0,38%	08/04/2015
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015
EMS	Resolução 1.874 de 07/04/2015	3,22%	08/04/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015

Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas que compõem o Grupo Energisa tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMG	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,89%	02/03/2015
ENF	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,05%	02/03/2015
EPB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	3,82%	02/03/2015
EBO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	0,61%*	02/03/2015
ESE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	8,00%	02/03/2015
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

*valor retificado homologado pela Resolução Homologatória nº 1.870 de 07/04/2015.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias:

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo à CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL.

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EMG, ENF, EBO, EPB, ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, e a cada cinco anos na ESE, EMT e EMS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EBO	Resolução 1.483, de 29/01/2013	6,18%	04/02/2013
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
EMG	Resolução 1.293, de 05/06/2012	1,20%	18/06/2012
ENF	Resolução 1.292, de 05/06/2012	-4,82%	18/06/2012
EPB	Resolução 1.592, de 27/08/2013	-3,02%	28/08/2013
CAIUÁ	Resolução 1.288, de 08/05/2012	7,60%	10/05/2012
EEB	Resolução 1.289, de 08/05/2012	0,74%	10/05/2012
CNEE	Resolução 1.286, de 08/05/2012	2,96%	10/05/2012
EDEVP	Resolução 1.287, de 08/05/2012	-2,72%	10/05/2012
CFLO	Resolução 1.314, de 26/06/2012	7,97%	29/06/2012
ETO	Resolução 1.320, de 03/07/2012	-1,61%	04/07/2012
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

11 Ativos e passivos regulatórios - consolidado

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Distribuidoras de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores, são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. As controladas assinaram junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes passou a ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva, ou seja, iniciado em dezembro de 2014.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	30/09/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Conta Consumo de Combustível - CCC	3.877	2.613
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	189.322	6.412
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	7.663	9.636
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	18.191	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional	4.179	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	81.767	81.532
Energia elétrica comprada para revenda	812.405	838.299
Sobrecontratação de energia (ii)	6.175	52.606
Itens financeiros		
CUSD	1.434	-
Exposição de submercados	12.223	-
Outros itens financeiros	17.620	17.703
Neutralidade da Parcela A (iv)	8.661	-
Total Ativo Regulatório	1.163.517	1.008.801
Circulante	647.754	439.948
Não Circulante	515.763	568.853

Passivos regulatórios	30/09/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	250	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.155	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	218.620	316.088
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	2.285	-
Energia elétrica comprada para revenda	60.078	-
Sobrecontratação de energia (ii)	301.872	291.278
Itens financeiros		
CUSD	1.408	-
Exposição de submercados	179	-
Outros itens financeiros	58.879	25.942
Recuperação dos 3% sobre contratação de E.E	-	18.598
Neutralidade da Parcela A (iv)	9.972	3.074
Total Passivo Regulatório	654.698	654.980
Circulante	465.710	214.641
Não Circulante	188.988	440.339
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	508.819	353.821

Efeito na demonstração do resultado - Consolidado	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Receita Operacional	86.485	102.307
Outras Despesas Financeiras	(295)	52.691
Total Resultado	86.190	154.998

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários.

(iv) **Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

Os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços e no resultado financeiro.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Baixa renda (1)	-	-	38.145	58.158
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	94.846	86.098
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	43.629	18.454
Ordens de desativação em curso	-	-	7.397	7.170
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	3.551	2.450
Adiantamentos	1.488	1.005	33.753	23.194
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	335.201	238.849
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" (4)	-	-	61.102	57.883
(-) Ajuste a valor presente - CELPA (4)	-	-	(24.887)	(26.027)
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	-	-	11.246	11.246
Sub rogação do CCC (6)	-	-	37.299	42.857
Aquisição de combustível p/ conta CCC	-	-	30.763	12.663
Padrão de baixa renda	-	-	3.349	4.969
Plano de Universalização	-	-	3.656	4.597
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Crédito a receber Banco Pine	-	-	2.017	1.663
Contas a receber empresas disponíveis para venda (7)	113.500	-	113.500	136.093
Créditos a receber de terceiros	-	-	8.667	23.902
Ressarcimento geradoras	-	-	14.073	-
Despesas pagas antecipadamente	11	56	25.312	4.251
Outros	1.419	2.098	38.262	3.204
Total	116.418	3.159	889.585	720.378
Circulante	116.398	3.135	784.144	536.429
Não circulante	20	24	105.441	183.949

(1) Baixa renda - consolidado

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Saldos -31/12/2014	3.533	467	7.908	23.574	1.504	6.543	4.045	6.401	4.183	58.158
Subvenção baixa renda	11.504	1.123	24.087	51.251	6.387	23.428	16.459	21.789	9.051	165.079
Ressarcimento Eletrobrás	(12.427)	(1.317)	(26.622)	(63.900)	(6.516)	(24.439)	(16.311)	(23.684)	(9.876)	(185.092)
Saldos -30/09/2015	2.610	273	5.373	10.925	1.375	5.532	4.193	4.506	3.358	38.145

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	125.872	125.271	78.991	3.063	9.027	449.687	91.340	106.344	141.479	1.131.074
Ressarcimento pela Eletrobrás	(104.562)	(99.178)	(69.817)	(2.490)	(7.290)	(317.106)	(64.878)	(31.685)	(106.873)	(803.879)
Atualização financeira	999	1.061	676	25	160	3.196	218	817	854	8.006
Saldos -30/09/2015	22.309	27.154	9.850	598	1.897	135.777	26.680	75.476	35.460	335.201

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas EMG, ENF, CNEE, CAIUÁ, EDEVP, EBB, CFLO e EMS desde 02/09/2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, em outubro de 2015, foram compensados R\$53.279 referente a subvenção CDE e R\$4.971 referente subvenção baixa renda.

Em 30 de setembro de 2015, os saldos correspondem a subvenção incorrida nos meses de abril de 2015 a setembro de 2015, cujo ressarcimento a administração das controladas espera receber estes recursos no período de cinco a oito meses.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”, em 28/02/2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”. Em 17/12/2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas indiretas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos Celpa

Crédito que as controladas indiretas EMT, CAIUÁ, ETO, CNEE, EEB e EDEVP têm a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Os valores serão recebidos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A controlada indireta mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$24.887 (R\$26.027 em 31 de dezembro de 2014).

(5) Créditos ICMS

Créditos de ICMS adquiridos pela controlada indireta EMT de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no Estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC - Pedido de Habilitação de Crédito) e posteriormente compensados (RUC - Registro de Utilização de Crédito), ambos expedidos pelo sitio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso.

Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a EMT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.

(6) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014 e R\$3.234 até 30 de setembro de 2015, totalizando R\$35.275;
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014 e R\$2.324 até 30 de setembro de 2015, totalizando R\$3.539.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

(7) Contas a receber empresas disponíveis para venda

Refere-se a valor adicional relativo aos ajustes de preços da venda dos ativos de geração sujeitos a cumprimentos de outras condições precedentes, cuja expectativa de recebimento é no último trimestre de 2015.

13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é a holding do Grupo Energisa, que detém o controle acionário das empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (74,95% do capital votante).

A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (100% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (63,3% do capital votante) e pela Multisetor S/A (27,8% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,2% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,6% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora:

	30/09/2015		31/12/2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores e concessionárias (1)	4.991	-	5.060	-
Mútuos (2):				
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	57.885	-
. Energisa Serviços Aéreos S/A	10.267	-	9.153	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	-	43.864	-
. Energisa Soluções S/A	33.921	-	-	-
. Rede Energia S/A	-	191.558	7.560	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	1.140	-	872	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A - (em recuperação judicial)	-	2.466	-	144.018
. Multi Energisa S/A	604	-	-	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A- (em recuperação judicial) RJ (3)	81.806	-	76.221	-
. QMRA Participações - (em recuperação judicial) (3)	17.419	-	12.091	-
. BBPM Participações S/A	1.363	-	380	-
. QMRA Participações	-	62.026	-	-
. Rede Energia S/A - (em recuperação judicial) RJ (3) e (4)	540.280	-	474.541	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - (em recuperação judicial)	4.964	-	78.161	-
. JQMJ Participações S/A	136	-	-	-
Total - não circulante	691.900	256.050	760.728	144.018
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):				
. Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	11.100	-	9.861	-
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	956	-	881	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	9.752	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	1.944	-	2.208	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	670	-	-	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	-	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	-	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	-	-	11	-
. Energisa Geração Vista Alegre II S/A	-	-	21	-
. Energisa Geração Santa Cândida II S/A	-	-	101	-
. Energisa Geração Central Eólica Muquim S/A	19	-	11	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	19	-	-	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	20	-	-	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	20	-	-	-
. Energisa Geração Energia S/A	18	-	-	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	2.200	-	-	-
. Rede Energia S/A	8.000	-	8.000	-
	24.966	-	30.868	-
Total	721.857	256.050	796.656	144.018

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Controladas	Serviços administrativos (1)	Comissão aval / Atualização mútuos (Receita (Despesa) financeira) (2)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)
EMG	8.866	3.932	910
EPB	18.013	5.818	1.889
ESE	10.943	7.552	1.148
EBO	4.806	459	504
ECOM	-	1.425	-
ESOL	1.237	1.354	126
ENF	3.938	890	413
ESA	-	873	-
ESOLCONS	-	148	-
QMRA	-	1.005	-
CTCE	-	5.949	-
BBPM	-	94	-
Dinâmica	-	2.164	-
JQMJ	-	7	-
Rede Energia	-	58.248	-
30/09/2015	47.803	89.918	4.990
30/09/2014	47.518	57.993	4.999
31/12/2014	-	-	5.060

(1) Refere-se a serviços administrativos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL.

(2) Os mútuos são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 1,0094% a.a (CDI +0,81% a.a em 31 de dezembro de 2014), com vencimentos de junho/2016 a janeiro/2017. Inclui, também à comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias de contratos das controladas a razão de 1,5% a.a.

(3) Aquisição de créditos cedidos p/recuperação judicial.

(4) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 (um) ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 (vinte e dois) anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 (vinte e dois) anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

(5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

Consolidado:

		30/09/2015	31/12/2014
Estado de Tocantins	Créditos a receber (1)	93.702	106.328

(1) Créditos a receber

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do

valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficiência energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 30 de setembro de 2015 de R\$73.044 (R\$88.045 em 31 de dezembro de 2014), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos (dos exercícios de 2009, 2010 e 2011) e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

· Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$20.658 (R\$18.283 em 31 de dezembro de 2014). Até o encerramento destas informações financeiras intermediárias, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

A Administração da Companhia espera receber os recursos de seu acionista em curto prazo.

Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de setembro de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração Fiscal e estatutária foram de R\$466 (R\$296 em 30 de setembro de 2014) e da Diretoria foi de R\$379 (R\$65 em 30 de setembro de 2014) na controladora e R\$4.464 (R\$2.761 em 30 de setembro de 2014) e R\$12.466 (R\$7.613 em 30 de setembro de 2014) no consolidado.

Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$112 (R\$66 em 30 de setembro de 2014) na controladora e R\$1.584 (R\$1.555 em 30 de setembro de 2014) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$103 (R\$77 em 30 de setembro de 2014) na controladora e R\$2.716 (R\$3.030 em 30 de setembro de 2014) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente foram de R\$ 16 e R\$ 3 na controladora e R\$ 135 e R\$ 2 no consolidado (R\$15 e R\$1 na controladora e R\$126 e R\$2 no consolidado em 30 de setembro de 2014), respectivamente. A remuneração média mensal no período findo em 30 de setembro de 2015 foi de R\$5 na controladora e R\$26 no consolidado (R\$3 na controladora e R\$29 no consolidado em 30 de setembro de 2014).

Na AGO/AGE de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício findo de 2015 no montante de R\$3.000 (R\$1.208 para o exercício de 2014), na controladora.

14 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	192.128	170.575
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	3.045	-	35.336	12.090
Imposto de Renda - IRPJ	12.528	-	187.469	140.183
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	5.659	-	57.761	40.353
PIS e COFINS	217	192	99.551	102.727
Outros	45	1	18.910	14.443
	21.494	193	591.155	480.371
Circulante	10.574	193	409.325	307.260
Não circulante	10.920	-	181.830	173.111

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R\$ 191.686 (R\$ 50.257 em 31 de dezembro de 2014), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Impostos diferidos reconhecidos nas informações financeiras intermediárias é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativo				
Prejuízos fiscais/Base negativa da contribuição social	162.964	38.857	424.474	213.625
Diferenças temporárias	28.722	220.590	630.339	885.374
Crédito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(191.686)	(50.257)	(310.324)	(170.829)
Total - não circulante	-	209.190	744.489	928.170
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	10.552	-	1.169.602	1.297.954
Contribuição Social	3.798	-	421.696	467.263
Total - não circulante	14.350	-	1.589.298	1.765.217

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	30/09/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais/Base negativa da contribuição social	479.305	162.964	1.248.453	424.474
Créditos fiscais - ágio (1)	-	-	349.077	118.686
Provisão ajuste atuarial	1.892	643	205.721	69.945
Provisões para riscos	654	222	586.700	199.478
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	26	9	635.699	216.138
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	155.869	52.995
Variações cambiais passivas	21.393	7.274	523.427	177.965
Marcação a mercados - derivativos	60.511	20.574	(61.110)	(20.778)
Ajustes a valor presente	-	-	83.374	28.347
Ativos (Passivos) regulatórios (CVA's)	-	-	(428.574)	(145.715)
Outras adições (exclusões) temporárias	-	-	75.678	25.732
Crédito Tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(563.781)	(191.686)	(912.716)	(310.324)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	-	-	(271.924)	(92.454)
Totais ativo não circulante	-	-	2.189.674	744.489

	30/09/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	-	-	2.999.586	1.019.859
Deságio sobre investimento EMS	-	-	188.983	64.254
Encargos sobre reservas de reavaliação	-	-	247.931	84.297
Mais valia	-	-	1.973.571	671.014
Outras adições/(exclusões) temporárias	42.206	14.350	83.626	28.434
Prejuízo fiscal e b. negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%)	-	-	(819.293)	(278.560)
Totais passivo não circulante	42.206	14.350	4.674.404	1.589.298

	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	114.285	38.857	628.309	213.625
Créditos fiscais - ágio (1)	-	-	372.789	126.748
Provisão ajuste atuarial	1.765	600	188.720	64.165
Provisões para riscos	431	146	566.046	192.456
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	26	9	541.613	184.148
Outras provisões (PEE; P&D; Honorários e Outras)	-	-	227.693	77.416
Variações cambiais passivas	21.393	7.274	239.577	81.456
Marcação a mercados - derivativos	10.309	3.505	(117.546)	(39.966)
Ajustes a valor presente	-	-	131.200	44.608
Ativos (Passivos) regulatórios (CVA's)	-	-	(65.107)	(22.136)
Outras adições temporárias	-	-	11.410	3.879
Crédito Tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(147.815)	(50.257)	(502.438)	(170.829)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	-	-	(107.224)	(36.456)
Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação - venda não realizada (2)	614.871	209.056	614.871	209.056
Totais ativo não circulante (2)	615.265	209.190	2.729.913	928.170

	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	-	-	3.043.409	1.034.759
Mais valia	-	-	2.402.634	816.896
Deságio sobre investimento EMS	-	-	188.939	64.239
Encargos sobre reservas de reavaliação	-	-	275.157	93.553
Outras exclusões temporárias	-	-	26.015	8.846
Prejuízo fiscal e b. negativa utilizável na realização das diferenças temporárias (30%)	-	-	(744.342)	(253.076)
Totais passivo não circulante	-	-	5.191.812	1.765.217

(1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$118.686 (R\$126.748 em 31 de dezembro de 2014) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: ENF (15 anos), EBO (16 anos) e EPB (17 anos) segundo a curva de rentabilidade projetada dessas controladas, conforme determinam as Resoluções Autorizativas ANEEL nº 759, de 12 de dezembro de 2006 (EPB e EBO) e nº 771, de 19 de dezembro de 2006 (ENF).

(2) Os créditos fiscais constituídos no exercício de 2014 no montante de R\$209.190 referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social, incidentes sobre a Provisão do ganho de capital dos ativos destinados a alienação.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Ano	Consolidado
2015	23.082
2016	97.875
2017	72.739
2018	62.068
2019 a 2024	488.725
Total	744.489

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(82.678)	403.976	40.138	137.790
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	28.111	(137.352)	(13.647)	(46.849)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	(16.348)	55.242	29.518	83.591
Créditos tributários - IR e CS não constituído no período	(55.593)	(141.429)	(15.871)	(36.742)
Imposto de renda e contribuição social	(43.831)	(223.539)	-	-
Alíquota efetiva	53,01%	55,33%	-	-

	Consolidado			
	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(156.351)	335.274	40.963	219.891
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	53.159	(113.993)	(13.927)	(74.763)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	20.969	75.814	12.071	32.490
Exclusão Receitas Financeiras - Refis Lei 12.996/14	-	-	12.232	12.232
Créditos tributários - IR e CS não constituído no período	(38.969)	(139.495)	(4.618)	(15.663)
Reversão de Provisão Venda de Ativos de Geração	-	101.891	-	-
IR e CS - Ativos Alienados	-	(50.618)	-	-
Outros	(11.295)	(8.723)	(10.716)	(8.230)
Imposto Corrente	114.623	(122.971)	989.597	429.963
Imposto Diferido	(90.759)	(12.153)	(994.555)	(483.897)
Imposto de renda e contribuição social	23.864	(135.124)	(4.958)	(53.934)
Alíquota efetiva	-	40,30%	12,10%	24,53%

(*) As controladas ESE, EPB, EBO, ETO e EMT possuem redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. O deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal do Brasil ocorreu através dos seguintes atos: ESE - Despacho Decisório nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013, EPB - Despacho Decisório nº 128 - DRF/JPA de 23/05/2013, EBO - Laudo Constitutivo Sudene nº 0206/2012.

As controladas ETO e EMT localizadas na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014, reduzindo o imposto em 75% do Imposto de Renda e adicionais calculados sobre o Lucro da exploração para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023. O deferimento dos pedidos ocorreu como segue: EMT - Laudo Constitutivo SUDAM 114/2014, ato declaratório executivo nº 17 de 02/02/2015 e ETO - Laudo Constitutivo SUDAM nº 113/2014.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$75.814 (R\$ 32.490 em 30 de setembro de 2014), sendo: R\$30.795 (R\$ 15.402 em 30 de setembro de 2014) na EPB, R\$ 4.420 (R\$ 4.524 em 30 de setembro de 2014) na EBO, R\$ 16.176 (R\$12.564 em 30 de setembro de 2014) na ESE e R\$ 24.423 na ETO. Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas. A controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração no período findo em 30 de setembro de 2015.

16 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, no período foi registrado em receita financeira - atualização de contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$133.481 (R\$31.527 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no período:

	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	SUBTOTAL
Ativo financeiro - 31/12/2014	329.497	276.224	228.574	93.026	31.644	958.965
Adições no período/exercício	10.645	37.823	17.314	1.728	6.382	73.892
Baixas no período/exercício	(1.276)	(1.876)	(622)	(340)	(215)	(4.329)
Atualização contas a receber da concessão - VNR	13.085	12.532	9.690	4.088	1.393	40.788
Transferência para Intangível - Contrato de concessão (*)	(39.413)	-	-	(12.035)	-	(51.448)
Ativo financeiro custo corrigido -30/09/2015 - não circulante	312.538	324.703	254.956	86.467	39.204	1.017.868

Controladas adquiridas

	EMT	ETO	EMS	Sul Sudeste	TOTAL	TOTAL GERAL
Ativo financeiro - 31/12/2014	878.868	428.595	318.859	438.766	2.065.088	3.024.053
Adições no período/exercício	99.376	57.709	53.743	47.653	258.481	332.373
Baixas no período/exercício	(3.256)	(9.937)	(1.123)	24.913	10.597	6.268
Atualização contas a receber da concessão - VNR	42.468	17.306	14.338	18.580	92.692	133.480
Transferência para Intangível - Contrato de concessão (*)	-	-	-	(42.668)	(42.668)	(94.116)
Ativo financeiro custo corrigido -30/09/2015 - não circulante	1.017.456	493.673	385.817	487.244	2.384.190	3.402.058
Ativo financeiro - 31/12/2014						

(*) As controladas Energisa Minas Gerais, Energisa Nova Friburgo, Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste, tem assinado desde 18 de junho de 1999 para Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo e 03 de fevereiro de 1999 para as demais controladas, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL contratos de concessão de distribuição de energia elétrica que se encontram vencidos desde 07 de julho de 2015 e de acordo com Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, mesmo com o término dos prazos contratuais as concessões permanecerão válidas pelo prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) meses.

A ANEEL através do Despacho nº 3.592 de 28 de outubro de 2015, determinou às concessionárias de distribuição de energia elétrica, com os contratos de concessões vencidos a partir de julho de 2015, observarem o tratamento contábil previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrica com relação aos investimentos não amortizados até a data do término do contrato de concessão, referentes aos bens reversíveis, como também os investimentos realizados após o término do contrato de concessão ou que vierem a ser transferidos para o Intangível em Serviço deverão seguir o tratamento contábil previsto no MCSE, sendo depreciados normalmente, cujos efeitos serão considerados para definição do saldo de investimentos a serem contemplados nos processos tarifários subsequentes, como forma de recuperação.

De acordo com a determinação da ANEEL e em face de que as concessões permanecerão válidas por mais 24 meses a partir de julho de 2015 as controladas efetuaram novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos tendo reclassificado o montante de R\$91.116 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço.

(**) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB, Caiuá e EDEVP.

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Participação em controladas	3.003.033	2.923.992	-	-
Outros	10.051	10.051	25.140	36.410
Total	3.013.084	2.934.043	25.140	36.410

Participação em controladas:

30/09/2015									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/cotas detidas/mil	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	107.828	514	100	696.102	525.375	170.727	15.974	15.974	170.727
Energisa SE	382.899	196	100	1.487.146	1.178.936	308.210	(37.863)	(37.863)	308.210
Energisa PB	487.456	918	100	1.982.676	1.311.796	670.880	64.807	64.807	670.880
Energisa BO	65.540	293	100	269.551	167.218	102.333	13.511	13.511	102.333
Energisa NF	39.743	16	100	198.082	130.213	67.869	7.209	7.209	67.869
Energisa Soluções	39.000	39.000	100	109.209	66.885	42.324	(4.001)	(4.001)	42.324
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	1.000	1.000	100	5.830	10.521	(4.691)	(1.988)	(1.988)	-
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	4.291	1.337	2.954	1.284	1.284	2.954
Energisa Comercializadora (1)	1	1	100	77.582	79.669	(2.087)	(1.960)	(1.960)	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	251	200	50	207	7	200	(69)	(37)	100
Dinâmica Direitos Creditórios	7.570	7.570	100	3.735	1.658	2.077	1.613	1.477	2.077
Parque Eólico Sobradinho	4.102	4.102	100	1.623	124	1.499	(349)	(349)	1.499
Energisa Geração Usina Maurício	612	612	100	1.610	154	1.456	159	159	1.456
Energisa Geração Solar Coremas	1	1	100	319	1	318	(66)	(66)	318
BBPM Participações	553.324	177.818	89,61	447.986	10.650	437.336	22.689	19.614	391.895
Denerge S/A	1.275.420	251.966.233	49,28	1.512.311	495.773	1.016.538	84.718	40.760	500.857
JQM Participações	200.364	71.302	99,99	156.533	355	156.178	7.808	7.507	156.161
Rede Energia S.A.	2.245.787	257.584	15,02	3.612.633	1.302.909	2.309.724	132.800	19.570	353.718
Energisa Mato Grosso (2)	1.118.910	1.905	1,12	5.369.623	3.549.204	1.820.419	(350)	(4)	20.363
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	10	100	1	1	-	(10)	(10)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	10	100	1	1	-	(10)	(10)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	10	100	1	1	-	(10)	(10)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro	1	10	100	1	1	-	(10)	(10)	-
Energisa Geração de Energia S/A	1	1	100	4	4	-	(19)	(19)	-
Resultados de operações descontinuadas								16.931	-
Ágio pago na aquisição de controladas									209.292
Total								162.476	3.003.033

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R\$4.691 (R\$2.703 em 31 de dezembro de 2014) e da Energisa Comercializadora de Energisa Ltda no montante de R\$2.087, registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(2) Em 2015, foram adquiridas pela Companhia o total de 79 ações, sendo 54 ordinárias e 25 preferenciais.

31/12/2014

Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/ cotas detidas/mil	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa MG	44.171	451	100	586.809	495.556	91.253	23.029	23.029	91.253
Energisa SE	357.136	195	100	1.381.279	995.406	385.873	102.178	102.298	385.873
Energisa PB	461.423	918	100	1.794.668	1.123.194	671.474	119.363	119.548	671.474
Energisa BO	64.577	293	100	227.474	135.524	91.950	2.574	2.574	91.950
Energisa NF	39.743	16	100	152.149	93.689	58.460	2.265	2.265	58.460
Energisa Soluções	39.000	39.000	100	72.625	26.300	46.325	(1.145)	(1.145)	46.325
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	1.000	1.000	100	7.116	9.819	(2.703)	(1.534)	(1.534)	-
Energisa Planejamento	1.685	1.685	100	3.288	838	2.450	1.656	1.656	2.450
Energisa Comercializadora	1	1	100	96.825	91.834	4.991	6.823	6.823	4.991
Alvorada Direitos Creditórios S.A	251	200	50	339	66	273	20	10	137
Dinâmica Direitos Creditórios	7.570	3.785	50	69.164	58.948	10.216	(7.265)	(3.633)	9.983
Energisa Geração Rio Grande	133.179	68.249	100	264.935	125.258	139.677	(193)	(193)	-
SPE Cristina S/A	21.100	11.093	100	29.417	10.769	18.648	(1.201)	(1.201)	-
Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin	61.448	61.448	100	108.670	43.686	64.984	1.549	1.549	-
Parque Eólico Sobradinho	4.102	4.102	100	889	327	562	(905)	(905)	562
Energisa Geração Usina Maurício	612	612	100	776	8	768	253	253	768
Energisa Bioeletricidade	151.597	151.597	100	437.936	254.678	183.258	4.981	4.981	-
Energisa Geração Centrais Eólicas RN	167.468	167.468	100	665.263	475.717	189.546	12.308	13.621	-
Energisa Geração Solar Coremas	1	1	100	314	7	307	(574)	(574)	307
Energisa Geração Vista Alegre	1	1	100	22	-	22	1	1	22
Energisa Geração Santa Cândida	1	1	100	100	-	100	(1)	(1)	100
BBPM Participações(2)	437.621	177.741	89,57	422.947	8.604	414.343	23.300	37.016	371.127
Denerge S/A (2)	1.275.420	251.934.725	49,28	1.536.006	570.459	965.547	56.498	27.259	475.821
JQMJ Participações (2)	175.898	71.270	99,95	148.268	242	148.026	8.520	20.407	148.193
Rede Energia S.A. (2)	2.245.787	257.430	14,95	3.601.396	1.426.983	2.174.413	146.775	17.233	333.179
EMT(2)	1.118.909	1.826	0,05	5.321.090	3.485.806	1.835.284	32.542	-	10.202
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	1	100	1	-	1	-	(10)	1
Ágio pago na aquisição de controladas							-	-	220.811
Saldos reclassificados para ativos disponíveis para venda								(731)	-
Total								370.566	2.923.992

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Energisa Serviços Aéreos no montante de R\$2.703 em 31 de dezembro de 2014 registrado em outras contas a pagar no Passivo não circulante na controladora.

(2) Sociedades adquiridas em 11 de abril de 2014.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	31/12/2014	Subscrição/ aquisição/ adiantamento para futuro aumento (redução) de capital	Dividendos	Amortização	Outros Resultados Abrangentes	Baixa	Equivalência patrimonial	30/09/2015
Energisa MG	91.253	64.896	(1.396)	-	-	-	15.974	170.727
Energisa SE	385.873	-	(39.800)	-	-	-	(37.863)	308.210
Energisa PB	671.474	-	(65.401)	-	-	-	64.807	670.880
Energisa BO	91.950	-	(3.128)	-	-	-	13.511	102.333
Energisa NF	58.460	2.200	-	-	-	-	7.209	67.869
Energisa Soluções	46.325	-	-	-	-	-	(4.001)	42.324
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção (1)	-	-	-	-	-	-	(1.988)	-
Energisa Planejamento	2.450	-	(780)	-	-	-	1.284	2.954
Energisa Comercializadora(1)	4.991	-	(5.118)	-	-	-	(1.960)	-
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	-	-	-	-	-	(37)	100
Dinamica Direitos Creditórios	9.983	(9.383)	-	-	-	-	1.477	2.077
Parque. Eólico Sobradinho	562	1.286	-	-	-	-	(349)	1.499
Energisa Geração Usina Maurício	768	670	(141)	-	-	-	159	1.456
Energisa Geração Solar Coremas	307	77	-	-	-	-	(66)	318
BBPM Participações (3)	371.127	1.600	-	-	(446)	-	19.614	391.895
Denerge S/A (3)	475.821	(15.107)	-	-	(617)	-	40.760	500.857
JQMJ Participações (3)	148.193	649	-	-	(188)	-	7.507	156.161
Rede Energia S.A.(3)	333.179	969	-	-	-	-	19.570	353.718
EMT (3)	10.201	10.343	(177)	-	-	-	(4)	20.363
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	4	-	-	-	-	(10)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	3	-	-	-	-	(10)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	3	-	-	-	-	(10)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro	1	3	-	-	-	-	(10)	-
Energisa Geração de Energia S/A	-	14	-	-	-	-	(19)	-
Ágio pago na aquisição de controladas	220.811	-	-	(11.519)	-	-	-	209.292
Saldos de ativos disponíveis para venda	123	-	-	-	-	(123)	-	-
Resultados de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	16.931	-
Total	2.923.992	62.739	(115.941)	(11.519)	(1.251)	(123)	162.476	3.003.033

(3) Participação societária - combinação de negócios.

Amortização dos bens tangíveis no período findo em 30 de setembro de 2015, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social:

	EDEVP	EMT	CAIUÁ	ETO	EEB	CNEE	CFLO	EMS	Total
Amortização	(15.128)	(47.900)	(11.403)	(47.726)	(15.205)	(3.067)	(8.375)	(53.556)	(202.360)
Imposto de renda e contribuição social	5.144	16.286	3.877	16.227	5.170	1.043	2.847	18.209	68.803
Amortização líquida	(9.984)	(31.614)	(7.526)	(31.499)	(10.035)	(2.024)	(5.528)	(35.347)	(133.557)

18 Imobilizado

	Controladora					Saldo 30/09/2015
	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	4.249	-	51	-	-	4.300
Máquinas e equipamentos	6.500	-	949	-	-	7.449
Veículos	8.478	-	-	(81)	-	8.397
Móveis e utensílios	13.509	-	200	(3)	-	13.706
Total do imobilizado em serviço	32.752	-	1.200	(84)	-	33.868
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(2.034)	-	-	-	(112)	(2.146)
Máquinas e equipamentos	(2.389)	-	-	-	(554)	(2.943)
Veículos	(7.820)	-	-	35	(80)	(7.865)
Móveis e utensílios	(11.448)	-	-	3	(380)	(11.825)
Total Depreciação acumulada	(23.691)	-	-	38	(1.126)	(24.779)
Subtotal Imobilizado	9.061	-	1.200	(46)	(1.126)	9.089
Imobilizado em curso	37	1.252	(1.200)	-	-	89
Total do Imobilizado	9.098	1.252	-	(46)	(1.126)	9.178

Imobilizado	Consolidado					Saldo 30/09/2015
	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	17	-	-	6	-	23
Terrenos	1.098	-	-	(6)	-	1.092
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	13.253	-	-	1.311	(120)	14.444
Máquinas e equipamentos	76.115	427	-	18.147	(475)	94.214
Veículos	33.841	-	-	10.011	(81)	43.771
Móveis e utensílios	43.551	-	-	1.196	(7)	44.740
Total do Imobilizado em Serviço	170.066	427	-	30.665	(683)	200.475
Depreciação acumulada:						
Software	(274)	-	-	258	-	(18)
Reservatório, Barragens e Adutoras	(1.053)	-	-	253	-	(808)
Edificações e benfeitorias	(5.023)	-	-	81	33	(5.223)
Máquinas e equipamentos	(39.423)	-	-	2.124	30	(43.333)
Veículos	(17.151)	-	-	(44)	87	(20.035)
Móveis e utensílios	(26.635)	-	-	(2.672)	7	(30.754)
Total Depreciação acumulada	(89.559)	-	-	157	(10.769)	(100.171)
Subtotal Imobilizado	80.507	427	-	30.665	(526)	100.304
Imobilizado em curso	4.701	33.184	-	(30.665)	(1.594)	5.626
Total do Imobilizado	85.208	33.611	-	(2.120)	(10.769)	105.930

Taxas de depreciação praticadas pela controladora e no consolidado são como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens, adutoras e terras	3,36%
Edificações e benfeitorias	3,56%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

19 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Contrato de concessão/ Softwares	6.521	4.717	6.067.831	506.970
Saldos consolidados adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	5.489.498
Direito de concessão	-	-	489.572	515.866
Total	6.521	4.717	6.557.403	6.512.334

19.1 Intangível - controladora

Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Amortização	Saldo 30/09/2015
Em Serviço				
Custo dos softwares	8.731	-	-	8.731
Amortização Acumulada	(4.014)	-	(1.020)	(5.034)
Subtotal	4.717	-	(1.020)	3.697
Em Curso	-	2.824	-	2.824
Total Geral	4.717	2.824	(1.020)	6.521

A taxa de amortização de softwares é 20% ao ano.

19.2 Intangível - consolidado

CONSOLIDADO							
INTANGÍVEL	Saldo 31/12/2014	Adição	Adição Ativo Financeiro (**)	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/09/2015
Intangível em Serviço							
Custo	12.094.707	-	138.553	415.688	(132.941)	-	12.516.007
Amortização Acumulada	(5.339.255)	-	-	-	61.480	(612.617)	(5.890.392)
Subtotal	6.755.452	-	138.553	415.688	(71.461)	(612.617)	6.625.615
Em Curso	927.160	1.038.528	-	(415.688)	(391.836)	-	1.158.164
Total	7.682.612	1.038.528	138.553	-	(463.297)	(612.617)	7.783.779
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	2.101.290	17.145	44.437	37.379	(19)	-	2.200.232
Amortização Acumulada	(795.889)	-	-	-	-	(96.472)	(892.361)
Subtotal	1.305.401	17.145	44.437	37.379	(19)	(96.472)	1.307.871
Em Curso	380.743	124.176	-	(37.379)	(59.463)	-	408.077
Total Obrigações Vinculadas à concessão	1.686.144	141.321	44.437	-	(59.482)	(96.472)	1.715.948
Total Geral	5.996.468	897.207	94.116	-	(403.815)	(516.145)	6.067.831

(*) Do total das baixas realizadas no período findo em 30 de setembro de 2015 de R\$403.815, R\$332.373 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$71.442 referem-se a baixas operacionais realizadas no período.

(**) Valor transferido do contas a receber da concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

19.3 Intangível -Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas é como segue:

Empresas	30/09/2015	31/12/2014
EMG	4,45%	3,91%
ESE	4,23%	3,97%
EPB	4,45%	4,33%
EBO	4,19%	3,88%
ENF	4,37%	3,90%
EDEVP	4,15%	3,83%
EMT	3,95%	3,95%
CAIUA	4,06%	3,99%
ETO	3,87%	3,84%
EEB	4,01%	4,04%
CNEE	3,98%	4,05%
CFLO	4,46%	4,34%
EMS	4,32%	4,32%

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2015	31/12/2014
Contribuições do consumidor	2.035.073	1.997.175
Participação da União - recursos CDE	1.412.486	1.343.030
Participação do Governo do Estado	326.851	292.835
Reserva para reversão	1.721	1.721
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	150.664	105.401
(-) Amortização acumulada	(892.361)	(795.889)
Total	3.034.434	2.944.273
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.318.487	1.258.129
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.307.870	1.305.401
Infraestrutura - Intangível em curso	257.413	275.342
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	150.664	105.401
Total	3.034.434	2.944.273

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão das controladas ESE e EMG, incidindo juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

As controladas passaram a amortizar as obrigações especiais em: ESE (abril/2008), EMG (junho/2008), ENF (junho/2008), EBO (fevereiro/2009), EPB (agosto de 2009), CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo EMG e ENF em setembro de 2012, EBO em fevereiro de 2013, ESE em abril de 2013 e EPB em agosto de 2013, CNEE, EDEVP, CAIUÁ em Maio/2012, CFLO em Junho/2012, ETO em julho/2012, EMT e EMS em Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Em 30 de setembro de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$ 150.664 (R\$105.401 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015, as controladas indiretas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

19.4 Direito de concessão - Consolidado

	30/09/2015	31/12/2014
Reconhecido por controladas (1)	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora (2)	299.045	320.580
Aquisição participação (3)	66.902	69.207
Ágio (Goodwill) (4)	-	48.777
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda (4)	-	(77.129)
Amortização acumulada	(414.387)	(383.581)
Subtotal	489.572	515.866

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Saldo inicial	515.866	561.679
Aquisição participação	4.512	72.294
Saldo reclassificado para ativos disponíveis para venda	-	(77.129)
Amortização no período/exercício	(30.806)	(40.978)
Saldo final	489.572	515.866

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027), tomando-se por base as curvas de lucratividade projetadas. A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de setembro de 2015 o saldo a amortizar pela controlada é de R\$280.280 (R\$295.055 em 31 de dezembro de 2014).

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social - ESE
2015 e 2016	37.601	8.545
2017 e 2018	61.815	14.255
2019 e 2020	63.394	14.941
2021 e 2022	64.945	15.617
2023 e 2024	66.623	16.288
2025 e 2026	68.197	16.941
2027 em diante	126.997	8.708
Total	489.572	95.295

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas ENF, EBO, ESE e EPB, no montante de R\$147.252 (R\$157.741 em 31 de dezembro de 2014), os quais estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para as controladas.

A Companhia adquiriu a empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2014).

Os valores pagos na aquisição do parque eólico está alocado como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias monta em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a

edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207.

Até 30 de setembro de 2015 foram amortizados cerca de R\$18.699 no acumulado e R\$11.904 no período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2015.

(4) Intangíveis ágio (goodwill)

Refere-se ao montante do ágio (goodwill) reconhecido em decorrência da diferença entre o valor justo, líquido de impostos das participações adquiridas pela controlada Energisa Bioeletricidade S/A que por ter vida útil definida, são amortizados pelo prazo da autorização que é de 20 anos a contar de agosto de 2012, no montante de R\$46.903, deduzido das amortizações.

Em face da alienação dos projetos de geração ocorrido em março de 2015, o montante relacionados aos projetos de Bioeletricidade foram baixados desta rubrica (R\$77.129).

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Suprimento:				
Furnas	-	-	136	136
Ampla -Cusd	-	-	1.967	783
CCEE	-	-	139.024	96.312
Contratos Bilaterais (1)	-	-	1.044.499	1.017.475
Uso de rede básica (1)	-	-	5.509	6.089
Conexão à rede (1)	-	-	837	801
Encargo de serviços do sistema (1)	-	-	62.639	11.150
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	17.021	17.583
Materiais, serviços e outros (2)	731	1.182	171.439	175.810
Total	731	1.182	1.443.071	1.326.139
Circulante	731	1.182	1.087.716	966.244
Não Circulante	-	-	355.355	359.895

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

Inclui R\$351.140 (R\$427.632 em 31 de dezembro de 2014) referente ao parcelamento da controlada EMT com Eletrobrás, de débitos do repasse Itaipu, consolidado em agosto de 2014 em 60 parcelas, com taxa de juros de 115% do CDI, sendo nas 24 primeiras amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o principal.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.	
			Circulante	Não Circulante	30/09/2015	31/12/2014		
ENERGISA S/A	Em moeda nacional							
	NOTAS PROMISSÓRIAS 2ª EMISSÃO SERIE UNICA	-	-	-	-	105.640		
	Nota Promissória - Itaú	3.247	105.000	-	108.247			
	Cédula de Crédito Bancário - PINE	157	50.000	-	50.157	-		
	Cédula de Crédito Bancário - MODAL	263	35.000	-	35.263			
	Total em moeda nacional	3.667	190.000	-	193.667	105.640		
	Em moeda estrangeira							
	CITIBANK	2.233	99.323	198.645	300.201	199.797	(1)	
	ABC	1.950	126.626	-	128.576	164.561	(1)	
	Santander	1.570	128.137	-	129.707	109.410	(1)	
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	54	-	54			
	Total em moeda estrangeira	5.753	354.140	198.645	558.538	473.768		
	Total ENERGISA S A	9.420	544.140	198.645	752.205	579.408		
	ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional						
		Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	160	-	15.000	15.160	15.140	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche		13	153	-	166	291		
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche		46	421	737	1.204	1.553		
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche		66	512	1.251	1.829	2.163		
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche		1	41	212	254	288		
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche		197	24	1.800	2.021	2.042		
Eletrobrás - Subtransmissão		113	788	-	901	2.261		
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche		10	-	4.564	4.574	4.441		
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FNE)		294	2.228	2.463	4.985	6.874		
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FAT)		142	3.651	168	3.961	5.464		
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009/2010 (FNE)		729	2.649	9.757	13.135	15.667		
Banco ABC - repasse BNDES		487	5.034	14.802	20.323	24.354		
Banco ABC - repasse BNDES		83	212	2.040	2.335	2.813		
Banco Itaú BBA - FINAME		44	2.265	17.163	19.472	18.781		
Banco Itaú BBA - FINEM		37	2.838	11.703	14.578	17.000		
Nota promissória Itaú		9.475	80.000	-	89.475	80.536		
Total em moeda nacional		11.897	100.816	81.660	194.373	199.668		
(-) custos de captação incorridos na contratação		-	(154)	(357)	(511)	(626)		
Em moeda estrangeira								
Bank of America Merrill Lynch		-	-	-	-	79.803	(1)	
Banco Itaú BBA		3.173	-	199.563	202.736	134.494	(1)	
Citibank	1.007	-	287.298	288.305	133.393	(1)		
(-) Marcação Mercado Dívida	-	-	(6.846)	(6.846)		(2)		
Total em moeda estrangeira	4.180	-	480.015	484.195	347.690			
Total ENERGISA SERGIPE	16.077	100.662	561.318	678.057	546.732			
ENERGISA PARAÍBA	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	675	-	61.000	61.675	61.591		
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	354	68	451	741		

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/09/2015	31/12/2014	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	74	520	920	1.514	1.939	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	584	954	1.605	1.912	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	58	324	1.446	1.828	2.093	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	317	407	2.299	3.023	3.051	
	Eletrobrás Luz para Todos - 6ª tranche	52	146	719	917	977	
	Eletrobrás - Subtransmissão	5	1.220	-	1.225	5.830	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	14.464	-	14.464	13.646	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FNE)	22	9.782	6.819	16.623	23.773	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008/2009 (FNE)	-	11.015	31.779	42.794	48.019	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FAT)	-	2.227	2.021	4.248	6.071	
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	155	1.598	27.406	29.159	33.715	
	Banco BNB - repasse BNDES	30	7.794	19.187	27.011	32.793	
	Banco Itaú BBA - FINAME	118	4.605	31.890	36.613	36.546	
	Banco Itaú CCB	-	-	-	-	40.269	
	Parcelamento FUNASA	-	346	4.585	4.931	-	
	Total em moeda nacional	1.602	55.386	191.093	248.081	312.966	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(338)	(800)	(1.138)	(1.392)	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA I	-	-	-	-	45.511	(1)
	Banco Itaú BBA II	3.808	-	239.475	243.283	161.440	(1)
	Citibank	249	79.458	183.629	263.336	106.309	(1)
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	-	(8.284)	(8.284)	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	4.057	79.458	414.820	498.335	313.260	
	Total ENERGISA PARAÍBA	5.659	134.506	605.113	745.278	624.834	
	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III(*)	159	-	15.000	15.159	15.138	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	58	1.137	981	2.176	3.026	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	10	8	20	27	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	357	1.446	4.374	6.177	7.243	
	Eletrobrás - Subtransmissão	8	280	413	701	911	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	2.704	
	Banco HSBC - repasse BNDES	21	369	-	390	777	
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	295	-	298	410	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	186	-	186	427	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	5	452	1.960	2.417	2.755	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	5	337	1.126	1.468	1.059	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	3	188	817	1.008	1.149	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	3	298	1.292	1.593	1.818	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	-	371	-	371	930	
	Banco Itaú BBA - FINAME	34	1.922	13.741	15.697	14.130	
	Caixa Econômica Federal - FINAME	38	493	2.798	3.329	3.734	
	Banco Bradesco - CCB	2.398	12.500	-	14.898	13.566	(1)
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	50	4.474	19.630	24.154	14.566	
	Nota Promissória - Itaú	2.554	63.427	-	65.981	60.402	
	Cédula de Crédito Bancário	160	15.000	-	15.160	-	
	Total em moeda nacional	5.858	103.185	62.140	171.183	144.772	

ENERGISA MINAS GERAIS

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/09/2015	31/12/2014	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(24)	(101)	(125)	(174)	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank	129	-	122.345	122.474	43.983	(1)
	Banco ABC	259	12.653	51.263	64.175	-	
	Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	76.027	(1)
	Banco Itaú BBA	-	-	-	-	80.425	(1)
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	(49)	(7.329)	(7.378)	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	388	12.604	166.279	179.271	200.435	
	Total ENERGISA MINAS GERAIS	6.246	115.765	228.318	350.329	345.033	
	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	42	-	4.000	4.042	4.037	
	Eletrobrás - Luz para Todos 0 1ª tranche	-	45	84	129	187	
	Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	28	17	348	393	468	
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	17	-	18	128	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	44	-	44	80	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	5	-	5	42	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	1	181	777	959	1.097	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	2	193	424	619	454	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	1	81	324	406	459	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	11	129	532	672	762	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES V	10	681	2.734	3.425	1.392	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES VI	28	622	841	1.491	591	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	1	372	-	373	931	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	9	199	1.390	1.598	1.408	
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	14	1.403	2.461	3.878	4.831	
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	38	887	1.088	2.013	1.742	
	Total em moeda nacional	186	4.876	15.003	20.065	18.609	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(6)	(27)	(33)	(38)	
	Em moeda estrangeira						
	Citibank	-	-	32.776	32.776	21.914	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	10.629	(1)
	Banco Itaú BBA I	-	-	-	-	8.079	(1)
	Banco Itaú BBA II	98	9.575	-	9.673	6.407	(1)
	Banco Itaú BBA	826	30.444	-	31.270	-	
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	196	(2.394)	(2.198)	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	924	40.215	30.382	71.521	47.029	
	Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	1.110	45.085	45.358	91.553	65.600	
	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Grupo Energisa III	62	-	5.000	5.062	5.055	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	54	10	66	114	
	Financiamento BNB - REPASSE BNDES	-	-	-	-	2.047	
	Financiamento BNB - REPASSE BNDES	151	1	3.114	3.266	8.615	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007/2008 (FNE)	38	-	8.680	8.718	5.508	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009/2010 (FNE)	192	2.106	1.631	3.929	5.784	
	Banco Itaú BBA - FINAME	13	639	4.259	4.911	3.201	
	EMPRESTIMO ITAU BBA BNDES FINEM	8	396	2.952	3.356	3.206	
	Cédula de Crédito Bancário	98	1.155	8.642	9.895	-	
	Total em moeda nacional	564	4.351	34.288	39.203	33.530	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/09/2015	31/12/2014	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(26)	(47)	(73)	(93)	
	Em moeda estrangeira						
	Bank of America Merrill Lynch	89	15.892	-	15.981	10.777	(1)
	Banco Itaú BBA	-	-	-	-	16.095	(1)
	Cédula de Crédito Bancário	5	11.919	-	11.924	-	
	Total em moeda estrangeira	94	27.811	-	27.905	26.872	
	Total ENERGISA BORBOREMA	658	32.136	34.241	67.035	60.309	
	Em moeda nacional						
	Finep	26	940	2.730	3.696	4.603	
	Banco Itaú BBA - FINAME	4	390	3.169	3.563	3.816	
	Total em moeda nacional	30	1.330	5.899	7.259	8.419	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(6)	(13)	(19)	(24)	
	Total ENERGISA SOLUÇÕES	30	1.324	5.886	7.240	8.395	
	Em moeda nacional						
	Banco Itaú BBA - FINAME	10	516	3.992	4.518	3.153	
	Total em moeda nacional	10	516	3.992	4.518	3.153	
	Total ENERGISA SOLUÇÕES	10	516	3.992	4.518	3.153	
	Em moeda nacional						
	LEASING BRADESCO	-	104	-	104	534	
	Total em moeda nacional	-	104	-	104	534	
	Total ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS	-	104	-	104	534	
	Em moeda nacional						
	CCB	468	14.000	-	14.468	-	
	CCB	534	16.000	-	16.534	-	
	Total em moeda nacional	1.002	30.000	-	31.002	-	
	Total ENERGISA COMERCIALIZADORA	1.002	30.000	-	31.002	-	
	Em moeda nacional						
	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO) Opção A	58	-	4.065	4.123	4.026	
	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (Opção A)	128	-	8.962	9.090	9.408	
	EMPRÉSTIMOS CREDORES "RJ" (OPÇÃO C)	-	-	-	-	3.209	
	Total em moeda nacional	186	-	13.027	13.213	16.643	
	Total REDE ENERGIA	186	-	13.027	13.213	16.643	
	Em moeda nacional						
	Santander	84	708	7.792	8.584	8.579	
	ELETROBRÁS	7	322	-	329	564	
	HP leasing	-	-	-	-	24	
	Total em moeda nacional	91	1.030	7.792	8.913	9.167	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	1.429	-	102.871	104.300	68.986	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	69	-	51.181	51.250	-	(1)
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	-	(5.841)	(5.841)	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	1.498	-	148.211	149.709	68.986	
	Total CAIUÁ	1.589	1.030	156.003	158.622	78.153	
	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	2	789	-	791	1.499	
	ELETROBRÁS	118	17.379	92.278	109.775	123.649	
	Banco Santander	77	656	7.211	7.944	7.929	
	Banco Santander	738	6.261	68.872	75.871	75.730	
	HP leasing	-	-	-	-	12	
	Total em moeda nacional	935	25.085	168.361	194.381	208.819	
	(-) custos de captação incorridos na	-	(341)	(484)	(825)	(1.104)	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/09/2015	31/12/2014	
	contratação						
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	5.016	-	258.358	263.374	-	
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	-	(7.618)	(7.618)	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	5.016	-	250.740	255.756	-	
	Total ETO	5.951	24.744	418.617	449.312	207.715	
DENERGE	Em moeda nacional						
	FI-FGTS (Reestruturado)	4.760	-	227.736	232.496	231.253	
	Total em moeda nacional	4.760	-	227.736	232.496	231.253	
	Total DENERGE	4.760	-	227.736	232.496	231.253	
CTCE	Em moeda nacional						
	BANCO BMG S/A - Opção A	-	510	3.136	3.646	3.290	
	Total em moeda nacional	-	510	3.136	3.646	3.290	
	Total CTCE	-	510	3.136	3.646	3.290	
EMS	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	30	11.815	31.648	43.493	52.647	
	SAFRA	-	92	-	92	381	
	SAFRA	-	22	-	22	96	
	HP leasing	-	-	-	-	29	
	VOLKSWAGEN	-	-	-	-	246	
	Banco Itaú - Nota promissória de Crédito	-	-	-	-	105.448	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.383	-	289.821	292.204	289.820	
	Total em moeda nacional	2.413	11.929	321.469	335.811	448.667	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Merrill Lynch	257	-	124.934	125.191	-	
	Itaú Libor	113	30.194	-	30.307	-	
	Itaú Libor	70	36.749	-	36.819	-	
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	(1.419)	(6.922)	(8.341)	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	440	65.524	118.012	183.976	-	
	Total EMS	2.853	77.453	439.481	519.787	448.667	
EMT	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	1	42.308	273.003	315.312	347.519	
	FIBRA/BTG	-	-	-	-	7.971	
	HP leasing	-	-	-	-	27	
	Banco JP Morgan	30	14.857	9.905	24.792	35.959	
	Finame - SAFRA	-	46	-	46	107	
	Banco Santander	314	2.667	29.333	32.314	32.270	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.532	-	351.415	353.947	353.871	
	Total em moeda nacional	2.877	59.878	663.656	726.411	777.724	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Merrill Lynch	30	14.447	9.631	24.108	23.371	(1)
	Cessna Finance	9	6.461	42.652	49.122	36.195	
	Total em moeda estrangeira	39	20.908	52.283	73.230	59.566	
	Total EMT	2.916	80.786	715.939	799.641	837.290	
CNEE	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	5	64	-	69	117	
	HP leasing	-	-	-	-	8	
	BANCO ABC	92	12.653	-	12.745	-	
	Total em moeda nacional	97	12.717	-	12.814	125	
	Total CNEE	97	12.717	-	12.814	125	
CFLO	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	1	64	76	141	189	

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/09/2015	31/12/2014	
	HP leasing	-	-	-	-	7	
	Total em moeda nacional	1	64	76	141	196	
	Em moeda estrangeira						
	Itaú	695	30.444	-	31.139	-	
	Total em moeda estrangeira	695	30.444	-	31.139	-	
	Total CFLO	696	30.508	76	31.280	196	
	Em moeda nacional						
	ELETOBRÁS	7	269	-	276	478	
	HP leasing	-	-	-	-	12	
	BANCO ABC	184	25.305	-	25.489	-	
	Total em moeda nacional	191	25.574	-	25.765	490	
	Em moeda estrangeira						
	SANTANDER	181	13.110	-	13.291	-	
	ITAU	-	-	-	-	-	
	Total em moeda estrangeira	181	13.110	-	13.291	-	
	Total	372	38.684	-	39.056	490	
	Em moeda nacional						
	ELETOBRAS EFS	2	796	1.793	2.591	3.180	
	HP leasing	-	-	-	-	11	
	Total em moeda nacional	2	796	1.793	2.591	3.191	
	Em moeda estrangeira						
	ABC Brasil	190	-	51.596	51.786	45.410	(1)
	ITAU	220	-	15.826	16.046	10.613	(1)
	SANTANDER	615	76.627	-	77.242	-	(1)
	(-) Marcação Mercado Dívida	-	107	663	770	-	(2)
	Total em moeda estrangeira	1.025	76.734	68.085	145.844	56.023	
	Total EEB	1.027	77.530	69.878	148.435	59.214	
	Sub - total em moeda nacional	36.369	628.147	1.801.121	2.465.637	2.526.856	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(895)	(1.829)	(2.724)	(3.451)	
	Total em moeda nacional	36.369	627.252	1.799.292	2.462.913	2.523.405	
	Total em moeda estrangeira	24.290	720.948	1.927.472	2.672.710	1.593.629	
	TOTAL	60.659	1.348.200	3.726.764	5.135.623	4.117.034	

Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$93.420 (R\$212.251 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica “recursos vinculados” no ativo circulante consolidado.

Os financiamentos junto ao Bradesco (CCB), BNDES, Banco Itaú, Bank of América e Citibank possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2015 as exigências contratuais do Bradesco (CCB) foram cumpridas. Em correspondência expedida em 10 de abril de 2014, o BNDES, Banco Itaú, Bank of América e Citibank suspenderam as aplicações dos indicadores financeiros até 31 de março de 2015, os quais foram revisados para 31 de março de 2016.

- (1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, Citibank e Itaú BBA possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 33).
- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo e pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 33).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2015:

Empresa	Operação	Características da Operação			Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
ENERGISA	Nota Promissória - Itaú	jan/16	Final	-	CDI	+ 2,25% a.a	8,85%	
	Cédula de Crédito Bancário - PINE	nov/15	Final	-	CDI	+ 2,70% a.a	8,99%	
	Cédula de Crédito Bancário - MODAL	dez/15	Final	-	CDI	+ 25% a.a	25,91%	
	Citibank	abr/18	Semestral, após abr.2016	-	Libor	+ 1,64% a.a	38,62%	(1)
	ABC	nov/15	Final	-	Dólar	+ 3,30% a.a	39,66%	
	Banco Santander	jun/16	Final	-	Libor	+ 3,41 a.a	37,66%	
ENERGISA SERGIPE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	Mensal, após dez.2017	Recebíveis	CDI	+ 0,70%	7,69%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 1ª tranche	out/16	Mensal	Recebíveis	RGR 5,0%		3,75%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 2ª tranche	abr/18	Mensal	Recebíveis	RGR 5,0%		3,75%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 3ª tranche	out/19	Mensal	Recebíveis	RGR 5,0%		3,75%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 4ª tranche	jul/22	Mensal	Recebíveis	RGR 5,0%		3,75%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 5ª tranche	out/22	Mensal	Recebíveis	RGR 5,0%		3,75%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar/16	Mensal	Recebíveis	RGR 5,0%		3,75%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 6ª tranche	ago/26	Mensal, após ago.2016	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	6,0%	4,50%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	Mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	pré-fixado	8,3%	6,23%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun/17	Mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	TJLP	+ 4,00%	7,88%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago/19	Mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	pré-fixado	8,4%	6,30%	(2)
	Banco ABC - repasse BNDES I	mai/19	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ de 2,2% a 4,1%	6,53% a 7,95%	
	Banco ABC - repasse BNDES II	fev/23	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	De 8,10% a 9,10%	6,08% a 6,83%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	de 2,5% a 8,7%	1,88% a 6,53%	
	Banco BNB - repasse BNDES Finem	mar/20	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ 2,90% a 3,90%	7,05% a 7,80%	
	Nota Promissória Itaú	dez/15	Final	Aval Energisa S.A.	CDI	+ 2,00%	8,66%	
	Banco Itaú BBA	abr/18	Anual, após abr-2018	Aval Energisa S.A.	Dólar	+ 3,4892% a.a	39,79%	(1)
	Citibank	abr/18	Final	Aval Energisa S.A.	Libor	+ 1,91%	38,72% a 38,82%	(1)
ENERGISA PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	Mensal, após dez.2017	Recebíveis	CDI	+ 0,70%	7,69%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 1ª tranche	nov/16	Mensal	Recebíveis	RGR 5,0%		3,75%	
	Eletrobrás -Luz para Todos -	abr/18	Mensal	Recebíveis	RGR 5,0%		0,00%	

Empresa	Operação	Características da Operação			Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	2ª tranche							
	Eletrobrás -Luz para Todos - 3ª tranche	jul/19	Mensal	Recebíveis		RGR 5,0%	0,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 4ª tranche	out/20	Mensal	Recebíveis		RGR 5,0%	0,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 5ª tranche	jun/21	Mensal	Recebíveis		RGR 5,0%	0,00%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 6ª tranche	mar/22	Mensal	Recebíveis		RGR 5,0%	0,00%	
	Eletrobrás -Subtransmissão	mar/16	Mensal	Recebíveis		RGR 5,0%	0,00%	
	Eletrobrás Devolução LPT	mar/16	Mensal	Recebíveis		Selic acumulada	0,00%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	Mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	pré-fixado	7,8%	0,00%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun/19	Mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	pré-fixado	8,1%	0,00%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun/17	Mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	TJLP	+ 4,00%	0,00%	
	Banco Itau - repasse BNDES Finem	Até dez/23	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ 3,5% a 8,90%	7,50% a 11,55%	
	Banco do Nordeste - repasse BNDES	jan/19	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ de 3,4% a 4,4%	7,43% a 8,18%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até ago-2023	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	de 2,5% a 10%	6,75% a 12,38%	
	Parcelamento FUNASA	dez/29	Mensal	-		IPCA/INPC	De 5,30% a 5,77%	
	Banco Itaú BBA II	abr/18	Anual, após abr.2017	Aval Energisa S.A.	Dólar	+ 3,49%	39,80%	(1)
	Citibank	set/17	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A.	Libor	+ 1,90%	38,81%	(1)
ENERGISA MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	Mensal, após dez.2017	Recebíveis	CDI	+ 0,70%	7,69%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 1ª tranche	ago/17	Mensal	Recebíveis		RGR 5,0%	3,75%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago/17	Mensal	Recebíveis		RGR 5,0%	3,75%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 2ª tranche	dez/19	Mensal	Recebíveis		RGR 5,0%	3,75%	
	Eletrobrás Subtransmissão	fev/18	Mensal	Recebíveis		RGR 5,0%	3,75%	
	Banco HSBC -repasse BNDES I	mai/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ 4,30%	8,10%	
	Banco HSBC -repasse BNDES II	mai/16	Mensal	Aval da Energisa S.A.	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	3,27%	
	Banco HSBC -repasse BNDES III	mai/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ 3,90%	7,80%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES I	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ 4,75%	8,44%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES II	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	2,86%	
	Banco Itaú BBA -repasse BNDES III	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ 5,95%	9,34%	

Empresa	Operação	Características da Operação			Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	Banco Itaú BBA -repasso BNDES IV	jan/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	5,5%	4,13%	
	Banco Itaú BBA -repasso BNDES PER	mar/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	5,5%	4,13%	
	Banco Itaú BBA -FINAME	até abr-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	de 2,5% a 10%	De 1,88% a 7,5%	
	Caixa Econômica Federal -FINAME	jan/22	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	8,7%	6,53%	
	Banco Bradesco - CCB	nov/15	Anual	-	CDI +	1,25%	8,10%	
	Banco Itaú BBA BNDES Finem	dez/23	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP + 2,25%	a 4,15%	6,56% a 7,99%	
	Nota Promissória Itaú	nov/15	Final	Aval Energisa S.A.	CDI +	1,95%	8,63%	
	Cédula de Crédito Bancário	ago/16	Final	Aval Energisa S.A.	CDI +	2,50%	9,04%	
	Citibank	set/17	Final	Aval Energisa S.A.	Libor + 1,36%	a 1,77%	38,41% a 38,72%	(1)
	Banco ABC	set/17	Final	Aval Energisa S.A.	Dólar + 3,28%	a 5,43%	39,64% a 41,25%	(1)
ENERGISA NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	Mensal, após dez.2017	Recebíveis	CDI +	0,70%	7,69%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 1ª tranche	ago/17	Mensal	Recebíveis	RGR	5,0%	3,75%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	mai/19	Mensal, após jun.2014	-	RGR	5,0%	3,75%	
	Banco HSBC -repasso BNDES I	abr/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP +	4,30%	8,11%	
	Banco HSBC -repasso BNDES II	abr/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	UMBND +	4,3% + juros variáveis	3,28%	
	Banco HSBC -repasso BNDES III	abr/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP +	3,90%	7,81%	
	Banco Itaú BBA -repasso BNDES I	dez/20	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP +	4,75%	8,44%	
	Banco Itaú BBA -repasso BNDES II	dez/20	Mensal	Aval Energisa S.A.	UMBND +	3,75% + juros variáveis	2,86%	
	Banco Itaú BBA -repasso BNDES III	dez/20	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP +	5,95%	9,34%	
	Banco Itaú BBA -repasso BNDES IV	dez/20	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	5,5%	4,13%	
	Banco Itaú BBA -repasso BNDES V	abr/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP +	8,10%	10,96%	
	Banco Itaú BBA -repasso BNDES VI	abr/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	SELIC +	3,10%	9,55%	
	Banco Itaú BBA -repasso BNDES PER	mar/16	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	5,5%	4,13%	
	Banco Itaú BBA -FINAME	até nov-	Mensal	Aval	pré-fixado	de 2,5% a	1,88% a	

Empresa	Operação	Características da Operação			Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
		2024		Energisa S.A.		5,5%	4,13%	
	Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	jun/18	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ 4,65%	8,37%	
	Banco Itaú BBA - BNDES Automático II	jun/18	Mensal	Aval Energisa S.A.	UMBND	+ 3,65%	2,79%	
	Citibank	set/17	Final	Aval Energisa S.A.	Dólar	+ 1,36%	38,20%	(1)
	Banco Itaú BBA II	fev/16	Final	Aval Energisa S.A.	Dólar	+ 3,25%	39,62%	(1)
	Banco Itaú BBA	fev/16	Final	Aval Energisa S.A.	Dólar	+ 3,83%	40,05%	(1)
ENERGISA BORBOREMA	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	dez/20	Mensal, após dez.2017	Recebíveis	CDI	+ 0,70%	7,69%	
	Eletrobrás -Luz para Todos - 1ª tranche	nov/16	Mensal	Recebíveis	RGR 5,0%		3,75%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES I	mar/23	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	UMBND	+ 3,90%	2,98%	
	Financiamento BNB - repasse BNDES II	mar/23	Mensal - após abr-2017	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ 3,90%	14,27%	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun/17	Mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	pré-fixado	7,5%	5,63%	(2)
	Banco do Nordeste Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago/19	Mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	pré-fixado	7,5%	5,63%	(2)
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	de 4,5% a 5,5%	3,38% a 4,13%	
	Banco Itaú BBA - FINEM	abr/21	Mensal	Aval Energisa S.A.	TJLP	+ de 3,81% a 8,10%	7,74% a 10,96%	
	Bank of America Merrill Lynch	fev/16	Final	Aval Energisa S.A.	Libor	+ 2,45%	39,23%	(1)
	CCB SANTANDER	mar/16	Final	Aval Energisa S.A.	Dólar	+ 2,59%	39,12%	(1)
ENERGISA SOLUÇÕES	FINEP	out/18	Mensal	Fiança Energisa S.A.	pré-fixado	8,0%	6,00%	
	Banco Itaú BBA FINAME	até fev-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	de 2,5% a 6,0%	1,88% a 4,50%	
ENERGISA SOLUÇÕES CONSTRUÇÕES	Banco Itaú BBA FINAME	até nov-2024	Mensal	Aval Energisa S.A.	pré-fixado	6,0%	4,50%	
ENERGISA SERV. AÉREOS	Leasing bradesco	dez/15	Mensal	Alienação Fiduciária	CDI		7,16%	
COMERCIALIZADORA	CCB	jul/16	Final		CDI	+ 2,50%	9,03%	
	CCB	jul/16	Final		CDI	+ 2,50%	9,03%	
REDE ENERGIA	Banco industrial e comercial s.a. (bicbanco)	jul/36	Mensal	Recebíveis	IPCA	+ 1,05% a.a	6,09%	
	Banco do nordeste do brasil s.a.	jul/36	Mensal	Recebíveis	IPCA	+ 1,05% a.a	6,09%	
CAIUÁ	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis + Aval	CDI	2,28% a.a	8,87%	

Empresa	Operação	Características da Operação			Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0% a.a.	4,50%	
	Itaú BBA	nov/17	Mensal	Aval	Dólar	+ 3,40%	39,73%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	jun/17	Mensal	Aval	Dólar	+ 1,85 %	38,57%	(1)
ETO	Eletrobrás II	Jun/16 a abr/22	Mensal	Recebíveis	UFIR	De 6,0 a 6,50%a.a	4,50% a 4,88%	
	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis	CDI	2,28% a.a	8,87%	
	Banco Itaú	jun/19	Mensal	Recebíveis	Dólar	2,72% a.a	39,22%	
DENERGE	FI-FGTS - (Reestruturado)	jul/36	Mensal	-	TR	4,0% a.a	3,94%	
CTCE	Banco BMG	jul/36	Mensal	-		1,0% a.a	0,75%	
EMS	Eletrobrás	jun/15 a mai/22	Trimestral	-	-	6,0 a 8,0% a.a	4,50% a 6,0%	
	Safra finame I	Nov/15 a mar/16	Mensal	Alienação fiduciária	PRÉ	8,0% a.a	6,00%	
	Safra finame II	nov/15 a mar/16	Mensal	Alienação fiduciária	TJLP	5,7% a.a	9,16%	
	Bank of America Merrill Lynch	jun/17	Mensal	Aval	Dólar	2,00% a.a	38,68%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	Mensal	Recebíveis	TR	8,0% a.a	6,94%	
	Itaú BBA	set/16	Final	Aval	Dólar	1,90% a 3,52% a.a	38,61% a 39,82%	
EMT	Eletrobrás	até ago/22	Trimestral	-	PRÉ	6,0 a 8,0% a.a	4,50% a 6,0%	
	Banco JP Morgan -	mai/17	Mensal	Recebíveis	CDI	2,0% a.a	8,66%	
	Finame - SAFRA	abr/16	Mensal	-	TJLP	3,9 a 6,5% a.a	7,81% a 9,76%	
	Banco Santander	jun/17	Mensal	Recebíveis +Aval	CDI	2,8% a.a	9,26%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	Mensal	Recebíveis	TR	8,0% a.a	6,94%	
	Banco Merryl Lynch	mai/17	Mensal	Fiança	CDI	2,0% a.a	8,66%	
	Cessna Finance	set/20	Trimestral	Depósito Caução	PRÉ	6,75% a.a	5,06%	
CNEE	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0 a.a	4,50%	
	Banco ABC Brasil	jul/16	Final	Recebíveis	Dólar	3,28%	39,64%	
CFLO	Eletrobrás	jun/16 a jul/18	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0% a.a	4,50%	
	Banco Itaú	fev/16	Final	Aval	Dólar	3,83% a.a	40,05%	(1)
EDEV	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0% a.a	4,50%	
	CCD - Santander	out/15	Final	Aval	Dólar	3,00% a.a	39,43%	
	Banco ABC Brasil	abr/17	Final	Aval	Dólar	3,28% a.a	39,64%	
EEB	Eletrobrás	de set/16 a jul/22	Mensal	Recebíveis	UFIR	6,0% a.a	4,50%	
	Banco Itaú	nov/17	Mensal	Aval	Dólar	+ 3,40%	39,73%	(1)
	Santander	dez/15	Mensal	Aval	Dólar	3,10%	39,51%	(1)
	Banco ABC Brasil	ago/17	Final	Aval	Dólar	2,62%	39,15%	(1)

1 - Possui Swap

2 - Considera bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2015	31/12/2014
US\$ x R\$	49,57%	13,39%
TJLP	6,50%	5,00%
SELIC	9,63%	10,90%
CDI	9,55%	10,81%
IPCA	7,06%	6,41%
IGP-M	6,35%	3,67%
LIBOR	0,28%	0,23%
UMBNB	0,06%	0,05%
TR	1,25%	0,86%

Em 30 de setembro de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2016	-	68.321
2017	99.323	1.279.973
2018	99.322	940.746
2019	-	376.116
Após 2019	-	1.061.608
Total	198.645	3.726.764

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	579.408	176.513	4.117.034	2.104.076
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	2.625.334
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	460.000	440.000	1.543.235	1.798.087
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	263.242	89.286	1.201.913	390.847
(-) Marcação Mercado Dívida	54	-	(45.681)	
Pagamento de principal	(529.385)	(29.946)	(1.592.092)	(1.648.155)
Pagamento de juros	(21.114)	(96.445)	(88.786)	(286.356)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*)				(866.799)
Saldos em 30/09/2015 e 31/12/2014	752.205	579.408	5.135.623	4.117.034
Circulante	553.560	380.193	1.408.859	1.275.949
Não circulante	198.645	199.215	3.726.764	2.841.085

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	25	98	129
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	8	30	15	53
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	6	25	12	43
	Banco ABC Repasse BNDES	5	18	44	67
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	14	56	149	219
		39	154	318	511
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	24	97	386	507
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	28	110	54	192
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	7	28	14	49
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	26	104	260	390
		85	339	714	1.138
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	6	24	95	125
		6	24	95	125
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	2	6	25	33
		2	6	25	33
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III	2	8	30	40
	Banco do Nordeste -Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	5	19	9	33
		7	27	39	73
ESOL	Finep	2	6	11	19
		2	6	11	19
Celtins	Banco Santander	85	300	440	825
		85	300	440	825
	TOTAL	226	856	1.642	2.724

22 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características:

	Controladora				Controlada ESE	Subtotal Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	Total	3ª Emissão	
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública		Pública	
Data de emissão	15/07/2012	15/07/2012	01/03/2014		30/10/2013	
Data de vencimento	15/07/2017	15/07/2019	01/03/2016		30/10/2019	
Garantia	Quirografária	Quirografária	Quirografária		Quirografária	
Rendimentos	CDI + 1,3% a.a	CDI + 1,55% a.a	CDI + 2,34% a.a		115,5% do CDI	
TIR (taxa efetiva de juros)	13,83%	13,83%	13,83%			
Quantidade de títulos	12.857	27.143	150.000		60	
Valor na data de emissão	128.570	271.430	1.500.000		60.000	
Títulos em circulação	12.857	27.143	150.000		60	
Carência de Juros	6 meses	12 meses	12 meses		24 meses	
Amortizações/parcelas	2 anuais	2 anuais	2 anuais		5 anuais	
Saldos em 30/09/2015	132.391	345.280	594.781	1.072.452	76.380	1.148.832
Circulante	68.330	74.108	594.781	737.219	28.380	765.599
Não circulante	64.061	271.172	-	335.233	48.000	383.233
Saldos em 31/12/2014	135.818	327.704	1.660.594	2.124.116	68.746	2.192.862
Circulante	7.674	56.600	661.810	726.084	8.746	734.830
Não circulante	128.144	271.104	998.784	1.398.032	60.000	1.458.032

	Subtotal	Controlada Rede Energia	Controlada EMT		Controlada EMS	Controlada ETO	Total consolidado
		4ª Emissão	2ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	
Tipo de emissão		Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão		22/12/2009	15/4/2010	15/5/2014	31/5/2014	31/5/2014	
Data de vencimento		22/12/2014	15/5/2017	17/5/2021	30/5/2021	30/5/2019	
Garantia		Quirografária	Flutuante	Flutuante	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos		CDI + 3,40%	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 2,28%	CDI + 2,28% a.a.	CDI + 2,28% a.a.	
TIR (taxa efetiva de juros)		14,37%	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7%	13,09%	13,09%	13,09%	
Quantidade de títulos		370.000	250	45.000	40.000	5.000	
Valor na data de emissão		370.000	250.000	450.000	400.000	50.000	
Títulos em circulação		-	250	45.000	40.000	5.000	
Carência de Juros		6 meses	6 meses	24 meses	2 anos	2 anos	
Data de repactuação		-	1/8/2012	-	-	-	
Amortizações/ parcela		semestral	Mensal	Mensal após a carência	semestral	Mensal 30/06/16	
Saldos em 30/09/2015	1.148.832	39.565	-	473.836	418.511	52.228	2.132.972
Circulante	765.599	558	-	55.889	47.018	7.946	877.010
Não circulante	383.233	39.007	-	417.947	371.493	44.282	1.255.962
Saldos em 31/12/2014	2.192.862	34.928	40.431	453.324	401.892	50.041	3.173.478
Circulante	734.830	1.012	40.431	6.017	4.281	297	786.868
Não circulante	1.458.032	33.916	-	447.307	397.611	49.744	2.386.610

(*) Deduzido de R\$9.090 (R\$7.191 em 31 de dezembro de 2014) referentes aos custos de captação.

As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$294.925 de ajuste a valor presente.

As debêntures da controlada EMT possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de setembro de 2015 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	-	58.443
2017	63.975	261.747
2018	135.629	333.401
2019	135.629	323.714
Após 2019	-	278.657
Total	335.233	1.255.962

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

30/09/2015							
	Controladora			EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2015	67	23	1.216	940	33	-	2.279
Exercício 2016	269	91	1.216	107	114	901	2.698
Após 2016	157	235	-	1.886	143	1.692	4.113
	493	349	2.432	2.933	290	2.593	9.090

31/12/2014							
	Controladora			EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	6ª Emissão	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2015	-	-	4.864	954	-	778	6.596
Exercício 2016	347	-	1.216	314	76	282	2.235
Após 2016	347	417	-	2.379	314	2.138	5.595
	694	417	6.080	3.647	390	3.198	14.426

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	2.124.116	467.797	3.173.478	728.990
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	306.363
Novas debêntures obtidas	-	1.495.146	-	2.514.300
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	172.431	203.742	290.637	327.227
Pagamento de principal	(939.383)	(32.952)	(1.043.329)	(546.090)
Pagamento de juros	(284.712)	(9.617)	(287.814)	(32.140)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda (*)	-	-	-	(125.172)
Saldos em 30/09/2015 e 31/12/2014	1.072.452	2.124.116	2.132.972	3.173.478
Circulante	737.219	726.084	877.010	786.868
Não circulante	335.233	1.398.032	1.255.962	2.386.610

23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
ICMS	-	-	325.637	222.654
Encargos Sociais	538	314	18.498	17.083
IRPJ	-	50.779	69.451	101.949
CSSL	-	25.692	28.091	47.610
PIS/COFINS	965	707	135.891	101.591
IOF	1.004	1	2.405	691
IRRF	1.357	486	6.698	6.962
Outros	193	2.540	9.771	11.678
Total	4.057	80.519	596.442	510.218
Circulante	4.057	80.519	497.293	434.254
Não Circulante (1)	-	-	99.149	75.964

(1) Refere-se basicamente a tributos com exigibilidades suspensa.

24 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos estaduais e federais, com os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	ESE	EMT	REDE SUL	30/09/2015	31/12/2014
LEI 11.941	-	-	-	-	726
INSS	-	-	-	-	529
PIS	223	-	-	223	303
COFINS	2.962	-	1.242	4.204	6.769
CSSL	17	-	-	17	28
IRRF	5	-	-	5	6
ICMS	-	3.662	93.157	96.819	105.202
TOTAL	3.207	3.662	94.399	101.268	113.563
Circulante	2.138	3.662	14.332	20.132	22.851
Não Circulante	1.069	-	80.067	81.136	90.712

Posição em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Valor original	Multa	Juros	30/09/2015	31/12/2014
Lei 11.941	-	-	-	-	726
INSS	-	-	-	-	529
PIS	76	5	142	223	303
COFINS	1.310	142	2.752	4.204	6.769
CSLL	4	1	12	17	28
ICMS	64.837	7.434	24.548	96.819	105.202
IRRF	2	-	3	5	6
TOTAL	66.229	7.582	27.457	101.268	113.563
Circulante	13.166	1.507	5.459	20.132	22.851
Não Circulante	53.063	6.075	21.998	81.136	90.712

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/09/2015	31/12/2014
2016	4.955	15.332
2017	16.510	15.291
Após	59.671	60.089
Total - não circulante	81.136	90.712

25 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidado

Risco provável - composição e movimentações

	Saldo inicial 31/12/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Amortização valor justo	Saldo Final 30/09/2015
Trabalhistas	201.786	64.356	(66.323)	13.325	(3.393)	209.751
Cíveis	367.270	74.083	(130.629)	24.073	1.034	335.831
Fiscais	60.058	11.284	(34.030)	3.490	316	41.118
Total	629.114	149.723	(230.982)	40.888	(2.043)	586.700
Depósitos e cauções vinculados (*)	(115.014)					(127.071)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$196.890 (R\$163.318 em 31 de dezembro de 2014). Desse total, R\$69.819 (R\$48.304 em 31 de dezembro de 2014) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período de 30 de setembro de 2015 foram pagos no consolidado o montante de R\$80.877 (R\$39.116 em 31 de dezembro 2014) sendo de indenizações trabalhistas R\$23.404 (R\$27.364 em 31 de dezembro de 2014) e de indenizações cíveis R\$45.031 (R\$11.751 em 31 de dezembro de 2014) e de indenizações fiscais R\$12.442.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

• Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável para as controladas diretas e indiretas.

Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$2.314.060 (R\$1.927.780 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

• Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$128.066 (R\$129.202 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$929.830 (R\$922.354 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa; bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$1.256.164 (R\$882.087 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Os processos administrativos da controlada indireta EMT, alcançados pela Lei da Copa (Lei Estadual 9.165/2009 - com as alterações da Lei Estadual 9.746/2012), também foram classificados como de perda possível, tendo em vista que foram inseridos no programa que autorizou a conversão de débito em investimento em infraestrutura energética necessária à realização da Copa do Mundo em 2014.

26 Taxas regulamentares - consolidado

	30/09/2015	31/12/2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	66.892	73.625
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	-	125.132
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	114.996
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	106.636	155.113
Total	173.528	468.866
Circulante	6.044	291.281
Não circulante	167.484	177.585

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24

primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfra e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP foram totalmente liquidados.

27 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Conforme art. 7º da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013, o prazo de que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, passou a ser 31 de dezembro de 2016.

As incorporações de redes particulares em 30 de setembro de 2015 montam em R\$344.895 (R\$364.397 em 31 de dezembro de 2014) sendo R\$157.748 (R\$146.424 em 31 de dezembro de 2014) no circulante e R\$187.147 (R\$217.973 em 31 de dezembro de 2014) no não circulante. Os encargos estão sendo calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5 a 1% ao mês de juros.

28 Patrimônio líquido

28.1 Capital Social

O capital social é de R\$1.010.000 (R\$1.010.000 em 31 de dezembro de 2014), representando 1.245.690.889 ações nominativas, sendo 592.714.397 ações ordinárias e 652.976.492 ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units é de 155.880.012.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais.

A Companhia mantém em tesouraria para cancelamento e/ou alienação 4.368.045 (4.368.045 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias e 17.529.630 (17.529.630 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais. O montante convertido em Units é de 4.368.045. O valor mercado dessas ações em 30 de setembro de 2015 corresponde a R\$60.224 (R\$60.189 em 31 de dezembro de 2014).

28.2 Transações de capital

A Companhia apurou perda na variação de participação em controladas diretas e indiretas no montante de R\$2.684, referente a variação de participação em controladas, decorrente de aquisição de ações dos acionistas não controladores. As modificações na participação em controladas não devem impactar o resultado, pois se tratam de operações entre os acionistas.

28.3 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/09/2015	30/09/2014
EPB	SUDENE	197/2012	30.795	15.402
ESE	SUDENE	205/2012	16.176	12.564
EBO	SUDENE	206/2012	4.420	4.524
EMT(*)	SUDAM	114/2014	-	-
ETO	SUDAM	113/2014	24.423	-
Total			75.814	32.490

(*) A controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração no período findo em 30 de setembro de 2015.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e serão destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

28.4 Dividendos

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da Companhia, relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$130.946 em 29 de junho de 2015.

O Conselho de Administração aprovou em 29 de junho de 2015, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados apurados até 31 de março do corrente exercício, no montante de R\$100.351 (R\$0,082 por ação ordinária ou preferencial e R\$0,41 por UNIT), pagos em julho de 2015.

29 Receita operacional

29.1 Receita operacional bruta - controladora

	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2015 à 30/09/2015	01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2014 à 30/09/2014
Receita operacional				
Serviços especializados (*)	16.384	48.155	16.176	48.282
Deduções a receita operacional				
PIS	(271)	(795)	(267)	(797)
COFINS	(1.245)	(3.660)	(1.229)	(3.669)
ISS	(328)	(965)	(326)	(973)
Receita operacional líquida	14.540	42.735	14.356	42.843

(*) Referem-se aos serviços administrativos prestados a controladas.

29.2 Receita operacional bruta - consolidada

	30/09/2015				30/09/2014			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2015 à 30/09/2015	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2014 à 30/09/2014 (*)	01/01/2014 à 30/09/2014 (*)
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	5.189.417	7.280.781	1.576.020	4.610.390	4.994.466	5.324.316	1.071.292	2.462.350
Industrial	54.638	2.791.060	591.198	1.707.476	67.223	2.300.651	434.750	911.953
Comercial	467.721	4.141.483	914.402	2.665.852	458.491	2.960.948	596.460	1.374.959
Rural	590.049	1.858.919	420.237	1.057.636	574.887	1.336.279	193.166	426.840
Poder Público:								
Federal	7.918	199.392	45.842	138.956	3.234	153.500	34.073	80.165
Estadual	15.779	396.239	72.360	206.315	15.784	286.651	49.828	111.959
Municipal	37.584	371.160	75.767	216.303	41.697	273.023	47.414	108.487
Iluminação Pública	6.271	1.042.952	140.142	354.834	5.818	762.147	78.113	176.392
Serviço Público	7.262	763.922	104.834	349.805	6.987	637.157	133.749	236.561
Consumo Próprio	1.364	26.320	-	-	1.305	19.746	-	-
Subtotal	6.378.003	18.872.228	3.940.802	11.307.567	6.169.892	14.054.418	2.638.845	5.889.666
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	10.445	44.394	-	-	13.438	39.151
Suprimento	2	1.197.604	102.648	342.759	3	459.007	96.040	213.223
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(171.569)	(4.319)	66.452	-	(30.532)	24.833	28.486
Venda de energia a consumidores livres	241	1.561.303	107.881	328.215	235	1.843.100	71.801	334.885
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	128.675	355.033	-	-	41.351	128.314
Serviços Especializados	-	-	24.318	57.339	-	-	16.775	40.798
Receita de Construção (1)	-	-	377.906	907.525	-	-	157.612	413.731
Ativos e Passivos regulatórios - CVA (2)	-	-	86.485	102.307	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	32.237	130.409	-	-	355.475	440.223
Saldos reclassificados para operações descontinuadas	-	-	-	-	-	(579.796)	(79.084)	(79.084)
Total - receita operacional bruta	6.378.246	21.459.566	4.807.078	13.641.999	6.170.130	15.746.197	3.337.086	7.449.393
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	823.052	2.389.708	-	-	587.822	1.293.682
PIS	-	-	69.836	204.041	-	-	52.470	116.030
COFINS	-	-	309.568	924.611	-	-	241.782	535.105
ISS	-	-	2.233	5.442	-	-	1.104	3.306
Taxa de Fiscalização	-	-	10.604	10.604	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	11.233	33.986	-	-	10.097	22.092
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	481.292	1.070.201	-	-	24.972	50.995
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	11.228	33.983	-	-	10.544	22.537
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	16.430	46.962	-	-	13.700	32.336
Encargo Consumidor - Excedentes Bandeiras Tarifárias	-	-	320.536	835.939	-	-	-	-
Saldos reclassificados para operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(16.503)	(16.503)
Total	-	-	2.056.012	5.555.477	-	-	925.988	2.059.580
Total - receita operacional líquida	6.378.246	21.459.566	2.751.066	8.086.522	6.170.130	15.746.197	2.411.098	5.389.813

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no período findo em 30 de setembro de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(*) A partir de 11 de abril de 2014, em face das aquisições das empresas do Grupo Rede, somente foram computados os valores de fornecimento a partir daquela data.

30 Custo de Energia Elétrica comprada para revenda-consolidado

	MWH (***)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/09/2015	30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014
Energia de Itaipú - Binacional	2.368.615	1.637.092	268.960	655.292	112.150	210.728
Energia de leilão	8.253.510	5.748.149	632.094	1.935.601	615.288	1.277.759
Energia bilateral	7.453.864	5.658.428	453.768	1.582.327	532.329	1.149.387
Cotas de Angra REN 530/12	721.117	548.487	40.861	125.077	36.689	82.345
Energia de curto prazo - CCEE	869.694	796.851	117.557	626.764	263.651	731.459
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	4.779.378	3.602.536	61.638	164.007	45.063	111.532
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	439.782	334.799	39.775	119.327	41.153	91.523
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(146.363)	(247.845)	(588.585)
Reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária (**)	-	-	(216.210)	(612.507)	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(132.371)	(391.602)	(114.432)	(254.801)
Saldo reclassificados para operação descontinuada	-	(10.362)	-	-	2.819	(41.903)
Total	24.885.960	18.315.980	1.266.072	4.057.923	1.286.865	2.769.444

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015, a Aneel, através do Despacho nº 773, homologou os valores do ressarcimento pela exposição térmica referente aos meses de novembro e dezembro de 2014, que seguem:

Meses	Despacho	EMG	EPB	ESE	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Março	Despacho nº 773 de 27 de março de 2015	11.534	25.742	25.958	7.594	8.124	35.437	14.273	17.701	146.363

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do período pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

(**) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. No período, foram contabilizados R\$612.507 como redutor de energia comprada, e R\$835.939 como deduções da receita operacional.

Para os meses de janeiro a agosto de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	EMG	EPB	ESE	ENF	EBO	EMT	ETO	EMS	Empresas Sul Sudeste	Total
Janeiro	Despacho 583 de 4 de março de 2015	(1.033)	(1.755)	936	(525)	(288)	(7.735)	126	1.766	(1.320)	(9.828)
Fevereiro	Despacho 829 de 30 de março de 2015	(1.768)	(716)	4.259	(798)	320	(15.006)	1.460	2.925	(392)	(9.716)
Março	Despacho 1356 de 4 de maio de 2015	(2.975)	(948)	5.508	(1.334)	323	(23.397)	1.223	6.579	(3.184)	(18.205)
Abril	Despacho 1743 de 29 de maio de 2015	(2.904)	1.759	7.274	(1.487)	535	(30.482)	(2.775)	5.047	(3.661)	(26.694)
Maiο	Despacho 2131 de 30 de junho de 2015	(5.063)	5.097	11.133	(1.461)	1.269	(29.516)	(3.076)	4.769	(3.392)	(20.240)
Junho	Despacho 2440 de 29 de julho de 2015	(3.236)	3.157	7.357	(1.476)	380	(27.390)	2.788	3.149	(7.076)	(22.347)
Julho	Despacho 3386 de 06 de outubro de 2015	(1.229)	1.477	5.091	(1.491)	88	(18.709)	4.375	4.365	(6.288)	(12.321)
Agosto	Despacho 3387 de 06 de outubro de 2015	(1.261)	(1.594)	2.342	(1.461)	(367)	(21.058)	573	1.092	(8.176)	(29.910)
Setembro	Valor a ser homologado	(2.081)	(13.657)	(7.625)	(1.292)	(1.942)	(22.359)	(2.892)	(13.534)	(8.789)	(74.171)
		(21.550)	(7.180)	36.275	(11.325)	318	(195.652)	1.802	16.158	(42.278)	(223.432)

(**) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

31 Cobertura de seguros

A Energisa e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R\$ mil)	Controladora	Consolidado	
			30/09/2015 e 31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Riscos operacionais	23/10/2016	38.000	17	1.913	1.918
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2015	50.600	12	3.852	3.852
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a terceiros	23/10/2016	Até R\$360 mil/veículo	8	1.234	1.300
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	04/10/2016	10.000	-	116	127
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2015	521	-	5	5
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2015	129.365	-	264	263
Compreensivo Empresarial	26/09/2016	620	-	5	5
Vida em Grupo -Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	91.062	158	2.183	2.183
Multirrisco Hangar	20/11/2015	2.500	-	5	5
RC Hangar	20/11/2015	27.932	-	77	77
Transportes	30/11/2015	Ate 2.000 transporte	-	175	175
			195	9.829	9.910

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCHs do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

32 Arrendamento mercantil - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem arrendamento mercantil no montante de R\$10.462 (R\$15.039 em 31 de dezembro de 2014) referente a veículos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arredamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

No período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram no consolidado os montantes de R\$4.509 como despesa de depreciação e de R\$2.215 como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$49.122 (R\$35.898 em 31 de dezembro de 2014), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 30 de setembro de 2015 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2015
2015	1.584
2016	6.570
2017	7.025
2018	7.511
2019	8.032
2020	18.400
Total	49.122
Circulante	6.470
Não Circulante	42.652

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora				
	30/09/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	1.094	1.094	50.249	50.249
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	24.952	24.952	6.046	6.046
Clientes	5.096	5.096	5.158	5.158
Instrumentos financeiros derivativos	94.604	94.604	74.361	74.361
Créditos com partes relacionadas	691.900	691.900	760.728	760.728
Passivos				
Fornecedores	731	731	1.182	1.182
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	1.824.657	1.810.197	2.703.524	2.681.385
Débitos com partes relacionadas	256.050	256.050	144.018	144.018

Consolidado				
	30/09/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	380.305	380.305	576.072	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	637.103	637.103	1.048.557	1.048.557
Clientes	2.021.069	2.021.069	1.541.985	1.541.985
Títulos de créditos a receber e outros	102.881	102.881	108.543	108.543
Contas a receber da concessão	3.402.058	3.402.058	3.024.053	3.024.053
Ativos regulatórios	1.163.517	1.163.517	1.008.801	1.008.801
Instrumentos financeiros derivativos	391.228	391.228	217.103	217.103

	30/09/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos				
Fornecedores	1.443.071	1.443.071	1.326.139	1.326.139
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	7.268.595	7.254.135	7.290.512	7.268.373
Instrumentos financeiros derivativos	59.318	59.318	-	-
Passivos regulatórios	654.698	654.698	654.980	654.980
Taxas regulamentares	173.528	173.528	468.866	468.866
Instrumento financeiro - MTM (*)	329.223	329.223	328.231	328.231

(*) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 (sessenta e sete milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, novecentas e oitenta e seis) ações preferenciais de emissão da Rede Energia S.A., de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar de 03/01/2019.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão, ativos regulatórios. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Parques Eólicos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG, Finep e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses

mercados (fonte: CETIP), sendo esses 5ª e 6ª emissão de debêntures da controladora, 1ª emissão de debêntures (ETO), 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), as notas promissórias da controladora e da EMS, a 3ª emissão de Debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 30 de setembro de 2015 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$47.178 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no terceiro trimestre de 2015, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”), tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de setembro de 2015 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.497 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos

dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Dívida (a)	7.268.595	7.290.512
Caixa e equivalentes de caixa	(380.305)	(576.072)
Dívida líquida	6.888.290	6.714.440
Patrimônio líquido (b)	1.821.724	1.882.939
Índice de endividamento líquido	3,78	3,57

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%meses)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		731	-	-	-	-	731
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	16,20%	972.773	418.432	494.193	210.176	-	2.095.574
Total		973.504	418.432	494.193	210.176	-	2.096.305

Consolidado							
Fornecedores		1.087.715	-	-	-	355.356	1.443.071
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	13,68%	1.668.243	1.048.206	3.591.030	1.679.625	3.903.286	11.890.390
Total		2.755.958	1.048.206	3.591.030	1.679.625	4.258.642	13.333.461

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	1.094	50.249	380.305	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	24.952	6.046	637.103	1.048.557
Clientes	5.096	5.158	2.021.069	1.541.985
Títulos de créditos a receber e outros	-	-	102.881	108.543
Contas a receber da concessão	-	-	3.402.058	3.024.053
Ativos regulatórios	-	-	1.163.517	1.008.801
Instrumentos financeiros derivativos	94.604	74.361	391.228	217.103

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 11,16 e 33.

a) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2015, com alta de 49,57% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,9729/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2015 era de 28,75%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2015, de R\$7.280.409 (R\$7.308.389 em 31 de dezembro de 2014), R\$2.672.710 (R\$1.593.629 em 31 de dezembro de 2014) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em 13 de abril de 2020) e custo máximo de US\$ mais 7,79% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 apresenta no ativo não circulante R\$94.604 (R\$74.361 em 31 de dezembro de 2014) na controladora, R\$129.189 (R\$59.705 em 31 de dezembro de 2014) no ativo circulante, R\$262.039 (R\$157.398 em 31 de dezembro de 2014) no ativo não circulante, R\$28.391 no passivo circulante e R\$360.150 (R\$328.231 em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados. Inclui no consolidado R\$329.223 (R\$327.972 em 31 de dezembro de 2014) de um instrumento de características semelhantes a um derivativo da controlada EEVP.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de mais de 98% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131 Citibank x ESA 1A P. Ativa P. Passiva	75.000	LIBOR + 1,64% 102,15% CDI	27/04/2018	3,2415 (Abr/16) 3,0235 (Abr/17) 3,1896 (Abr/18)	Non-Hedge Accounting
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 4 P. Ativa P. Passiva	2.410	VC + 3,82% 110,50% CDI	28/12/2015	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Itaú BBA x ESE 2 P. Ativa P. Passiva	50.231	VC + 4,105% 108,95% CDI	17/04/2018	3,11 (Abr/17) 3,30 (Abr/18)	Não aplicável

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131 Itaú BBA x EPB 3 P. Ativa P. Passiva	60.277	VC + 4,105% 108,95% CDI	17/04/2018	3,11 (Abr/17) 3,30 (Abr/18)	Não aplicável
Loan 4131 BAML x EBO 3 P. Ativa P. Passiva	4.000	LIBOR + 2,45% 116,45% CDI	01/02/2016	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 BAML x EMT 1 P. Ativa P. Passiva	7.272	LIBOR + 1,50% CDI + 1,45%	04/05/2017	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Citibank x ENF 6 P. Ativa P. Passiva	8.250	LIBOR + 1,36% 113,90% CDI	28/09/2017	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Citibank x EMG 4 P. Ativa P. Passiva	16.450	LIBOR + 1,36% 113,90% CDI	28/09/2017	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Banco ABC x ESA 4 P. Ativa P. Passiva	31.872	VC + 4,40% CDI + 2,90%	30/11/2015	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Itaú BBA x ECA 1 P. Ativa P. Passiva	25.893	VC + 4,00% CDI + 2,25%	28/11/2017	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Itaú BBA x EEB 2 P. Ativa P. Passiva	3.984	VC + 4,00% CDI + 2,25%	28/11/2017	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Citibank x EPB 2 P. Ativa P. Passiva	40.000	LIBOR + 1,8987% 101,00% CDI	21/09/2017	3,3660 (Set/16) 3,1975 (Set/17)	Não aplicável
Loan 4131 Itaú BBA x CFLO 1 P. Ativa P. Passiva	7.663	VC + 4,50% CDI + 2,35%	25/02/2016	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Itaú BBA x ENF 7 P. Ativa P. Passiva	7.663	VC + 4,50% CDI + 2,35%	25/02/2016	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Citibank x EPB 4 P. Ativa P. Passiva	5.500	LIBOR + 1,88% CDI + 1,80%	27/02/2019	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Citibank x ESE 3 P. Ativa P. Passiva	50.000	LIBOR + 1,91% 103,50% CDI	19/04/2018	3,31 (Abr/18)	Não aplicável

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131 Santander x EBO 4 P. Ativa P. Passiva	3.000	VC + 3,45% CDI + 1,20%	24/03/2016	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Itaú BBA x ETO 1 P. Ativa P. Passiva	65.030	VC + 4,04% CDI + 2,72%	13/04/2020	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Santander x EDEVP 1 P. Ativa P. Passiva	3.300	VC + 3,00% CDI + 1,89%	13/10/2015	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Citibank x ESE 4 P. Ativa P. Passiva	22.314	Libor + 1,71% CDI + 1,85%	28/05/2019	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Citibank x EPB 5 P. Ativa P. Passiva	20.720	Libor + 1,71% CDI + 1,85%	28/05/2019	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Citibank x EMG 6 P. Ativa P. Passiva	14.345	Libor + 1,71% CDI + 1,85%	28/05/2019	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 BAML x EMS 2 P. Ativa P. Passiva	31.446	Libor + 1,85% CDI + 1,4925%	01/06/2017	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 BAML x ECA 2 P. Ativa P. Passiva	12.882	Libor + 1,85% CDI + 1,4995%	12/06/2017	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Santander x ESA 7 P. Ativa P. Passiva	32.253	VC + 4,01% CDI + 2,50%	03/06/2016	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Santander x EEB 3 P. Ativa P. Passiva	19.288	VC + 3,10% CDI + 2,45%	28/12/2015	-	Fair Value Hedge
Loan 4131 Banco ABC x EDEVP 2 P. Ativa P. Passiva	6.369	VC + 4,37% CDI + 3,50%	05/07/2016	-	Não aplicável
Loan 4131 Banco ABC x EMG 7 P. Ativa P. Passiva	3.185	VC + 4,37% CDI + 3,50%	05/07/2016	-	Não aplicável
Loan 4131 Banco ABC x CNEE P. Ativa P. Passiva	3.185	VC + 4,37% CDI + 3,50%	05/07/2016	-	Não aplicável

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131 BAML x EMS 3 P. Ativa P. Passiva	7.600	Libor + 1,75% CDI + 1,24%	08/08/2016	-	Não aplicável
Loan 4131 Banco ABC x EEB 4 P. Ativa P. Passiva	12.987	VC + 7,02% CDI + 3,55%	31/08/2017	-	Não aplicável
Loan 4131 Banco ABC x EMG 8 P. Ativa P. Passiva	12.903	VC + 7,79% CDI + 3,95%	08/09/2017	-	Não aplicável
Loan 4131 BAML x EMS 4 P. Ativa P. Passiva	9.250	Libor + 1,90% CDI + 1,39%	06/09/2016	-	Não aplicável

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento	Designação Hedge Accounting
SWAP HSBC X ESA P. Ativa P. Passiva	50.000	CDI + 1,60% 109,20% CDI + (TJLP-6,00%)	17/10/2016	Não aplicável
SWAP Santander X ESA P. Ativa P. Passiva	250.000	CDI + 1,60% CDI + 1,27% + (TJLP-6,00%)	17/10/2016	Não aplicável
SWAP Santander X ESA P. Ativa P. Passiva	128.570	CDI + 1,30% CDI + 1,00% + (TJLP-5,50%)	17/07/2017	Não aplicável
SWAP HSBC X ESA P. Ativa P. Passiva	128.570	100,00% CDI Pré 8,8% + (TJLP-5,5%)	17/07/2017	Não aplicável
SWAP Santander X ESA P. Ativa P. Passiva	271.430	IPCA + 6,15% IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não aplicável
SWAP BAML X ESA P. Ativa P. Passiva	287.616	IPCA + 5,85% CDI + 0,99%	15/07/2019	Não aplicável
SWAP HSBC X ESA P. Ativa P. Passiva	141.600	100,00% CDI 96,00% CDI + (TJLP-5,50%)	27/04/2018	Não aplicável
SWAP	175.000		15/06/2020	Não aplicável

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento	Designação Hedge Accounting
HSBC X ESA				
P. Ativa		Pré 9,63%		
P. Passiva		102,65% CDI		
<hr/>				
SWAP				
HSBC X EMS	23.703		05/09/2016	Não aplicável
P. Ativa		CDI + 3,50%		
P. Passiva		132,00% CDI + (TJLP-6,00%)		

A Administração da Companhia e de suas controladas permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Companhia e suas controladas procederam à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

A administração da Companhia e suas controladas têm, constantemente, buscado alternativas de levantar capital a um custo atraente dada as condições de mercado no momento da emissão. Com a alta da taxa de câmbio, surgiu a oportunidade de liquidar antecipadamente o instrumento de swap das controladas Energisa Sergipe e Energisa Paraíba junto ao Banco Citibank. A operação resultou na entrada de R\$ 77 milhões sendo R\$ 29,5 milhões na controlada Energisa Paraíba e R\$ 47,5 milhões na controlada Energisa Sergipe, mas sem a necessidade de aumentar o valor da dívida.

A operação permitiu a monetização do hedge existente a um custo bastante atrativo, quando considerados os custos de captação de um valor equivalente a preços de mercado. Importante ressaltar que, em se tratando de monetização de um ativo (MTM), houve redução do montante alocado no balanço patrimonial ativo dessas Companhias com entrada de recursos equivalentes no caixa (descontados dos custos de estruturação).

A montagem do novo swap respeitou os prazos, custos e “notionals” da dívida associada em dólar, implicando na manutenção da exposição financeira, limitação do risco financeiro das Companhias e variações da taxa de câmbio.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2015	31/12/2014		30/09/2015	31/12/2014
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	1.230.862	1.466.839
Swap de Juros	1.150.564	1.363.897	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(1.256.309)	(1.447.383)
			Posição Total Swap	(25.447)	19.456
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	1.069.759	1.729.372
Swap Cambial com opções	631.700	1.385.427	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(666.832)	(1.435.984)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(324.486)	(90.166)
			Posição Total Swap Com Opções	78.440	203.222
Dívida designada para “Fair Value Option”	199.754		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	222.773	
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	222.773	-
Swap Cambial (Derivativo)	199.754	-	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(212.244)	-
			Posição Líquida Swap	10.529	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	233.303	

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2015	31/12/2014		30/09/2015	31/12/2014
Dívida (Objeto de Hedge)*	1.003.367		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.333.963)	
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.345.295	-
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	1.003.367	-	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.076.906)	-
			Posição Líquida Swap	268.389	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.065.574)	

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Varição cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição (**)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		150.221	(79.741)	(309.733)
Swap Cambial com opções					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira USD e LIBOR	1.069.758		919.537	1.149.498	1.379.491
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(666.832)	Alta US\$	(666.832)	(666.832)	(666.832)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(324.487)		(243.694)	(474.877)	(720.827)
Subtotal	78.440		9.011	7.789	(8.168)
Total Líquido	78.440		159.232	(71.952)	(317.901)
Instrumentos financeiros	-		194.822	(157.465)	(503.740)
Swap Cambial					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.568.068		1.373.246	1.725.533	2.071.808
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(1.289.150)	Alta US\$	(1.289.150)	(1.289.150)	(1.289.150)
Subtotal	278.918		84.096	436.383	782.658
Total Líquido	278.918		278.918	278.918	278.918
Total Geral	357.358		438.150	206.966	(38.983)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2015, o que é refletido no valor presente positivo de R\$436.646, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$205.462 e negativo de R\$40.488, respectivamente.

Varição das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de setembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		-	14.255	26.536
Swap de Juros					
Posição Ativa -Taxa de Juros	1.230.862	Alta TJLP /	1.230.862	1.216.608	1.204.327
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI + TJLP	(1.256.309)	CDI	(1.256.309)	(1.277.340)	(1.297.405)
Subtotal	(25.447)		(25.447)	(60.732)	(93.078)
Total Líquido - ganhos (perdas)	(25.447)		(25.447)	(46.477)	(66.542)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,14%, TJLP = 6,5% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	865.461	Alta CDI	29.125	35.977	42.674
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.661.823)	Alta CDI	(90.288)	(112.905)	(135.202)
	(2.679.652)	Alta CDI	(90.747)	(113.903)	(135.111)
	(490.015)	Alta TJLP	(10.479)	(12.997)	(15.478)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(90.498)	Alta FNE	(2.208)	(2.740)	(3.266)
Subtotal (2)	(5.921.988)		(193.722)	(242.545)	(289.057)
Total -perdas (2)	(5.056.527)	-	(164.597)	(206.568)	(246.383)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (14,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2015, TJLP 6,5% ao ano e FNE 8% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré fixadas no valor de R\$1.358.421.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 -Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 -Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 -Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	1.094	50.249	380.305	576.072
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	21.942	6.046	582.297	1.048.557
Clientes	2	5.096	5.158	1.861.826	1.541.985
Títulos de créditos a receber	2	-	-	102.881	108.543
Instrumentos financeiros derivativos	2	94.604	74.361	391.228	217.103
Contas a receber da concessão	3	-	-	2.541.523	3.024.053
Ativos regulatórios	3	-	-	1.163.517	1.008.801

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

34 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido para os quais é vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição

estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A controlada Energisa Paraíba firmou com a Funasa contrato de assunção de dívida em 31 de julho de 2015 no montante de R\$4.994, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado Funasa - PSF. O valor da dívida foi parcelado em 173 parcelas de R\$29 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado a taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga.

No período findo em 30 de setembro de 2015, a despesa dos planos foi de R\$29.576 (R\$17.588 em 30 de setembro de 2014), no consolidado.

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A e Energisa Comercializadora S/A em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Em 30 de setembro de 2015, a despesa com o prêmio de aposentadoria foi de R\$191 (R\$284 em 30 de setembro de 2014) na controladora e R\$734 (R\$1.009 em 30 de setembro de 2014) no consolidado.

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

A Companhia, Energia MG e a Energisa Soluções, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 30 de setembro de 2015, as despesas com esse benefício foram de R\$693 (R\$591 em 30 de setembro de 2014) na controladora e R\$37.806 (R\$19.242 em 30 de setembro de 2014) no consolidado.

35 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil						
	Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Energisa Comercializadora	2015 a 2026	108.803	480.912	508.994	616.565	685.035	7.007.810
		108.803	480.912	508.994	616.565	685.035	7.007.810

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil						
	Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2015 a 2026	15.673	64.260	66.486	68.194	69.915	538.452
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	45.517	192.228	193.523	199.203	214.005	2.944.975
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	142.440	588.618	590.194	577.056	613.967	8.743.932
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	104.868	441.279	412.507	415.343	430.960	6.674.768
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	24.447	99.725	98.072	96.113	97.276	1.387.674
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2015 a 2048	34.334	137.591	143.084	139.913	143.490	2.130.671
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	319.072	1.311.453	1.336.903	1.458.429	1.560.198	18.322.566
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	70.381	313.276	307.316	312.790	374.413	6.258.326
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	145.242	539.057	525.843	558.451	618.354	12.185.308
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2015 a 2048	13.583	53.903	51.108	39.208	38.864	702.164
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2015 a 2048	19.469	88.889	91.127	91.119	112.323	1.802.999
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2015 a 2048	29.294	124.266	134.258	130.758	130.832	1.948.244
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	2015 a 2026	19.414	78.588	81.512	84.071	86.717	686.801
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2015 a 2026	94.999	416.191	440.945	526.282	588.934	5.957.474
		1.078.733	4.449.324	4.472.878	4.696.930	5.080.248	70.284.354

(*) Os contratos de suprimento da ENF e CFLO foram aditados, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(**) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de junho de 2015 e foram homologados pela ANEEL.

36 Ativos de geração alienados

A Companhia concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação e em construção. A negociação envolve 488 MW de capacidade instalada em unidades como Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs (43 MW), localizadas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, um parque eólico no Rio Grande do Norte (150 MW), usinas de cogeração a base de biomassa de cana de açúcar em São Paulo e Mato Grosso do Sul (175 MW, dos quais 115 MW em construção) e uma usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW).

Os ativos que foram alienados são: SPE Cristina, Energisa Centrais Eólicas e suas subsidiárias de geração eólica, Energisa Bioeletricidade e suas subsidiárias de geração termelétrica, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin, Energisa Geração Rio Grande, as novas expansões de plantas de cogeração Energisa Geração Vista Alegre II e Energisa Geração Santa Cândida II e Tangará Energia S.A.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

Em dezembro de 2014 os ativos de geração destinados a alienação foram capitalizados em fundo de investimentos, pelo valor de mercado, conforme segue: (i) no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594; (ii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade SPE Cristina Energia S/A, pelo valor de R\$23.788 e ações correspondentes 100% do capital social da sociedade Energisa Geração Rio Grande S/A no valor de R\$221.800 e da Pequena Central Hidrelétrica Zetunin no valor de R\$68.600; (iii) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO EÓLICA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ações correspondentes a 92,2% do capital social da sociedade Energisa Geração Centrais Eólicas RN, pelo valor de R\$485.894 e (iv) no Fundo FIP ENERGISA GERAÇÃO BIOMASSA, ações correspondentes a 100% do capital social da sociedade Energisa Bioeletricidade, pelo valor de R\$436.800.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$580.369, que não inclui ajustes normais de preços que se encontram em processos de apuração em atendimento ao CPC 30 e em face de não terem sido satisfeitos os critérios que possibilite o registro contábil que não foram reconhecidos na demonstração de resultado do período.

Segue apuração do ganho de capital registrado em 30 de setembro de 2015:

	Controladora	Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	1.376.853	1.552.466
Ajuste preço adicional	113.500	113.500
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	1.490.353	1.665.966
(-) Custos dos investimentos alienados	(909.984)	(981.634)
(=) Ganho de capital	580.369	684.332
(-) IR e CS - 34%	(197.325)	(197.325)
(=) Efeito líquido	383.044	487.007

Demonstração de resultado da operação descontinuada:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita líquida	-	-	69.101	62.581
(-) Custo com energia elétrica	-	-	(24.992)	51.755
(-) Custo de operação	-	-	(10.360)	(41.885)
(-) Custo serviços prestados a terceiros	-	-	-	(23.320)
Lucro operacional bruto	-	-	33.749	49.131
(-) Despesas operacionais	-	-	(2.747)	(7.485)
Resultado do serviço	-	-	31.002	41.646
Receitas financeiras	-	-	7.116	23.893
Despesas financeiras	-	-	(39.966)	(63.848)
Equivalência patrimonial	(6.239)	(738)	-	-
Outros resultados operacionais	-	-	(1.465)	8
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSL	(6.239)	(738)	(3.313)	1.699
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.809)	(2.388)
Participação de controladores	(6.239)	(738)	(7.122)	(689)
Participação de não controladores	-	-	-	(49)
Lucro (Prejuízo) de operação descontinuada	(6.239)	(738)	(7.122)	(738)

37 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/09/2015	31/12/2014
Valor justo aquisição Grupo Rede		
Caixa e equivalentes de caixa	-	84.066
Aplicação no Mercado Aberto	-	216.928
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	834.861
Tributos a Recuperar	-	269.709
Títulos de créditos a receber	-	206.545
Estoques	-	20.781
Cauções e Depósitos Vinculados	-	100.560
Outros créditos	-	729.987
Créditos com partes relacionadas	-	24.705
Impostos Diferidos	-	641.863
Contas a receber da Concessão	-	2.061.340
Imobilizado	-	182.440
Ágio na aquisição de empresas	-	165.552
Ativo intangível (PPA)	-	5.338.427
Fornecedores	-	1.329.437
Salários a pagar	-	13.855
Empréstimos e Financiamentos	-	2.856.794
Debentures	-	328.219
Tributos e Contribuições	-	2.045.714
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	566.797
Parcelamento de impostos	-	630.077
Outros passivos	-	1.847.664
Ativo disponível para venda - Geração		
Caixa e equivalentes de caixa	-	49.823
Aplicação no Mercado Aberto	-	49.055
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	28.718
Outros créditos	-	60.428
Imobilizado	-	1.412.675
Ativo intangível	-	358.969
Empréstimos e Financiamentos	-	864.831
Debentures	-	121.652
Tributos e Contribuições	-	132.815
Outros passivos	-	102.011
Outras transações não caixa		
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	241.257	320.597
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	133.481	31.525
Fornecedores	67.631	26.536
Estoques	1.940	-
Incorporação de redes	16.412	-
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível - Fornecedor	122.335	26.536
Atividades de financiamento		
Empréstimo - Finame	36.352	26.511
Capitalização de reservas	-	-

38 Eventos subsequentes

Emissões de ações e debêntures

A Energisa S/A está promovendo aumento do capital social, no valor de R\$250.000, mediante a subscrição particular de ações, e uma emissão de debêntures, conjugadas com bônus de subscrição, no montante de R\$1.000.000. As emissões têm, dentre outras, as seguintes características:

A subscrição de ações

No aumento de capital social estão sendo emitidas 90.909.091 ações, sendo 43.705.122 ações ordinárias e 47.203.969 ações preferenciais, ao preço de R\$ 2,75 por ação ou R\$ 13,75 por Unit. **O prazo para subscrição no direito de preferência se encerrou no dia 30 de outubro e o período de subscrição de sobras se encontra em andamento.** O capital social, após a homologação, passará a ser de R\$ 1.260.000.001,85, representado por 1.336.599.980 ações, sendo 636.419.519 ações ordinárias e 700.180.461 ações preferenciais, sem valor nominal.

A emissão das debêntures, conjugadas com bônus de subscrição

Os acionistas da Companhia também poderão subscrever 0,0136188857% e os titulares de Units poderão subscrever 0,0680944285% da sua posição acionária para aquisição de debêntures. A subscrição e integralização das debêntures deverão ter por objeto, exclusivamente, **lotes de debêntures**, sendo cada lote individualmente composto por 1 (uma) debênture da primeira série, 1 (uma) debênture da segunda série, 1 (uma) debênture da terceira série, 1 (uma) debênture da quarta série, 1 (uma) debênture da quinta série e 1 (uma) debênture da sexta série. O prazo para subscrição **termina em 30 de novembro de 2015**. O preço de subscrição e integralização das debêntures é o Valor Nominal Atualizado de R\$ 1.000,00 pelo IPCA, acrescido de juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão (15/09/2015) até a data de integralização.

As debêntures são conjugadas com bônus de subscrição, que serão atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das debêntures e conferirão ao seu titular o direito de subscrever lotes de ações de emissão da Companhia, compostos cada qual por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais destinados à formação de Units.

Para subscrição de cada um dos “Lotes de Debêntures” serão emitidos 3 (três) Bônus de Subscrição, em uma única série e sem valor nominal, que totalizam 500.001 bônus de subscrição. O preço de exercício dos bônus de subscrição será de R\$17,00 (dezesete reais) por Lote de Ação, corrigido pelo IPCA e deduzidos de proventos pagos desde a data de emissão até a data de exercício dos bônus. Cada bônus de subscrição conferirá a seu titular o direito de subscrever, a qualquer momento, tantos Lotes de Ações quantos resultem da divisão entre o Valor Nominal Atualizado das debêntures da primeira série, das debêntures da segunda série e das debêntures da terceira série na data de exercício dos bônus de subscrição e seu preço de exercício a ser pago (i) mediante a entrega de 1 (uma) debênture da primeira série, 1 (uma) debênture da segunda série ou 1 (uma) debênture da terceira série; ou (ii) em valor equivalente, a ser pago em moeda corrente nacional.

Resgate antecipado de Notas Promissórias

A Energisa concluiu no último dia 20 de outubro o resgate antecipado da sua 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, de série única, que venceriam em janeiro de 2016. O resgate antecipado foi realizado com o pagamento de R\$5.200 por nota promissória, totalizando o montante de R\$109.200. O valor do resgate correspondeu ao valor nominal unitário das Notas, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da realização do resgate.

Empréstimos controladas:

. Contratação de empréstimo da controlada Energisa Paraíba nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, celebrado com o Bank of America Merrill Lynch, no montante de R\$39.350, com vencimento em 20 de outubro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a CDI + 1,40% a.a.

.Contratação de empréstimo da controlada Energisa Mato Grosso com o Banco Safra, na modalidade de CCB, com finalidade de capital de giro, no valor de R\$70.000, com taxa de juros CDI mais 2,20% a.a. e vencimento em 30 de dezembro de 2015.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

A controlada indireta Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. possui créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins nos montantes de R\$73.044 mil e R\$20.658 mil, referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Em 30 de setembro de 2015, devido à ausência de análises e documentação suporte que demonstrem a valorização e, principalmente, as condições de realização do ativo, não foi possível concluirmos sobre os referidos créditos.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias”, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 38 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes nos montantes de R\$1.187.887 mil e R\$ 426.843 mil, controladora e consolidado, causados, principalmente, pela parcela dos empréstimos e financiamentos com vencimento no curto prazo nos montantes de R\$1.281.359 mil e R\$2.225.210 mil, controladora e consolidado. A Administração, baseada em seu plano estratégico, vem realizando ações para o alongamento e substituição das dívidas de curto prazo, que juntamente com o apoio dos acionistas e fluxo financeiro das operações espera restabelecer o capital circulante líquido e fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo. Em 30 de setembro de 2015, a manutenção das operações depende da Administração concluir com êxito as referidas estratégias, já que a não confirmação das mesmas indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional das controladas que possuem concessões vencidas em 2015

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 16 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, as respectivas concessões para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica das controladas Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A., Caiuá - Distribuição de Energia S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste expiraram em 7 de julho de 2015. As controladas protocolaram pedido de prorrogação do prazo da concessão em 2012 junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e, desde então, aconteceram certos fatos relacionados à este assunto, os quais estão detalhados nas referidas notas explicativas. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade normal das operações das controladas, pois a renovação das concessões depende de ato do Poder Concedente. As informações financeiras intermediárias dessas investidas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, o qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias”, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br